



Jean Marcel Carvalho França

Ilustres ordinários do Brasil

Ilustres ordinários do Brasil

Jean Marcel Carvalho França

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FRANÇA, J. M. C. *Ilustres ordinários do Brasil* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2018. ISBN: 978-85-9546-280-9.
<https://doi.org/10.7476/9788595462809>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente
Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro
William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico
Danilo Rothberg
João Luís Cardoso Tápias Ceccantini
Luiz Fernando Ayerbe
Marcelo Takeshi Yamashita
Maria Cristina Pereira Lima
Milton Terumitsu Sogabe
Newton La Scala Júnior
Pedro Angelo Pagni
Renata Junqueira de Souza
Rosa Maria Feiteiro Cavalari

Editores-Adjuntos
Anderson Nobara
Leandro Rodrigues

Jean Marcel Carvalho França

Ilustres ordinários do Brasil



© 2018 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

www.livrariaunesp.com.br

feu@editora.unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de
acordo com ISBD

F814i

França, Jean Marcel Carvalho

Ilustres ordinários do Brasil [Livro Eletrônico] / Jean Marcel
Carvalho França. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.
2.441 Kb; EPUB

ISBN: 978-85-9546-280-9 (eBook)

1. História. 2. História do Brasil. I. Título.

2018-658

CDD 981
CDU 94(81)

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Índice para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981
2. História do Brasil 94(81)

Este livro é publicado pelo projeto *Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduados da Unesp* – Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Unesp (PROPG) / Fundação Editora da Unesp (FEU)

Editora afiliada:



Versão digital: março de 2022

Table of Contents / Sumário / Tabla de Contenido

[Front Matter / Elementos Pré-textuais / Páginas Iniciais](#)

[Apresentação – Uma perspectiva acinzentada](#)

[1 – A América das singularidades](#)

[2 – A Bahia colonial dos estrangeiros](#)

[3 – Mulheres dos trópicos](#)

[4 – A metrópole e o interior](#)

[5 – A São Paulo dos celerados](#)

[6 – Nuances do humanismo nacional](#)

[7 – Aventureiras no Brasil de antanho](#)

[8 – Cristãos a seu modo](#)

[9 – Fortuna e imprevidência](#)

[10 – Incompetência ou vileza?](#)

[11 – Mulheres sensíveis e homens racionais](#)

[12 – O discreto gosto pelo cânhamo](#)

[13 – O iluminismo possível de um rei carola](#)

[14 – O louco período joanino](#)

[15 – O mais próximo do paraíso](#)

[16 – O martírio do homem de letras](#)

[17 – O ônus da verdade médica](#)

[18 – O paraíso das mulatas](#)

[19 – O desprezo pela cultura](#)

[20 – Os intelectuais e o tal povo brasileiro](#)

[21 – O culto do homem simples](#)

[22 – Agruras do ser doutor?](#)

[23 – República ou cada casa?](#)

24 – Um Brasil narciso

25 – Mundo violento

Apresentação – Uma perspectiva acinzentada

As nossas feições não passam de gestos que o hábito tornou definitivos. A natureza, como a catástrofe de Pompeia, como uma metamorfose de ninfa, nos imobilizou no movimento costumeiro. E, assim, nossa entonação de voz contém a nossa filosofia de vida, aquilo que a pessoa pensa das coisas a cada instante. [...] O indivíduo está mergulhado em algo mais geral do que ele.

Marcel Proust

As duas dezenas de ensaios que compõem este livro, a maioria deles escrita ao longo dos últimos quinze anos, giram em torno de uma única e mesma obsessão: traçar uma história do Brasil – história fragmentada e avessa a qualquer pretensão sistêmica ou teleológica – a partir da descrição de uma galeria de tipos sociais e de tiques comportamentais que, por caminhos variados, a sociedade brasileira construiu e, pacientemente, consolidou para si ao longo do tempo. É, dito em outras palavras, um livro sobre pequenas permanências, sobre pequenos traços do país e do seu povo que, de tanto serem repetidos, lembrados, discutidos, por vezes cantados em verso e prosa, ganharam ares de verdade e produziram impactos sociocomportamentais mensuráveis; como diria o pensador alemão Nietzsche, traços que, de tanto serem enfatizados *poética e retoricamente*, parecem a *um povo sólidos, canônicos e obrigatórios*.

A leitura que proponho de tais permanências, de tais tópicos, não é, porém, adiantado ao leitor desavisado, uma exaltação das supostas singularidades nacionais e, menos ainda, uma celebração das origens do ser brasileiro. Trata-se, antes, da genealogia de um punhado das muitas mazelas nacionais e dos modos que inventamos para as contornar, não para as resolver – contornar, a propósito, é um traço que coletivamente cultivamos há séculos e para o qual inventamos no século XX um nome, *jeitinho brasileiro*.

Tal leitura não é, tampouco, um mapeamento das nuances de uma suposta essência do brasileiro; ao contrário, os tipos que serão descritos ao longo dos ensaios têm a indelével marca do tempo e da instabilidade: têm um começo, uma duração (mais ou menos longa), um ocaso e, o que é mais importante, não indicam *a priori* que direção irão tomar no futuro. Nada seria mais frustrante do que o eventual leitor fechar este livro com a ideia de que o Brasil e o brasileiro são isto ou aquilo, e que isto ou aquilo está inscrito na natureza do país e do seu povo. Todo o empenho dos vinte e poucos ensaios aqui reunidos vai em direção oposta: mostrar que fomos e somos muitas coisas e que todas elas, ainda que umas resistam mais que outras, estão em movimento no tempo. As possibilidades, em suma, estão abertas, e o jogo, embora não tenha tantas opções como por vezes os mais voluntaristas querem fazer crer – há variados e poderosos condicionamentos que escapam àquele que age –, continua sendo jogado, ou seja, muitos brasis e muitos brasileiros ainda poderão ser experimentados.

1 – A América das singularidades

Cristóvão Colombo conta que viu, por acaso, em uma das quatro viagens empreendidas à terra que ele acreditava ser a Índia, umas sereias mergulhando nas proximidades da sua embarcação. O tom em que conta isso ao leitor é corriqueiro, tem a naturalidade de quem havia lido e incorporado as descrições do Oriente de Marco Polo e Pierre D'Ailly, corriqueiro ao ponto de o descobridor acrescentar que, da distância em que as tinha vislumbrado, as míticas criaturas não pareciam ser tão bonitas como diziam na Europa. Um século e pouco mais tarde, em 1608, um aventureiro inglês de nome William Davies, depois de retornar de uma viagem ao Rio Amazonas, relatou aos seus leitores que vira na região, como era de se esperar, as renomadas guerreiras amazonas e que tudo o que delas contavam no Velho Mundo era verdade, salvo que decepavam um dos seios, o do lado direito, para se tornarem melhores arqueiras. Davies, neste ponto, era categórico: tratava-se de uma invencionice, pois as amazonas não somente tinham ambos os seios, como os tinham muito belos.

Antes dele, um outro seu conterrâneo bem mais célebre e culto, Walter Raleigh, havia despendido uma parte razoável da sua agitada existência atrás de *Manoa*, a cidade de ouro situada no reino da Guiana, e o espanhol Juan Ponce de León consumira anos da sua vida em busca da fonte da juventude, localizada provavelmente lá pelos lados da Flórida. Até mesmo o circunspecto Pêro Magalhães Gandavo, cria indiscutível daquilo que Sérgio Buarque de Holanda denominou *realismo pedestre* lusitano, não deixou de assinalar, na sua pioneira *História da província de Santa Cruz*, a existência de um tal *monstro de São Vicente*, criatura de *horrendo aspecto* e, como tantas outras coisas, totalmente desconhecida no Velho Mundo.

De sereias a monstros, de riquezas infinitas a bizarrices em geral, a América, desde muito cedo, talvez desde os tempos em que o

próprio nome América, cunhado em 1507, se colou à terra, tornou-se, aos olhos do europeu, o abrigo de todos os possíveis – dos positivos e dos negativos. Foi, por certo, essa América das infinitas possibilidades que impulsionou o sonho jesuíta de encontrar no Novo Mundo um enorme e manso rebanho de almas a converter, um rebanho que somente aguardava o ímpeto missionário dos discípulos de Loyola para criar o reino de Deus na terra. É verdade que os jesuítas, para além dos tradicionais milagres enquadráveis na tradição católica, não viram muitas maravilhas nas terras americanas, não viram, excetuando um ou outro caso, montanhas de ouro, guerreiras amazonas ou fontes da juventude. Os abnegados padres, no entanto, não foram impassíveis ao caráter inusitado do continente americano, não foram impassíveis às suas singularidades. Lembremos, a título de ilustração, que muitos dos seguidores do pioneiro Manuel da Nóbrega detectaram indícios claros de que o apóstolo São Tomé, logo ele, teria andado pelas praias baianas ou, talvez, como enfaticamente defendeu o jesuíta João Daniel em pleno século das luzes, pelo coração da região amazônica.

A mesma América das muitas possibilidades alimentou, também, o sonho laico de encontrar na nova terra gente satisfeita com a própria existência, mas guiada por leis, morais e religiões diferentes das conhecidas, de encontrar sociedades mais livres e mais justas do que aquelas da Europa, já tão gastas pelo tempo e carcomidas pelas injustiças. É o que pensa um homem culto como Montaigne, leitor de Léry, Thevet, Barré, Benzoni, Las Casas e uma meia dezena de outros divulgadores de notícias sobre a América, é o que pensam igualmente inúmeros aventureiros que se meteram no interior do novo continente em busca de uma *vida de liberdade*, diversos escritores de romances utópicos que ambientaram as suas histórias no mundo novo que nascia, dezenas de livres pensadores à cata de exemplos de além-mar que lhes permitissem formular discretas críticas às sociedades que tinham diante de si, em suma, é o que pensam um número enorme de indivíduos ansiosos por encontrar um lugar onde seus desejos se concretizassem e as suas frustrações se resolvessem.

Mas não foram somente os insatisfeitos, os críticos da civilização europeia que partilharam dessa visão da América. A Europa contente consigo mesma também é, a seu modo, devedora de tão impactante perspectiva, que o digam Hegel, Buffon, De Pauw e uma multidão de viajantes que deixaram registradas suas impressões – impressões de europeus orgulhosamente civilizados – dos estranhos hábitos e da confusa moral da gente americana. Para tais indivíduos, aqui no Novo Mundo, ou ao menos em grande parte dele, naquela parte mais distante da civilização europeia, onde o sangue se misturou em demasia e onde a corrupção moral atingiu níveis alarmantes, a barbárie manifestava-se de maneira extrema e inusitada: a religião católica era praticada de um modo quase irreconhecível, a luxúria e a perversão tinham colorações inimagináveis, a escravidão (negra ou índia) e as mazelas dela decorrentes assumiam proporções e contornos nunca antes vistos, enfim, aqui, acreditavam esses europeus descrentes das virtudes americanas, também o mal explorava o *tudo é possível* e, do mesmo modo que as plantas, as árvores, as frutas, os animais e até mesmo o céu, assumia formas *totalmente desconhecidas na Europa*.

Há quem pense que tudo isso são águas passadas, que o mundo sofreu enormes transformações políticas, econômicas e culturais e que, ao longo dos últimos dois séculos, o *ser da América* foi totalmente reconstruído no pensamento europeu, um pensamento que deixou para trás, ainda que com pesar e a contragosto, a ideia de uma América berço esplêndido de todas as bizarrices. É provável. Todavia, é provável também que tamanha mudança seja mais perceptível em relação ao norte do continente, àquela parte mais exitosa da invenção europeia, mais exitosa e, em alguma medida – não muita, como costuma crer a gente do sul –, mais próxima do Velho Mundo, mais próxima do que este entende por *sociedade civilizada*.

Em relação àquela parcela do continente de colonização espanhola e portuguesa, parcela nada desprezível mas menos exitosa e, sobretudo, menos próxima dos padrões da civilidade ocidental, o europeu médio – bem o demonstra a mídia internacional – não se distanciou muito dos seus antepassados. Nessa porção

rústica do Novo Mundo, o habitante do Velho Mundo ainda espera encontrar de tudo: de criaturas *sexualmente encantadas* a bárbaros praticantes de uma violência quase antropofágica, passando pelos tradicionais seres *moralmente monstruosos* e, é claro, pelos simpáticos *bons selvagens*, a maioria socialista e católica.

2 – A Bahia colonial dos estrangeiros

Ao longo do denominado período colonial (1500-1808), poucos foram os estrangeiros que visitaram a Bahia e que relataram a sua experiência num livro de viagem. Menos popular entre os navegadores do que o porto carioca, um porto muitíssimo procurado pelas embarcações que se dirigiam tanto para o cabo da Boa Esperança quanto para o estreito de Magalhães, o de Salvador, pelo que se tem notícia, recebeu, entre 1549, ano de sua fundação, e 1808, quando D. João VI desembarcou no Brasil e abriu o país à visita de estrangeiros, pouco mais de uma dezena desses visitantes-escritores, um número modesto quando levamos em consideração que são quase três séculos de existência da cidade.

Ainda que em número reduzido, foram as narrativas de 14 aventureiros-escritores que puseram à disposição dos habitantes da Europa as poucas informações que por lá circulavam sobre as gentes e coisas da Baía de Todos os Santos, uma colônia remota e desconhecida do Novo Mundo, acerca da qual nem os próprios portugueses davam muita notícia. Mas o que contaram esses viajantes para os seus conterrâneos? Afinal, quem eram e de que modo viviam os baianos e as baianas que habitavam a Salvador descrita nas narrativas de viagem dos séculos XVII, XVIII e início do XIX?

Os primeiros registros estrangeiros sobre a vida soteropolitana dos tempos coloniais saíram da pena de um tal François Pyrard de Laval, um marinheiro francês que retornava da Índia para a França e passou por Salvador entre agosto e outubro de 1610. Laval encantou-se com a natureza local, gostou do tamanho e da disposição do porto e reputou a cidade grande, construída com gosto e dotada de alguns prédios – igrejas e conventos, sobretudo – dignos de atenção. Da vida dos baianos e das baianas, o aventureiro não falou quase nada e, do pouco que disse, não foi nada simpático. Há, é verdade, alguns elogios ao governador,

porém, das três ou quatro historietas que conta, ocorridas durante sua estada na cidade, os baianos aparecem sempre como desonestos e entregues à libertinagem, sobretudo as mulheres baianas, que Laval insinua serem todas umas devassas, sempre dispostas a conceder os seus favores aos estrangeiros.

Ainda no século XVII, desembarcaram na cidade mais seis visitantes-escritores: o militar Johannes Gregorius Aldenburgk (1623-1626), o padre capuchinho Antonio Zucchelli da Gradisca (1666), o médico prisioneiro da Inquisição de Goa Gabriel Dellon (1676), o aventureiro espanhol Francisco Coreal (1685), o engenheiro François Froger (1696) e o renomado bucaneiro e escritor Willian Dampier (1699). Já o século XVIII e o início do XIX trouxeram a Salvador um traficante de escravos francês (1703), o engenheiro Amédeé François Frézier (1714), o comerciante Le Gentil La Barbinais (1717), a única mulher a deixar registradas as suas impressões do Brasil colonial, a inglesa Jemima Kindersley (1764), e os comerciantes, também ingleses, John Turnbull (1800), Thomas Lindley (1802-1803) e George Mouat Keith (1805).

Ao contrário do que se poderia imaginar, as descrições que esses homens de nacionalidades, proveniências e tempos tão variados deixaram de Salvador, dos seus arredores e de seus habitantes não primam nem pela variedade, nem pela originalidade – um aspecto, inclusive, pouquíssimo valorizado pelos amantes de narrativas de viagem da época. Os visitantes são unânimes em destacar, por exemplo, o quão rica, bela e *generosa* era a natureza dos trópicos. Coreal e Dampier, extasiados com tanta exuberância, chegam mesmo a dedicar uma parte substantiva das suas descrições às *plantas, árvores e frutas do Brasil*. Os demais não vão tão longe, mas a maioria não deixa de ressaltar, com mais ou menos detalhes, mais ou menos paixão, o verde exuberante e eterno da vegetação, a variedade das plantas, das frutas e dos animais, o colorido e a variedade dos pássaros, a fartura das águas, a piscosidade do mar e, sobretudo, a prodigalidade do solo; prodigalidade que suscitou da senhora Kindersley o seguinte comentário: “o trabalho do agricultor é pouquíssimo requisitado por aqui, na medida em que, com um clima e um solo como estes, os mais variados frutos da terra crescem quase espontaneamente”.

A unanimidade persiste no que diz respeito à excelência do porto soteropolitano: “um dos maiores e dos mais cômodos do oceano”, segundo Dellon. Froger é ainda mais enfático: “é uma das maiores, mais belas e mais cômodas baías do mundo, podendo abrigar um número superior a dois mil navios”. Muito próximas, também, são as considerações que esse heterogêneo grupo de visitantes teceu sobre a cidade: grande, populosa, mas construída com um certo desleixo, contando até mesmo com um ou outro prédio mais nobre. Turnbull, comerciante inglês que a visitou em 1800, descreve-a com as seguintes cores: “A cidade, que a natureza dividiu numa parte baixa e outra alta, é grande e populosa. A parte alta localiza-se no topo de uma elevação. Tem-se do lugar uma ampla vista da baía e do porto de Todos os Santos, vista arrematada, ao longe, pelo mar e pelas nuvens. Aí se localiza a residência do governador, dos oficiais civis e religiosos e dos principais comerciantes, enquanto a cidade baixa abriga, na sua maioria, a morada dos habitantes de ordem inferior, dos retalhistas, dos aventureiros e das pessoas que se dedicam aos ofícios mecânicos”.

Há, é certo, reclamações sobre o calor excessivo, sobre a terrível praga dos insetos que atormentam os moradores, sobre as péssimas condições de higiene e de conservação da cidade, sobre a excessiva presença de igrejas e conventos nos seus limites ou mesmo sobre a sua cansativa disposição geográfica – dividida entre cidade alta e cidade baixa. Em geral, no entanto, a opinião sobre Salvador e suas circunvizinhanças é positiva, ainda que suas qualidades se devam muito mais às dádivas da natureza do que ao engenho e à arte dos colonos.

Mas e os habitantes dessa cidade, que imagem constroem deles os visitantes-escritores referidos? De modo geral, para tais visitantes, o traço mais saliente da população de Salvador era, sem dúvida nenhuma, o enorme contingente de negros que a compunha. Dampier, em 1699, aturdido com o que viu nas ruas, comentou: “O número de escravos negros na cidade é tão elevado que já são maioria entre os habitantes. Todas as casas têm escravos de ambos os sexos”. Frézier ainda é mais preciso e, depois de caminhar pelas ruas de Salvador em 1714, escreveu: “Dezenove entre 20 pessoas do lugar são negros ou negras seminus – que trazem cobertas

somente as partes que o pudor obriga –, de modo que a cidade parece uma nova Guiné. Pelas ruas só se veem as figuras hediondas dos negros e das negras, escravos que a languidez e a avareza, muito mais do que a necessidade, transplantaram da costa da África para servir a magnificência dos ricos e contribuir para a ociosidade dos pobres”. Tamanho contingente de escravos, além de ser um indício pouco cristão num povo que, segundo a unanimidade das descrições, ostentava ao extremo a sua devoção – uma devoção artificial, festiva e sem qualquer consequência moral, segundo os mesmos visitantes –, trazia um enorme desassossego à sociedade local e uma aparência pouco civilizada à cidade.

A propósito da civilidade, os baianos, ainda que descritos como polidos e afáveis – os homens, pois as mulheres decentes não eram acessíveis aos estrangeiros –, não suscitam mais elogios do que os negros. Ao contrário, engolfados numa vida de vícios, os colonos, aos olhos do europeu, eram moralmente tão ou mais corrompidos do que seus escravos. Frézier é enfático nesse sentido: “Os costumes neste país são corrompidos e os homens não ruborizam por nada. As mulheres não são menos debochadas e, publicamente, vivem de maneira completamente desregrada. Os religiosos e os padres seculares, além de ignorantes ao extremo, mantêm relações públicas com as mulheres, ao ponto de muitos serem conhecidos não pelos seus sobrenomes, mas pelos de suas senhoras”.

Pouco antes dele, porém, em 1684, o aventureiro François Coreal, sintetizando a opinião dos seus antecessores e antecipando a dos seus sucessores, já explicava aos seus muitos leitores: “Os habitantes da cidade não valem nada: são voluptuosos, vaidosos, orgulhosos e metidos a valentões, indolentes, ignorantes e excessivamente beatos. Embora pareçam corteses e polidos nas suas maneiras, são tão melindrosos de suas opiniões, tão ciumentos em relação às suas mulheres e tão convencidos de seu valor, que se torna difícil, para não dizer impossível, tomá-los como amigos. As mulheres, em razão do enorme ciúme dos seus maridos, são menos visíveis que no México, mas não menos libertinas [...]”.

Eis uma descrição sucinta mas recorrente dos soteropolitanos construídos nas páginas da literatura de viagens dos séculos XVII, XVIII e início do XIX. Em linhas gerais, o que temos aí – e

infelizmente não estamos muito distantes das imagens do Brasil que ainda hoje circulam pelo imaginário europeu – é uma cidade abençoada pela mãe natureza, todavia construída com um certo desleixo e habitada por homens e mulheres corrompidos. É, pois, compreensível que, em 1800, o inglês John Turnbull, depois de uma breve visita à urbe, lamente que o Brasil tenha sido ocupado por gente tão inapta e cogite o quão grandioso e lucrativo o país seria se tivesse sido colonizado por um povo obreiro como o inglês.

3 – Mulheres dos trópicos

Em 1807, o experiente navegador inglês James Tuckey, um homem culto, leitor atento da literatura de viagem e conhecedor da reputação que tinham os brasileiros de serem excessivamente ciumentos, depois de uma breve visita ao Rio de Janeiro, comentou: “Viajantes anteriores sempre lamentaram a dificuldade que encontravam para pôr os olhos sobre uma brasileira decente. Tal situação, no entanto, alterou-se muito. Hoje, a bem da verdade, as maneiras das mulheres do Rio de Janeiro, das solteiras especialmente, aproximam-se muito mais da informalidade das inglesas do que da pudica reserva que, dizem, caracteriza as portuguesas. E como melhoraram os costumes do povo em geral, o ciúme de outrora vem dando lugar a uma gentil atenção para com o sexo oposto. Os homens começam a depositar confiança nas mulheres, as quais, mais conscientes do seu próprio valor, rapidamente estão adquirindo aquele amor próprio que sustenta a virtude feminina”.

Muitos tinham sido realmente os *viajantes anteriores* que lastimaram a impossibilidade de contatar com as mulheres brasileiras, tamanho era o ciúme do sexo oposto, um ciúme que, segundo os mesmos visitantes, não raro ocasionava crimes de sangue. Entre os navegadores corria, inclusive, desde 1768, a história de que o capelão da embarcação que acompanhava o navio do renomado iluminista Louis Antoine Bougainville, ao passar pela cidade, metera-se numa querela amorosa e acabara morto com requintes de crueldade. O médico François Vivez, seu colega de embarcação, sem mencionar os motivos, descreve o triste fim do capelão com as seguintes palavras: “Em meio a esta tempestade, tivemos o azar de perder nosso capelão, que, depois de embarcar ao entardecer numa piroga, foi assassinado e lançado na água. Os seus algozes foram tão cruéis que chegaram a suspendê-lo pelos pés e afogá-lo na água a golpes de remo”.

Entre os europeus, esse e outros casos similares tomaram ares de verdade, ganharam grandes proporções e rapidamente

consolidaram opiniões como a expressa pelo cirurgião inglês George Hamilton, que passou pelo Rio de Janeiro em 1790: “Aqui, os estiletes são muito utilizados, os assassinatos são frequentes, os homens são possuídos por um ciúme sanguinário e as mulheres, que nunca aparecem em público sem a proteção de um véu, são muito dadas à galanteria”.

A propósito do comentário do cirurgião Hamilton, se tomarmos ao pé da letra o que insinua o cirurgião inglês e dúzias de outros visitantes, os colonos tinham razão de sobra para desconfiar de suas parceiras, pois as mulheres dos trópicos, como então se dizia, *não primavam pelo recato*. Talvez o grande propagador na Europa dessa imagem ruim da mulher brasileira tenha sido o capitão James Cook. Depois de uma visita tumultuada ao Rio de Janeiro em 1768, o renomado capitão teceu uma série de considerações sobre as cariocas, considerações que acabaram por virar *verdades* entre os viajantes que o sucederam. Eis o que diz Cook: “Creio que todos estarão de acordo em admitir que as mulheres das colônias espanholas e portuguesas da América meridional concedem seus favores mais facilmente do que aquelas dos países civilizados. No que se refere ao Rio de Janeiro, algumas pessoas chegam a afirmar que na cidade não há uma única mulher honesta. Essa condenação é seguramente muito generalizante. O doutor Solander, todavia, durante sua permanência na cidade, não foi capaz de elogiar a castidade dessas senhoras. Disse-me ele que, ao cair da noite, elas apareciam nas janelas, só ou acompanhadas, e jogavam buquês de flores sobre os seus eleitos quando esses passavam pela rua. Ainda segundo o doutor, ele e mais dois ingleses que o acompanhavam receberam um número tal de distinções que, ao final de um curto passeio, os seus chapéus estavam cobertos de flores”.

Mas aqui é preciso ter cuidado para não cometermos uma injustiça com o célebre capitão, um dos navegadores mais respeitados do século XVIII. Cook não inaugurou a longa série de críticas à moralidade da mulher brasileira que encontramos nas narrativas de viagem europeias. A tradição é antiga e remonta a François Pyrard de Laval, um comerciante francês que visitou Salvador em 1610. Em uma conhecida narrativa de viagem, intitulada *Viagem de Pyrard de Laval às Índias Orientais*, o

comerciante contou uma história, supostamente ocorrida na cidade, que teria grande circulação entre os europeus que se interessavam por relatos de viagem. Ouçamos o aventureiro: “Mas não quero passar em silêncio sobre o que me aconteceu nesta cidade. Passeava um dia sozinho [...], quando encontrei uma jovem escrava negra de Angola que me disse, sem apresentações e sem cerimônia, que não me preocupasse e a seguisse, pois ela me levaria a um homem de bem que queria ter comigo. Diante disso, detive-me um pouco pensando o que deveria fazer, se deveria ou não acreditar na palavra da rapariga. Por fim, resolvi acompanhá-la para ver o que ocorreria. Ela fez-me dar mil voltas e rodeios por ruas estreitas, o que, a cada passo, me punha em grande sobressalto e me fazia hesitar em seguir adiante. A rapariga, porém, dava-me coragem e tanto fez que acabou por me levar a um aposento muito bonito, espaçoso, bem mobiliado e decorado, onde não vi mais ninguém senão uma jovem dama portuguesa, que me acolheu muito bem e logo mandou preparar-me uma boa refeição. Vendo que o meu chapéu não era grande coisa, ela, com sua própria mão, tirou-o da minha cabeça e deu-me um outro novo, de lã da Espanha, com uma bela presilha, fazendo-me prometer que voltaria a visitá-la e prometendo-me que me auxiliaria e me daria prazer em tudo o que pudesse. Prometi e, realmente, visitei-a regularmente enquanto estive na cidade, e ela fez-me uma infinidade de cortesias e favores. Travei, também, conhecimento com uma outra rapariga portuguesa, natural do Porto, em Portugal, chamada Maria Madalena, que era estalajadeira e tinha uma casa de pasto. Destarte, não me faltava bebida e comida, pois ela me dava o que queria às escondidas de seu marido e ainda passava-me dinheiro para pagar diante dele. A rapariga tratava-me por seu camarada [...]. Em resumo, as mulheres na Baía são mais amigas dos estrangeiros do que os homens, que, por sinal, são muito ciumentos”.

Depois da história de Laval, rara foi a narrativa estrangeira que, ao referir-se à mulher brasileira dos tempos da colônia, não censurou a sua conduta demasiado *livre* e a sua moral *pouco austera*. Há um repertório razoável de passagens sobre o tema nas narrativas com menções ao país. Dellon, por exemplo, que desembarcou em Salvador em 1676, é categórico: “Desconheço se

a libertinagem é, no Brasil, tão generalizada quanto na Baía de Todos os Santos. Por aqui, mesmo as mulheres que passam por ter alguma virtude não têm o menor escrúpulo de adornar suas escravas, para que possam vender mais caro os infames prazeres que oferecem. Pode-se dizer que o vício reina aí soberanamente. Os estrangeiros em geral, especialmente os franceses, chamam muita atenção. O ciúme que despertam torna-os vítimas de um enorme ódio, que geralmente tem consequências terríveis [...]”.

La Barbinais, quatro décadas mais tarde, praticamente repete as considerações de seu conterrâneo: “Os costumes neste país são corrompidos e os homens não ruborizam por nada. As mulheres não são menos debochadas e, publicamente, vivem de maneira completamente desregrada. Os religiosos e os padres seculares, além de ignorantes ao extremo, mantêm relações públicas com as mulheres, ao ponto de muitos serem conhecidos não pelos seus sobrenomes, mas pelos de suas senhoras. Impudicos, quando escutam, nas igrejas, os pecados de uma mulher no confessionário, parecem antes incentivar a sua conduta do que inspirar nela sentimentos de constrição e piedade. [...] Mesmo os conventos, casas supostamente consagradas a Deus, servem de abrigo para mulheres públicas”.

Entre o primeiro e o segundo, tocaram no tema, pintando-o basicamente com as mesmas cores, o francês François Froger e o espanhol Francisco Coreal – que repete a mesma história de Laval, ambientando-a na cidade de Santos, na costa paulista. Ainda antes que Cook propagasse aos sete ventos uma mulher *brasileira leviana e fácil*, imagens dela igualmente pouco edificantes saíram da pena de um oficial anônimo da Marinha francesa, em 1748, do renomado astrônomo Louis de La Caille, em 1751, e, em 1757, do militar francês M. de La Flotte. É ele, a propósito, que conta para os seus leitores uma curiosa historieta, na qual reúne o *ciúme português* e a *moralidade frouxa* das mulheres brasileiras. Flotte narra que participou de uma belíssima festa na cidade, oferecida pelo governador, na qual não encontrou uma única mulher, pois elas haviam sido proibidas pelos pais e maridos de comparecer a uma cerimônia em presença dos *galantes franceses*. “Imagine o leitor”, comenta o capitão, “o quão animado foi esse baile e o quão viva foi

a dança. Três ou quatro homens vestidos de mulher se prestavam a dançar com aqueles que quisessem representar este ridículo papel. O governador, em vão, convidara as mulheres da cidade, mas os homens não permitiram que elas fossem. Sua Excelência desculpou-se e nos deu a entender o quanto lhe incomodava ter de conviver com semelhantes homens”.

Entretanto, segundo adianta o mesmo M. de La Flotte, apesar de tamanho ciúme, “não há no mundo cidade onde as mulheres sejam mais livres, o que conseguem servindo-se dos mesmos meios utilizados para impedi-las de o ser. Como todas se escondem atrás de um véu e se vestem de preto, é impossível ao olhar mais penetrante distingui-las umas das outras. Assim, uma mulher, sob pretexto de ir à igreja, pode tranquilamente dirigir-se para um encontro amoroso sem ser reconhecida. Além disso, elas têm por hábito transformar em confidentes as velhas que as acompanham, velhas que, segundo o desejo dos maridos, deveriam atuar como guardiãs da honra de suas esposas”.

A supracitada narrativa de James Cook, como se pode ver, está longe, muito longe, de ser *a primeira* quando o que está em causa é a reputação, a má reputação, das mulheres brasileiras. Certamente, a clássica narrativa atribuída ao navegador, narrativa reeditada e traduzida inúmeras vezes e muito prestigiada entre os viajantes em geral, deu um contributo enorme à propagação dessa má fama. O impacto, ao menos na Inglaterra, foi tanto que, cerca de duas décadas depois de editado o livro de Cook, em 1792, o também inglês John Barrow sentiu-se na obrigação de defender as damas cariocas perante o público europeu. Após descrever longamente os seus hábitos e reproduzir os famosos comentários do capitão Cook, o cirurgião pondera: “No tocante à mulher carioca, confesso que, apesar das fortes suspeitas que pesam sobre ela, nenhum traço de sua conduta levou-me a julgá-la mais galanteadora ou imoral que as mulheres de outros países”.

Ja já longe, porém, a consolidação da imagem ruim das brasileiras entre o público europeu. Nem mesmo a primeira mulher estrangeira a publicar uma descrição do Brasil, Jemima Kindersley, escapou à tradição. Das baianas, conhecidas por ela na primavera de 1774, dois anos depois da publicação da narrativa de Cook, a culta inglesa

teve uma péssima impressão e colaborou para engrossar, no mesmo tom dos homens, sem nenhuma peculiaridade feminina, o coro dos críticos à mulher dos trópicos. Acompanhemos o que ela tem a dizer: “Depois do que afirmei sobre o caráter geral dos homens deste lugar, não espere ouvir nada de muito elogioso sobre as mulheres. Acostumadas à indolência e incultas, a sua vivacidade natural manifesta-se na astúcia. Os homens de suas relações não depositam lá muita confiança nas suas virtudes e elas, por sua vez, usam toda a sua esperteza para iludir a vigilância a que estão submetidas. A bem da verdade, elas são, para dizer o mínimo, bastante inclinadas às intrigas amorosas. Pudera eu contar-lhe o que a escuridão da noite oculta daquelas que, durante o dia, são vistas somente nas igrejas, as minhas missivas pareceriam um libelo sobre sexo”.

É certo que o leitor contemporâneo pode questionar o quanto de *verdade* contêm essas opiniões, opiniões de visitantes apressados, que tinham por hábito reproduzir o que liam em outras narrativas, que conheciam mal os lugares que visitavam e que, em geral, travavam pouquíssimo contato com os habitantes locais. Isso, no entanto, importa pouco; verdadeiras ou não, o fato é que tais opiniões, repetidas e divulgadas durante séculos, se cristalizaram no senso comum do europeu e tiveram uma vida longa na cultura ocidental, influenciando, inclusive, a maneira como os próprios brasileiros passaram a conceber as mulheres do seu país.

Talvez por isso, ainda hoje, não nos cause qualquer espanto a reputação de sensuais e atiradas que as brasileiras gozam no exterior, ou que as propagandas interessadas em vender no exterior as belezas do país invista pesadamente em corpos femininos *seminus*, ou que o brasileiro, num misto de ingenuidade e orgulho patriótico, encha o peito e propague aos sete ventos o quão belas, sensuais e *quentes* são as mulheres habitantes destas plagas.

4 – A metrópole e o interior

A “Paris de Alexandre Dumas ou de Paul de Kock, uma Paris de estudantes e costureiras, na qual podia ele à vontade correr a suas aventuras, sem fazer escândalo como no diabo da província”. Era desse modo que o *herói* do romance *Casa de pensão*, o provinciano Amâncio, rapaz rico e de caráter *moldável como a cera*, imaginava a renomada sede da monarquia brasileira, o Rio de Janeiro. Do mesmo modo que o jovem maranhense, dezenas de outros interioranos que habitavam o mundo dos romances oitocentistas viam a *corte*, mais tarde *Capital Federal*, como um lugar de múltiplas possibilidades, possibilidades amorosas, na perspectiva do deslumbrado Amâncio e de muitos outros, mas também possibilidades econômicas, intelectuais, políticas e, a despeito dos limites filosóficos estreitos do romance oitocentista local, existenciais.

É certo que, como em tantos outros pontos, os romancista e dramaturgos brasileiros não destoaram de seus congêneres europeus, os quais, ao longo do século XIX, promoveram um verdadeiro culto às metrópoles em suas obras, de Londres a Moscou, passando naturalmente por Paris. Por aqui, como anuncia o interiorano Amâncio, o Rio de Janeiro, a *Paris dos trópicos*, como gostavam os cariocas de outrora, ocupou tal lugar e, ao longo de todo o século XIX, praticamente não teve concorrentes. Incontáveis são os romances urbanos brasileiros do Oitocentos que têm a cidade e sua agitada vida social como cenário, um cenário ativo, que determina as possibilidades da trama e os contornos de suas personagens.

Os estudantes de medicina de Macedo, por exemplo, aqueles que dão vida à ingênua e popular trama de *A moreninha*, sem dúvida não poderiam viver num monótono e ermo lugarejo próximo, digamos, à fazenda da bela Inocência, do romance homônimo de Taunay. Repúblicas de estudantes universitários no Brasil ficcional oitocentista, a propósito, somente em quatro cidades: Recife,

Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Todas, excetuando talvez São Paulo, já com ares de *cidade agitada*.

É também pouco provável que o encontro casual, ocorrido no anônimo entra e sai de um bonde, entre Romualdo – das *Histórias brejeiras*, de Artur Azevedo – e uma bela *mulatinha* que põe fim à sua vida de marido fiel pudesse ocorrer nas ruas pouco movimentadas da Barbacena de Rubião – do romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis. E, certamente, se residisse nesse pacato lugarejo, o narrador de *Cinco minutos*, de José de Alencar, não conheceria a sua futura esposa, a quem teve a felicidade de encontrar num bem urbano bonde para o Andaraí.

A metrópole dos romances, todavia, não era pródiga somente em possibilidades amorosas. Em qual outro lugar, senão na sociedade carioca, sociedade dinâmica e variada em demasia para que uns soubessem da proveniência dos outros, a filha de uma costureira, Aurélia Camargo – a heroína do romance *Senhora*, de Alencar –, poderia, depois de receber uma gorda herança do avô, estrear nos salões como uma verdadeira rainha? E é, sem dúvida, graças ao mesmo anonimato propiciado pela intensa circulação de gentes e coisas que Lúcia – do romance *Casa de pensão*, de Aluísio Azevedo –, com o auxílio de sua escrava, pode realizar um aborto com relativa tranquilidade e muita discrição.

Nada que cause grande surpresa, afinal, o mundo urbano, com sua constante *lufa-lufa*, com suas ruas movimentadas, com seus inúmeros valhacoutos e cortiços, com suas pensões obscuras surgindo do nada, com seus teatros e casas noturnas, restaurantes e bailes, grêmios recreativos e reuniões sociais, era propício ao aparecimento e à sobrevivência daqueles seres de impulsos quase patológicos, daquelas meninas precocemente apresentadas à vida mundana, daqueles solitários e celibatários de comportamento suspeito, daquelas histéricas que não resistiam aos estímulos da vida moderna, daquelas educadoras estrangeiras de passado e moral duvidosos, daquelas prostitutas com trágicas histórias de vida, daqueles conquistadores e aventureiros que desencaminhavam moças casadouras, em suma, era propício ao aparecimento de estropiados e pervertidos de toda sorte. Mas o que seria das tramas ficcionais sem tais tipos? Que condições haveria para moralizar –

um dos propósitos centrais de boa parte dos romances brasileiros oitocentistas – num ambiente sempre igual a si próprio, num ambiente, ao contrário da corte, desprovido de uma gama variada de desvios e desviantes a descrever e a condenar?

É verdade que a singela prosa de ficção brasileira viveu menos dos estropiados do que dos ajustados. Todavia, mesmo estes – médicos e advogados bem-sucedidos ou remediados, estudantes descobrindo a vida adulta, comerciantes ascendentes, homens de Estado, escritores, artistas e uma longa série de outros tipos urbanos —, onde poderiam ser encontrados, melhor, ambientados com verossimilhança a não ser no espaço plural da corte? Em larga medida, no mundo ficcional brasileiro do Oitocentos, vinha-se do interior e, por vezes, para lá se retornava para curar-se de uma doença, recuperar-se de um trauma ou para amargar um fracasso. Viver, porém, isso se fazia na metrópole; aí, sim, as potencialidades de uma existência poderiam ser plenamente exploradas.

É na metrópole que, com mais ou menos agruras, Isaías Caminha adentra no jornalismo, que Rubião, mesmo sem entender muito bem as *regras do jogo*, descobre o admirável mundo novo dos salões e que o rapazote Sérgio, interno num colégio, o Ateneu, inicia-se na vida adulta. É aí, também, que advogados de modestas posses podem ascender socialmente e arrumar um bom casamento, ou que um funcionário público de escalão médio e viúvo, como Luís Garcia, pai de Iaiá Garcia – do romance homônimo de Machado de Assis –, pode oferecer à filha uma educação liberal e encaminhá-la na vida, ou, ainda, que um imigrante pobre e rústico, como João Romão – do romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo –, consegue, depois de ser sócio de uma escrava, acumular um bom pé de meia e posar de respeitável comerciante. É na grande cidade, em suma, que aqueles *talentos* que provavelmente definhariam *no diabo da província* são plenamente desenvolvidos e, com um pouco de sorte e jeito, reconhecidos.

De certo modo, é isso que, há mais ou menos dois séculos – o cenário pode ser o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, São Paulo, Porto Alegre ou qualquer outra grande cidade –, uma larga parcela dos romancistas brasileiros diz aos seus leitores. Ora, mas a metrópole ficcional é também o espaço da violência, da solidão, da

desagregação psicológica e da miséria degradante? Por certo que sim, todavia o lado obscuro da grande cidade é uma espécie de preço a pagar por tantas possibilidades de vida, pelos inúmeros e intensos acontecimentos que a variedade e o anonimato permitem ao indivíduo experimentar. Pois então! Conta-se isso ao leitor durante mais de um século e depois se lamenta que o interior não avance culturalmente, que aqueles desejosos de vencer na vida se encaminhem *desordenadamente* para os grandes centros e que aos sonhadores acomodados no seu pequeno torrão natal reste somente carregar o estigma de *perdedores*, ou, ainda, que os soberbos habitantes das metrópoles olhem para os interioranos como se estes experimentassem somente metade da vida, talvez até menos.

5 – A São Paulo dos celerados

Antes que o *historiador dos bandeirantes*, Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777), notabilizasse os seus *bravos e nobres* ascendentes na conhecida *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica* (escrita entre 1742 e 1763), ou que seu contemporâneo, primo e amigo frei Gaspar de Madre Deus (1715-1800) registrasse nas suas *Memórias para a história da capitania de São Vicente* (1797) as grandiosas aventuras dos moradores de Piratininga, ou antes, ainda, que o poeta Cláudio Manuel da Costa (1727-1787) cantasse, no seu poema épico *Vila Rica* (escrito em 1765), a glória dos seus antepassados paulistas, a cidade de São Paulo e seus habitantes gozavam já de uma reputação singular na Europa. É isso ao menos o que se depreende da leitura de algumas narrativas de visitantes europeus que passaram pela América portuguesa entre os séculos XVII e XVIII.

É verdade que tais visitantes, pelo que se sabe, nunca viram a cidade com os *olhos da própria cara*. Os tempos não eram lá muito *convidativos* para viagens pelo interior da colônia, sobretudo para os não portugueses. Nunca é demais lembrar que aos tripulantes dos navios estrangeiros ancorados nas cidades costeiras do Brasil não era permitido mais do que rápidas visitas à terra – no período diurno e acompanhadas por um soldado local – e, em raros casos, breves passeios pelas redondezas da urbe. Longe estávamos, ainda, da liberdade desfrutada por um John Luccock ou por um Saint-Hilaire, visitantes do período posterior à conhecida *abertura dos portos* (1808), isto é, a abertura do Brasil ao mundo não lusitano. Impensável, pois, para um estrangeiro ancorado numa cidade da costa brasileira deslocar-se à inacessível São Paulo, cidade situada a léguas do mar, numa região inóspita.

As notas breves sobre a urbe e seus moradores que encontramos em uma ou outra narrativa de viagem são, pois, exclusivamente produtos do *ouvir dizer*. Tal restrição, se, por um lado, traz o inconveniente de privar-nos das sempre curiosas descrições *in loco*, por outro, permite-nos ter acesso não somente ao que o europeu

deixou registrado sobre os paulistas, mas também ao que a população costeira local, de quem os visitantes recolhiam as suas informações, pensava daqueles colonos metidos para além da Serra do Mar.

Excetuando uma ou outra informação contida nas cartas dos membros da Companhia de Jesus, publicadas nas coletâneas de missivas que circularam pela Europa a partir da metade do século XVI – obras como *Lettres du Japon, Peru et Brasil envoyées au R. P. General de la Société de Jesus* (1578) ou *Histoire de ce qui s'est passé en Ethiopie, Malabar, Brésil, et les Indes Orientales. Tirée des lettres écrites és années 1620, jusques à 1624* (1626) –, talvez o primeiro registro consistente dos *boatos* que circulavam pela costa acerca do que seria a cidade de São Paulo e de como viveriam os paulistas tenha sido deixado por Michael Angelo de Gualtini e Dionigi de Carli, dois capuchinhos italianos que, em 1666, a caminho do Congo, passaram por Recife quando os portugueses acabavam de expulsar os holandeses da cidade. Gualtini e Carli publicaram, em 1672, uma relação de sua tumultuada viagem e de suas atividades missionárias no reino do Congo, intitulada *Il Moro trasportato nell'inclita città di Venetia, o vero curioso racconto de costumi, riti e religione de popoli dell'Africa, America, Asia & Europa* – obra que teve pelo menos cinco edições entre 1672 e 1687. Eis a breve notícia que os capuchinhos conseguiram recolher em Pernambuco sobre a ainda pouco conhecida São Paulo: “A cidade de São Paulo e seu distrito, localizados na região mais recôndita do Brasil, é o que se pode verdadeiramente denominar de país da Cocanha. Todo estrangeiro que por lá passa, por mais miserável que seja, é sempre bem recebido e logo arranja uma mulher a seu gosto. Isso desde que se sujeite a determinadas condições, a saber: cuidar somente de comer, beber e passear e, sobretudo, não se meter com nenhuma mulher exceto a sua. Ao menor indício de traição, a mulher não hesita em envenenar o seu parceiro. Contrariamente, se a relação lhe agrada, é extremamente amorosa, disputando com as outras para ver quem mais se excede em carinhos. A riqueza dos paulistas vem de um rio que atravessa o país, rio que é tão rico ao ponto de permitir que prestem auxílio a todo e qualquer miserável que busque socorro na região. Para tal,

basta que retirem um pouco da areia deste rio e recolham o metal nela misturado. O ouro extraído dá com sobra para as necessidades e, ainda, para pagar o quinto ao rei. Contam-se muitas outras coisas curiosas e surpreendentes sobre São Paulo, porém, como não visitei o interior do Brasil, nas vizinhanças do Rio da Prata, não ousarei assegurar que são verdadeiras. Todavia, para aqueles que conhecem as maneiras contrárias ao bom senso e os costumes extravagantes deste país bárbaro, tais coisas não parecem inacreditáveis”.

Depois da obra dos imaginosos capuchinhos italianos, a *boataria* sobre São Paulo só voltaria às páginas da literatura de viagens pela pena de François Froger (1676-1715), um engenheiro francês que, em 1698, publicou uma pequena mas importante narrativa: *Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 & 1697 aux Côtes d'Afrique, Détroit de Magellan, Brésil, Cayenne et Isles Antilles*. Froger passou por duas cidades costeiras do Brasil entre 1696 e 1697, Rio de Janeiro e Salvador, onde ouviu o seguinte sobre os arredios moradores de Piratininga: “A cidade de São Paulo, localizada a dez léguas do litoral, foi formada a partir da união de salteadores de todas as nações, os quais, pouco a pouco, formaram uma espécie de república onde, por lei, não se reconhece um governador. Nessa república, circundada por altas montanhas, não se pode nem entrar nem sair senão por um pequeno desfiladeiro. Tal passagem é fortemente guardada, pois os paulistas além de temerem o ataque dos índios, com os quais estão constantemente em guerra, receiam que seus escravos fujam. Armados de arcos, flechas e espingardas, armas que manipulam com uma destreza inigualável, o povo da cidade costuma sair em grupos de 40 ou 50 indivíduos e atravessar todo o Brasil até o Rio da Prata ou mesmo até o Amazonas. Quatro ou cinco meses depois, quando retornam à cidade, esses grupos trazem consigo mais de 500 escravos, tocados como um rebanho bovino. Depois de domesticados, esses cativos são empregados no cultivo da terra ou na exploração do ouro. A propósito desse metal, os paulistas costumam encontrá-lo em tão grande quantidade que o rei de Portugal, a quem eles enviam o quinto, tira anualmente de 800 a 900 marcos. Eles pagam esse imposto não por medo, já que são mais poderosos que o rei, mas sim em razão de um costume

herdado de seus pais, que, não estando ainda bem estabelecidos nos seus domínios, para se furtarem à dominação dos governadores, alegaram cuidar melhor do que esses dos interesses reais. Segundo dizem os habitantes locais, eles não são súditos do rei, mas sim tributários; situação que lhes permite livrarem-se desse jugo quando a ocasião for propícia”.

Pouco tempo depois de Froger, um espanhol de nome Francisco Coreal (Correal) publicou um livro em Amsterdã intitulado *Voyages de Jean François Coreal aux Indes Occidentales* (1722). Conta o aventureiro que teria nascido em Cartagena, no ano de 1648, e que desde muito cedo se viu arrebatado pelo desejo de viajar. Assim, aos 18 anos, deixou a sua terra natal e veio para o continente americano, onde, excetuando um pequeno interregno, permaneceu por 31 anos (1666-1697). Entre 1666 e 1683, Coreal percorreu a Flórida, o México, as Antilhas, a América Central e a Nova Granada. Em 1684, o aventureiro voltou à Espanha, recebeu uma pequena herança paterna e dirigiu-se para Lisboa. Nesta cidade, embarcou na *frota do Brasil*, alcançando a Baía de Todos os Santos em 31 de outubro de 1685. Três meses permaneceu o espanhol na cidade, partindo, em seguida, para Santos e depois para São Paulo de Piratininga.

A crer-se na sua narrativa, Coreal teria sido o primeiro europeu a visitar a cidade e a deixar registrado as impressões de tal visita. Todavia, pairam muitas dúvidas sobre a autenticidade do seu relato, que mais parece ser uma compilação de várias notícias sobre o Brasil que circulavam pela Europa, notícias recolhidas por um hábil editor holandês atento ao enorme apetite do público da época por narrativas do gênero. Malgrado tais dúvidas, no entanto, o fato é que a obra traz, em se tratando de literatura de viagens do período anterior a 1808, a mais extensa e detalhada descrição de São Paulo de que se tem conhecimento. Para mais, a narrativa do espanhol teve seis edições num curto espaço de tempo (1722-1738), contribuindo, assim, significativamente para alimentar uma certa imagem dos paulistas que começava a ganhar corpo no Velho Mundo. Acompanhemos o que diz o suposto aventureiro espanhol: “A cidade de São Paulo, situada no interior da capitania de São Vicente, é governada de uma maneira tão singular, que não posso

deixar de referir. A urbe, distante mais de 12 léguas do mar e situada no meio de montanhas de difícil acesso – cobertas pela extensa e cerrada floresta de Paranapiacaba –, é uma espécie de república originariamente composta por toda casta de gente sem fé nem lei, obrigada pela necessidade de conservação a adotar uma certa forma de governo. Há no lugar padres e monges portugueses e espanhóis foragidos, crioulos, mestiços, caboclos (filhos de índios com negros) e mulatos. A princípio, a cidade não contava com mais do que 100 fogos e era habitada por umas 300 ou 400 almas, aí incluídos os escravos e os índios domesticados. Nos últimos 15 ou 20 anos, esse número multiplicou-se por dez e os habitantes se dizem agora livres e não sujeitos à autoridade portuguesa. Eles limitam-se a pagar, anualmente, à coroa, como tributo, o quinto do ouro que extraem de suas terras – esse tributo atinge a cifra de 800 marcos. Foi a tirania dos governadores do Brasil que deu origem a esta pequena república, uma república tão ciosa de sua independência que não permite a entrada de nenhum forasteiro em seus domínios, e sua gente, ao pagar o referido tributo, tem o cuidado de frisar que não o faz nem por submissão ao rei de Portugal, nem por medo e nem tampouco por obrigação. Dizem que a região é muito rica em ouro e prata e que os paulistas estão longe de pagar o quinto de tudo o que encontram. Isso, provavelmente, é verdade. Todavia, como obrigar essa gente, que não só vive no meio de montanhas inacessíveis como ainda instala constantemente novas defesas naqueles lugares em que crê que a natureza é falha, a pagar tributo com lisura? Os paulistas andam sempre em grupos de 60 e 80 homens, armados de flechas e espingardas – cujo uso conservaram. Não se sabe como fazem para obtê-las, mas o certo é que as possuem. Como têm a fama de roubar os viajantes e de acolher em seus domínios muitos escravos fugidos, é possível que as consigam por esses meios. Comenta-se que entre eles há aventureiros de todas as nações da Europa e muitos antigos flibusteiros. Comenta-se, igualmente, que fazem excursões de 400 a 500 léguas pelo interior do Brasil, atravessando o país do Rio da Prata ao Amazonas. Os jesuítas do Paraguai têm feito o possível para entrar nas terras dos paulistas e nelas se fixar. Isso, contudo, até agora não foi conseguido, pois estes desconfiam muito daqueles

e não são suficientemente religiosos para admitirem em seu meio nem mesmo padres respeitados em todas as partes do mundo. Quando algum forasteiro quer ingressar na república paulista, ele é sujeito, antes de ser admitido, a uma espécie de quarentena. E isso não porque tenham a intenção de purgar o visitante do ar ruim do Brasil, mas sim porque querem avaliar as suas aptidões e verificar se ele não é um traidor ou espião. Depois de prolongada vigilância, o forasteiro é enviado ao sertão, tendo de fazer longas e penosas jornadas em busca de escravos índios. Tais escravos são empregados nas minas e no cultivo da terra. O noviço que vacila durante a prova ou tenta desertar é morto sem misericórdia. Quem se junta aos paulistas o faz por toda a vida, pois é com muita dificuldade que permitem a alguém deixar os seus domínios”.

Mais modestas mas igualmente interessantes são as breves observações sobre a cidade legadas pelo bretão Guillaume François Parscau (1684-?), ou melhor, De Parscau du Plessix, um guarda-marinha, de 27 anos, que participou da invasão, tomada e saque da cidade do Rio de Janeiro, em 1711, sob as ordens do renomado René Duguay-Trouin. Du Plessix deixou um detalhado registro da aventura carioca, intitulado *Journal historique ou relation de ce qui s'est passé de plus mémorable dans la campagne de Rio de Janeiro par l'escadre du Roi commandés par M. Duguay-Trouinen 1711*. A história da cidade de São Paulo, contudo, parece ter despertado especial curiosidade do guarda-marinha, pois, mesmo em plena campanha militar, ele encontrou tempo para apurar junto aos inimigos as seguintes informações sobre os paulistas – então em guerra contra os *emboabas* na região das Minas: “Os portugueses testemunharam-nos a sua inquietação com os acontecimentos que teriam lugar nas minas durante a ausência do senhor Albuquerque e suas tropas, pois estavam em guerra com os paulistas. Esses poderiam muito bem aproveitar a oportunidade para pilhar as instalações das minas, uma vez que não tinha ficado grande força para guardá-las. É preciso saber que esses paulistas são um amontoado ou mistura de todos os povos e raças, mistura em que predomina a raça portuguesa, e que são mais ou menos como os flibusteiros. Há muito tempo, eles estabeleceram-se em uma zona do território próximo das minas, onde têm uma bela cidade chamada

São Paulo, da qual tiram o nome com o qual se designam. Sempre reconheceram o rei de Portugal como seu soberano, todavia, quando o monarca quis dar-lhes um governador, opuseram-se e expulsaram o representante de Sua Majestade, constituindo uma pequena república que tem como lei fundamental nunca receber comandante da parte do rei, mas pagar-lhe, não obstante, o quinto do ouro que extraem das minas – e, pelo que se diz, são muito corretos nisso. Esse espírito de independência os tem muitas vezes conduzido à guerra. E eles a têm feito, sem, no entanto, alcançarem a liberdade almejada ou serem totalmente subjugados. Os paulistas não estão afastados do mar, o porto de Santos, no sul da costa, que passa por ser muito bom e seguro, é o seu escoadouro”.

Um último exemplo da referida reputação da cidade de São Paulo na Europa dos séculos XVII e XVIII – além dos fragmentos citados, restam somente mais três comentários muito sucintos sobre a cidade, legados por William Dampier (1696), George Anson (1740) e Louis Antoine Bougainville (1767) – vem da pena não de um aventureiro ou de um navegador, mas de um renomado iluminista, o abade Guillaume Thomas François Raynal (1713-1796), autor do célebre (34 edições em menos de 20 anos) *Histoire philosophique et politique des établissemens et du commerce des Européens des deux Indes* (1770). A obra, uma abrangente análise do sistema colonial europeu segundo a perspectiva do pensamento ilustrado, dedica ao Brasil o livro nono. Aí Raynal analisa uma a uma as províncias da América portuguesa, províncias que, bem entendido, o abade jamais visitara, mas que conhecia sobretudo graças à leitura das muitas narrativas de viagem que eram então publicadas na Europa. Acerca de São Paulo, a *obra de síntese* do abade informa aos seus leitores o que se segue: “É a 13 léguas do oceano que está a cidade de São Paulo, num clima delicioso e no meio de um campo igualmente favorável às produções dos dois hemisférios. Ela foi construída por volta de 1570, pelos malfetores com os quais Portugal havia infestado as costas do Novo Mundo. Desde que esses celerados perceberam que queriam submetê-los a alguma ordem, abandonaram as margens nas quais o ocaso os havia lançado, e refugiaram-se num lugar afastado, onde as leis não podiam atingi-los. Uma situação em que um pequeno número de

homens poderia defender-se de mais tropas do que se poderia usar contra eles deu-lhes a ousadia de não quererem outros senhores senão eles próprios, e o sucesso coroou sua ambição. Outros bandidos e as gerações oriundas de suas ligações com as mulheres da região os recrutaram e aumentaram o seu número. A entrada era, pode-se dizer, severamente fechada a todo viajante na nova república. Para ser nela recebido, era preciso apresentar-se com o projeto de se estabelecer. Os candidatos eram submetidos a duras provas: os que não aguentavam essa espécie de noviciado ou gerassem suspeitas de perfídia eram massacrados sem misericórdia; essa era também a sorte dos que pareciam querer se retirar. Tudo convidava os paulistas a viver na ociosidade, no repouso e na preguiça. Certa inquietude, natural a bandidos corajosos; a vontade de dominar, que segue de perto a independência; os progressos da liberdade, que levam ao desejo de um nome. Talvez todos esses motivos reunidos deram-lhes outras inclinações. Vimo-los percorrerem o interior do Brasil de uma extremidade à outra. Os índios que lhes resistiam eram mortos, os grilhões tornavam-se o quinto dos fracos, e muitos escondiam-se em cavernas e nas florestas para evitarem o tumulto ou a servidão. Quem poderia contar as devastações, as crueldades, os crimes dos quais eram culpados esses homens atrozes? No entanto, em meio a tantos horrores, formavam-se alguns povoados que devem ser vistos como o berço de todas as colônias que Portugal tem hoje no interior das terras”.

Espírito de independência em relação a Portugal, mestiçagem, caráter aventureiro e desbravador, sociedade sem lei nem rei, sentimento de clã, isolamento dos demais colonos e invenção de um novo *modus vivendi*. Eis as características dos paulistas que, quase de um modo mecânico, se repetem nas narrativas de viagem dos séculos XVII e XVIII que mencionam a cidade e seus estranhos moradores. Homens violentos, ignorantes e cruéis, sem dúvida, como sugere o abade Raynal, mas dignos de respeito, pois eram impetuosos e responsáveis pelo imenso alargamento do império português nos trópicos. Em linhas gerais, os ingredientes do *mito bandeirante* encontravam-se já aí elaborados, ainda que em estado bruto. Faltava quem expurgasse ou tornasse palatáveis alguns

componentes menos nobres – como a ignorância e a crueldade em relação ao índio – e envolvesse os demais (o espírito de independência, a mistura de raças, o caráter desbravador e sobretudo um suposto sentimento de diferenciação em relação ao colonizador português, ao emboaba) com o manto heroico da fundação da nacionalidade, tal como, mais tarde, vieram a fazer, cada um a seu modo e por razões variadas, Capistrano de Abreu, Alcântara Machado e o grande construtor da memória paulista: Afonso d'Escragnolle Taunay.

6 – Nuances do humanismo nacional

*É de um escravo humilde sepultura,
Foi-lhe a vida o velar de um sono atroz;
Deixa-o dormir no leito de verdura,
Que o senhor dentre as selvas lhe compôs.*

Ensinam-nos, desde a mais tenra idade, que versos como os citados – de autoria do poeta Castro Alves – colaboraram para construir entre os brasileiros do século XIX um sentimento de repúdio pela escravidão forte o suficiente para, em pouco tempo, liquidar definitivamente com o secular cativo de negros que maculava, *diante de Deus e diante dos homens*, a história do Brasil. É inegável que poetas como José Bonifácio de Andrada (o Moço), Trajano Galvão, Francisco Leite Bittencourt Sampaio, Luís Gonzaga Pinto da Gama, Castro Alves, Fagundes Varela e tantos outros que colocaram os seus versos a serviço da causa abolicionista, pintando em cores vivas o *martírio dos cativos*, desempenharam lá o seu papel na onda antiescravista que tomou conta do país a partir da segunda metade do Oitocentos. Todavia, acostumamo-nos a dar demasiada importância ao impacto de tais ímpetus humanistas e, comodamente, a esquecer que o carro da abolição foi movido também por um outro combustível tão ou mais potente do que essa *cristã indignação*. Refiro-me ao medo, não ao medo de uma rebelião ou de um levante, mas ao medo dos *males físicos e morais* que o escravo, segundo se dizia na época, cotidianamente levava para o interior da casa do branco.

Expressão modelar desse menos digno mas igualmente poderoso sentimento que tomou conta de uma parcela significativa da população brasileira do período é o pouco conhecido romance *As vítimas-algozes*, do médico e escritor Joaquim Manuel de Macedo. O singelo autor de *O moço loiro*, é bom lembrar, foi um dos

romancistas mais empenhados em fazer cumprir a *missão civilizatória* que então se atribuía à prosa de ficção, especialmente no que diz respeito ao seu potencial moralizador. Desde *A moreninha* (1843), o fecundo escritor carioca procurou, no dizer de um crítico da época, compor uma obra de *suma moralidade*, que funcionasse como “um poderoso antídoto contra o veneno corrosivo da sociedade em que vivemos”. Foi imbuído desse afã moralizador que, no final da década de 1860, o já conhecido e respeitado romancista resolveu debruçar-se sobre um dos mais agudos e delicados problemas que assolavam a sociedade do seu tempo: a escravidão. O resultado é o mencionado *As vítimas-algozes* (1869), romance hoje pouco conhecido, mas extremamente importante para o entendimento do pensamento oitocentista acerca da escravidão e de suas implicações.

Vítimas... é, ao seu modo, um romance abolicionista. Não daquele abolicionismo que encontramos nas obras dos poetas anteriormente relacionados. Como explica Macedo, na nota “Aos Nossos Leitores”, não lhe interessou, nas *educativas e moralizantes* histórias que entregava aos consumidores de sua vasta obra, pintar “o quadro do mal que o senhor, ainda sem querer, faz ao escravo”, mas, sim, o “quadro do mal que o escravo faz de assento propósito ou às vezes irrefletidamente ao senhor”. Dito de maneira mais direta, o romance antiescravista de Macedo quer convencer os seus leitores de que é preciso libertar os escravos não por razões humanitárias, mas porque os cativos, sempre imiscuídos nas casas-grandes e nos sobrados, introduzem a corrupção física e moral no seio das famílias brancas.

Macedo nem foi o primeiro e nem seria o último a defender essa que nos parece hoje uma tese bizarra. Nos romances e nas peças oitocentistas, são incontáveis as vezes em que o escravo é pintado como o agente corruptor de uma sociedade que se quer moral e fisicamente higienizada. Lembremo-nos, a título de exemplo, do *moleque Tobias*, da peça *O demônio familiar* (1856), de José de Alencar; da *mucama Bráulia*, do drama *História de uma moça rica* (1861), de Pinheiro Guimarães; do *mulato Lourenço*, da peça *O escravocrata* (1882), de Arthur Azevedo e Urbano Duarte; do *feiticeiro Joaquim Cambinda*, do romance *A carne* (1888), de Júlio

Ribeiro; ou, ainda, da *mulata Noca*, do romance *A falência* (1901), de Júlia Lopes de Almeida. De diferentes maneiras, todas essas figuras negras, ao levarem o *desassossego* e o *barbarismo* para o interior da casa do branco, vinham lembrar-lhe que o flagelo da escravidão era um mal *também para os senhores*.

Mas, se o autor de *Os dois amores* não primou pela originalidade, primou pela clareza com que explicita as suas posições e pela capacidade de tipificação. As vítimas-*algozes* põe em cena uma das mais amplas galerias de tipos negros da literatura oitocentista, constituindo uma bela amostragem da imagem que certa parcela da sociedade brasileira – a parcela branca, letrada e detentora de escravos – tinha do africano e de seus descendentes. Desfilam pelas páginas das três histórias que compõem o livro: o negro feiticeiro, o *moleque* traiçoeiro, a escrava assassina, as negras que se amasiam com seus patrões, a mucama lasciva, os negros desocupados dos botequins, os mulatos espertalhões, enfim, um sem-número de tipos que demonstram ao leitor o quão comprometedor da estabilidade social era a presença do escravo na intimidade doméstica.

Se tais tipos deram um contributo mais *relevante* para a formação de uma mentalidade abolicionista do que os *negros martirizados* da poesia abolicionista, é algo que dificilmente poderemos determinar com precisão. Uma coisa, porém, é certa: ao término da escravidão, as vítimas do cativeiro que habitavam os versos indignados dos poetas abolicionistas, se não caíram no esquecimento, tornaram-se gradativamente uma lembrança distante daquele momento triste mas especial da história pátria, momento em que as almas *sensíveis* do país perceberam que havia algo de ofensivo, a Deus e aos homens, no cativeiro de seres humanos.

Ironicamente, no entanto, malgrado essa janela da consciência que costumamos abrir quando atentamos para o quão tardia foi a abolição da escravatura no *Império dos trópicos*, vida mais longa e ativa do que os *cativos sofredores* da poesia abolicionista tiveram aqueles tipos nascidos daquela literatura que buscou ressaltar os tais perigos que a natureza bárbara do escravo, a sua *animalidade*, como então se dizia, representava para a *sociedade civilizada*. É desconfortável admitir, mas personagens como a *mulata lasciva* que

corrompe o lar do branco, o *negro alcoólatra e violento* que leva o desassossego aos cidadãos de bem, o *preto velho feiticeiro* que infesta a sociedade de crendices e impede o *avanço das luzes*, o *negro servil e traiçoeiro*, o *mulato indolente* e tantas outras figuras menos virtuosas que povoaram as páginas dos dramas e romances oitocentistas ganharam uma espécie de vida própria, encontrando boa acolhida no repertório intelectual do brasileiro e, não obstante as mudanças por que passou a cultura nacional, determinando em muito os lugares que a sociedade local disponibilizou para negros e mestiços – muito mais, sem dúvida, do que os tocantes mas apagados *negros injustiçados* da *poesia condoreira*. De certo modo, acabamos por fazer a mesma opção de Macedo que, na introdução do seu *libelo antiescravista*, escreveu: “Esquecemos o Bug-Jargal, o Toussaint Louverture e o Pai-Simão; o escravo que vamos expor a vossos olhos é o escravo de nossas casas e de nossas fazendas, o homem que nasceu homem, e que a escravidão tornou peste ou fera”.

7 – Aventureiras no Brasil de antanho

Foi com um certo alívio que, em agosto de 1764, a inglesa Jemima Kindersley pôs os olhos sobre o litoral da Bahia, olhos cansados de dias de travessia marítima desde as Ilhas Canárias. Mal sabia a senhora Kindersley que se tornaria a primeira e, por quase meio século, a única mulher viajante a escrever sobre a imensa colônia portuguesa dos trópicos. A bem da verdade, em meio ao relativamente exíguo grupo de visitantes estrangeiros que, entre os séculos XVI e início do XIX, passou pelo Brasil e escreveu sobre o que viu – uns 200, pouco mais, pouco menos –, há notícia de somente três mulheres, a referida Jemima (1764), Elizabeth Macquarie (1809) e Rose Freycinet (1817). As três pioneiras permaneceram poucos dias no país (no máximo 60) e conheceram, muito ligeiramente, duas cidades brasileiras: Salvador e Rio de Janeiro.

Em linhas gerais, o que essas três europeias deixaram registrado sobre o Brasil, malgrado a distância temporal e outras particularidades que as separam – condições de viagem, período em que visitaram o país, meio em que circularam por aqui etc. –, não diverge muito entre si e, mais ainda, não diverge em nada dos padrões – temas e tratamento dos temas – encontrados nos relatos de viagem sobre o país escritos por visitantes do sexo masculino. Em outras palavras, não há, ao contrário do que procuramos olhando daqui, do século XXI, uma *singularidade feminina* nesses discursos. Predomina aí uma série de *tópicos* sobre o Brasil, que há tempos frequentavam as narrativas de viagem europeias.

As três, como era extremamente habitual entre os viajantes escritores, abrem a sua descrição do país oferecendo ao leitor uma perspectiva da *exuberante natureza dos trópicos*. Jemima, ao avistar Salvador, encanta-se com as casas brancas, contrastando com o azul do mar e o verde dos canaviais. Rose, a princípio pouco receptiva aos detalhes da paisagem, extasia-se com a Floresta da

Tijuca, um dos mais bonitos e férteis recantos que vira na vida. A mais arrebatada das três, E. Macquarie, é categórica: “nenhuma descrição consegue dar, à pessoa que nunca pôs os olhos neste porto, uma boa ideia da sua admirável beleza e grandiosidade. A entrada é a mais bonita que há no mundo”.

Cedo, porém, as três senhoras, sempre fiéis aos padrões da literatura do gênero, ao menos daqueles referentes ao Brasil, passam ao contraponto de tamanha exuberância e riqueza naturais: *a pouco civilizada e moralmente corrompida* sociedade que o português estava construindo nos trópicos. A senhora Kindersley, por exemplo, desagradou-se de quase tudo que viu em Salvador. A cidade que pinta é imunda, desordenada, obscurecida pelas gelosias e, sobretudo, povoada por uma gente rude, demasiado papista e de moralidade mais do que deteriorada.

A senhora Macquarie, que encontrou a cidade do Rio de Janeiro repleta dos seus contrerrâneos ingleses e mal saiu desse restrito círculo, descreveu-a com tons menos cinza, mas não deixou de registrar, de certo modo dialogando com a longa tradição de narrativas sobre a América portuguesa, que havia se surpreendido positivamente com a urbe, sobretudo tendo em conta a *reputação de preguiçosos* dos portugueses. Acerca dos habitantes, a esposa do futuro governador da Austrália não se habilitou a redigir uma única linha.

Madame Freycinet, por sua vez, foi extremamente discreta em relação à cidade, mas revela na sua narrativa que propositalmente evitou os cariocas – a francesa, segundo conta, *pressentiu* que os seus hábitos não lhe agradariam e resolveu frequentar somente gente de sua terra –, que a casa dos fidalgos era imunda e, recuperando uma sentença encontrada em pelo menos duas dezenas das narrativas de estrangeiros sobre o Brasil, disparou em tom de desabafo: “pena que um país tão belo não seja colonizado por uma nação ativa e inteligente”.

As três visitantes não se distanciaram dos padrões nem mesmo quando descreveram as suas congêneres dos trópicos. Duas delas, inclusive, engrossaram o enorme coro daqueles visitantes que viam com péssimos olhos a aparência, a educação e a conduta das mulheres da América portuguesa (índias, mestiças e brancas). Uma

delas, Rose Freycinet, que diz *ser incapaz* de emitir qualquer opinião sobre a intimidade das cariocas, não deixou de comentar que eram ignorantes, sujas e envelhecidas antes do tempo. Jemima Kindersley foi ainda menos contida ao se referir às baianas que, aos seus olhos, eram incultíssimas, porém dotadas de uma enorme astúcia quando o que estava em causa eram *aventuras amorosas*. Jemima vai ao extremo de asseverar: “Pudera eu contar-lhe o que a escuridão da noite oculta daquelas que, durante o dia, são vistas somente nas igrejas, e as minhas missivas pareceriam um libelo sobre o sexo”.

A sentença de Jemima, porém, não era nova. O conhecido astrônomo abade La Caille, duas décadas antes, havia dito coisa parecida sobre as cariocas, as quais, uma década depois, seriam, em tom mais romanesco, repetidas por James Cook. Ambos, no entanto, tiveram antecessores, como o francês Pyrard de Laval que, em 1611, lançou sérias máculas sobre a conduta das baianas. Em suma, não somente as *mulheres fáceis*, mas também a *natureza exuberante*, as *cidades confusas e barulhentemente mouriscas*, as *populações semiocidentalizadas*, o *cristianismo exagerado* são tópicos, *lugares-comuns*, presentes na maior parte das *relações* de viagem sobre o Brasil produzidas pelos europeus entre os séculos XVI e XVIII. Tópicos de vida longa e larga penetração no repertório intelectual do Velho Mundo, o mesmo repertório, é sempre bom lembrar, que a *intelligentsia* brasileira oitocentista utilizou em larga medida para construir a sua ideia de Brasil e de brasileiros.

8 – Cristãos a seu modo

O bom e velho Pero Vaz de Caminha, homem sério, ainda que dotado de pouca cultura e quase nenhuma imaginação, disse na sua renomada carta que os seres com *bons rostos e bons narizes* que por aqui viviam demonstravam um pendor todo especial para crer em algo, daí a predisposição de espírito que teriam para receber o deus verdadeiro, o deus cristão. Dizia o singelo escrivão que, segundo a sua humilde opinião, “outra coisa não falecia a essa gente, para ser toda cristã”, do que entender a língua dos portugueses.

As décadas e os séculos vindouros não deram lá muita razão ao célebre escrivão. A bem da verdade, quando se leva em conta a desilusão dos missionários que por aqui aportaram – as lamurientas cartas dos padres da Companhia de Jesus, salientando o pouco que a pregação missionária *entrava nos corações e nas cabeças dos nativos*, são exemplares nesse sentido –, pode-se mesmo dizer que Caminha errou redondamente no que tange aos nativos, mas somente no que tange aos nativos, pois, como numa espécie de vaticínio, acertou, ao menos em parte, no tocante aos colonos dos trópicos, uma criatura que desde cedo mostrou grande pendor para crer barulhenta e festivamente em qualquer coisa.

Os jesuítas, de novo eles, talvez tenham sido os primeiros a perceber, não sem alguma revolta, tal *inclinação* do colono e, conseqüentemente, o caráter *ardente* mas *degenerado* que a religião católica vinha tomando nestas terras quentes – religião que, de cristã, segundo os bons padres, conservava somente um detalhe aqui e outro acolá. Todavia, a desaprovação da Companhia, ou das muitas outras ordens que se instalaram no Brasil – ordens que cedo deixaram de lado a enfadonha e inglória missão de converter os gentios e passaram a se dedicar aos fiéis que estavam mais à mão (brancos, negros e mestiços) –, de pouco serviu para deter o avanço e a consolidação desse cristianismo devoto, porém de contornos próprios. Ao contrário, pelo que tudo indica, tanto o clero secular como o regular trataram rapidamente de, com mais ou menos

reclamações, ajustar as suas crenças, princípios e exigências aos gostos locais.

Desenvolvemos, então, com a benção dos representantes tortos de Roma – lembremos que a Igreja no Brasil era mantida e regida pela coroa lusitana (padroado) – e com a devoção de que somos capazes, um cristianismo de *cor local*, cristianismo sensualista, eclético, antipático à introspecção e moralmente pouco exigente, como observou, não sem uma ligeira tristeza, o historiador Sérgio Buarque de Holanda. Um cristianismo singular, que cedo, muito cedo, causou espanto aos cristãos de além-mar que o conheceram.

A lista dos que registraram o seu *estranhamento* em relação às práticas católicas dos colonos é longa e variada. Há, por exemplo, o registro protestante, feliz por supostamente encontrar nestas plagas uma rotunda demonstração das perversidades inerentes à prática romana, ao *papismo*, como gostavam de dizer. O inglês Arthur Phillip é um desses detratores reformados. Na meia dúzia de páginas do seu relato dedicadas ao Rio de Janeiro, por onde passou em 1787, o almirante não se esqueceu de tecer um longo comentário sobre a religiosidade do carioca. Diz o primeiro governador da Nova Gales do Sul (Austrália): “o que neste país mais chama a atenção de um estrangeiro, principalmente de um protestante, é a quantidade prodigiosa de imagens de santos espalhadas pela cidade e a devoção de que são alvo. Essas imagens estão colocadas em quase todas as ruas e os habitantes jamais passam por elas sem fazer uma respeitosa saudação. Durante a noite, os devotos reúnem-se em torno do seu santo de eleição, recitam preces e cantam, em bom som, hinos religiosos. Os costumes dos habitantes, no entanto, segundo se comenta, não faz jus a esse excesso de fervor”. Ponderado, porém, conclui: “Mas, é preciso dizer, em todos os países, sob todos os climas, os atos exteriores de devoção superam os atos interiores, estes bem mais essenciais”.

Outro britânico reformado, George Vason, um pastor protestante que passou pelo Rio de Janeiro em 1796 a caminho de uma aventura missionária no Taiti, foi ainda mais longe e, depois de trocar impressões com outros missionários seus colegas de expedição, registrou esta breve mas contundente observação sobre

a religiosidade dos habitantes: “Deixamos a cidade, lamentando a ignorância e a superstição dos habitantes. Chegamos mesmo a comentar: trata-se de um lugar mergulhado na quase completa escuridão. A religião idólatra e anticristã que pratica o povo não está muito longe dos cultos pagãos”.

Ainda na linhagem *crítica protestante*, pelo menos mais dois nomes, dado o caráter modelar dos comentários que deixaram, não devem ser esquecidos: Jemima Kindersley e Watkin Tench, ambos britânicos e ambos visitantes do século XVIII. A primeira, Jemima, passou por Salvador em 1764; estranhou a quantidade exagerada de igrejas e de religiosos na cidade, censurou ferozmente o enorme poder de que dispunha o clero na sociedade soteropolitana, apontou uma certa pusilanimidade na fé dos baianos e arrematou:

“Observando a animada e constante devoção da gente daqui, ocorreu-me que a completa simplicidade do culto protestante, tão a propósito para aqueles que sabem distinguir a substância do reflexo, está muito distante do brilho e da ostentação que tanto prendem a atenção e excitam a imaginação do vulgo. A confissão, por exemplo, quando praticada sem excessos, é uma excelente instituição; se os padres católicos cuidassem da moral do seu rebanho com o mesmo zelo que buscam atrair fiéis para a sua igreja, este seria o povo mais virtuoso do mundo”.

No que tange a Tench, seu jocoso comentário sobre a religiosidade carioca de 1786 dá bem o tom do que pensavam os protestantes diante do espetáculo proporcionado pelo catolicismo dos colonos, barulhento e excessivo nas suas manifestações. Diz-nos o tenente: “De manhã até à noite, os ouvidos do estrangeiro são brindados com o repicar dos sinos dos conventos e seus olhos, saudados com procissões de devotos. Nessas últimas, a piedade e a leviandade caminham lado a lado, revezando-se continuamente. [...] Quem quiser que o filho tome aversão ao papismo, basta expô-lo à preguiça, à ignorância e à beatice deste lugar”.

Mas há, também, e isso é de se pensar, ao lado da satisfeita crítica anglicana, a censura saída da pena de católicos europeus, tão espantados com o catolicismo praticado na colônia quanto os seus rivais protestantes. O espanhol Francisco de Aguirre é um bom exemplo. O católico ibérico, que residiu dois meses no Rio de

Janeiro em 1783 e pôde conhecer mais de perto o cotidiano da população, lançou dúvidas contundentes sobre a devoção dos cariocas. Após testemunhar um grande número de movimentadas procissões, devotadas penitências e animadas novenas, Aguirre disparou: “a tomar pelas manifestações exteriores de devoção os portugueses do Rio de Janeiro são realmente os melhores católicos do mundo. Contudo, tais manifestações nem sempre correspondem à devoção íntima, aos sentimentos que vão na alma”.

Mais ou menos três décadas antes do desconfiado espanhol, em 1751, outro católico, o abade La Caille, atento talvez aos tais “sentimentos que vão na alma”, deixou, a propósito de uns penitentes que andavam noite adentro arrastando pesadas correntes pelas ruas do Rio de Janeiro, a seguinte nota: “A conduta desses penitentes é tão escandalosa durante o dia quanto edificante durante a noite. Meu sono foi frequentemente interrompido pelo barulho das suas correntes e pelos seus gritos implorando misericórdia”.

Haveria ainda, percorrendo as páginas dos escritos legados pelos europeus que visitaram a distante colônia portuguesa dos trópicos ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, dezenas de outros comentários a mencionar, todos, no entanto, encaminham-se na mesma direção, direção magistralmente sintetizada por um francês, La Flotte, que passou pelo Rio de Janeiro em 1757 e asseverou que as muitas práticas religiosas da colônia acabavam por “degradar a verdadeira” – entenda-se europeia – “religião católica”.

Exageros de visitantes apressados e carentes do que muito recentemente passamos a denominar relativismo cultural? Talvez. É certo, todavia, que tais opiniões acerca dos colonos, exageradas ou não, alimentaram o repertório intelectual europeu e, em larga medida, condicionaram a ação daqueles homens do Velho Mundo que desembarcaram por aqui. É bom lembrar, igualmente, que muitas dessas impressões sobre a peculiar religiosidade aqui praticada ganharam foros de verdade no discurso da incipiente inteligência brasileira oitocentista e fizeram carreira na cultura nacional. Para mais, gostemos ou não, é inegável que, ao lermos essas xenodescrições, nós, brasileiros do século XXI, lembramo-nos de imediato das sonoras e entusiasmadas manifestações religiosas

dos carismáticos, dos neopentecostais e de outras tribos que o artesanato religioso local vem produzindo nos últimos tempos.

9 – Fortuna e imprevidência

Portugueses e brasileiros têm uma lastimável inclinação a crer cegamente no fado, na fortuna, e a depositar pouquíssimas esperanças na planificação. O fatalista de lá, no entanto, carrega consigo a incômoda percepção de que a fortuna vai quase sempre colocá-lo em situações difíceis, diante das quais nada há a fazer a não ser se conformar. O daqui, ao contrário, tem a firme convicção de que a boa fortuna se enamorou dele, de que *Deus é brasileiro*, e de que, com a sorte que temos e que sempre tivemos, tudo se arranjará para melhor, sem necessidade de muito previdência ou de muito esforço.

Desde cedo, aprendemos a cultivar esse doce e consolador princípio, que rapidamente se tornou um dos traços mais marcantes do caráter nacional, marcante e saliente, com um amplo leque de sentenças para expressá-lo: *essa é uma terra abençoada por Deus, sem catástrofes naturais e extremamente pródiga, o brasileiro é um povo especial*, etc. Nem mesmo a história do país escapou à sua envolvência, ao contrário, para boa parte dos brasileiros, a trajetória do Brasil e do seu povo, malgrado uns *pequenos percalços* aqui e ali – culpa de estrangeiros mal-intencionados ou de nacionais ricos, mesquinhos e estrangeirados –, parece insistentemente corroborá-lo.

O que, senão a boa fortuna, teria permitido aos portugueses do Quinhentos e do Seiscentos, povo também pobre e imprevidente, consolidar e ampliar o território do *gigante Brasil*? Para o senso comum local parece óbvio que somente a enorme ajuda de um Deus misericordioso, de um Deus já brasileiro, permitiu aos descuidados lusitanos desvencilhar-se gradativamente das ambições da poderosa Espanha, dos piratas ingleses, das ousadas investidas francesas no Rio de Janeiro e no Maranhão e da prolongada permanência holandesa na costa nordestina e consolidar a sua heroica posse sobre tão rico e cobiçado território.

E o que dizer então do descobrimento, do grande lance de sorte do povo português? Não faz parte da crença geral que foi graças a

uma providencial tempestade e a um feliz lapso de navegação que Cabral e suas caravelas vieram parar nas costas da Terra de Santa Cruz? Empresa muito distante daquela levada a cabo pelo empenhado e desventurado Colombo, que planeou com esmero as suas várias idas a um hipotético Oriente e acabou pobre e solitário num canto da Espanha, recusando-se a entender que havia dado de cara não com a Índia, mas com um mundo novo e imprevisto.

Os exemplos não param por aí. A Independência, em 1822, não foi, também ela, um grande lance de sorte? Passa a milhas do senso comum local que a vinda de D. João VI para o Rio de Janeiro, em 1808, possa ter causado qualquer prejuízo ao desenvolvimento da autonomia do Brasil ou retardado o seu necessário afastamento do então falido e decadente Portugal. Para a maioria dos brasileiros, a vinda do rei bonachão, ao contrário, foi um lance de sorte, uma benção que nos livrou dos traumas de uma guerra de independência e das inconveniências de uma mudança social brusca, mudança que poderia exigir esforços demasiados e gerar sabe lá Deus o que – quiçá repúblicas instáveis e fragmentadas como as da América espanhola. A fortuna, contudo, mais uma vez poupou-nos de preocupações e danos. Para azar de Portugal, Napoleão empurrou o rei para os trópicos, seu filho afeiçoou-se à antiga colônia e a independência veio quase como uma dádiva, como um presente para o afortunado Brasil.

Nem mesmo a escravidão, que por mais de três séculos pesou sobre nossa história, escapa desse raciocínio sedutor. O cativeiro de negros não é nada que cause orgulho ao povo brasileiro, mas passeia pela imaginação local a reconfortante sensação de que, se não fosse a nossa sorte providencial, poderia ter sido pior. Afinal, nestas terras quentes, o branco interessou-se pelas negras, o intercâmbio carnal avolumou-se e ganhou ares de naturalidade, e o conflito racial supostamente esmaeceu. Ora, o Brasil não se orgulha de ser uma *democracia racial*, um país de mestiços? Desde Gilberto Freyre, não ostentamos de peito inflado que, por aqui, ao contrário dos Estados Unidos, superamos, sem traumas e sem planos, os conflitos derivados da escravidão?

E não podemos nem mesmo dizer que esse vício é coisa do passado, uma herança colonial maldita renegada pelo Brasil

moderno. Gostemos ou não, o misto de imprevidência e crença cega na boa fortuna está longe de nos abandonar. Recordemos o ex-presidente da República, sem dúvida o tipo ideal desse brasileiro esperançoso do século XXI, autoridade cujo comportamento chegou a ser apreciado por nada menos do que quatro quintos da população do país, segundo diziam as pesquisas de então – poucos *tipos ideais* têm tamanha *aplicabilidade*.

O ex-mandatário máximo do Brasil, todos sabem, orgulha-se ainda hoje de ter uma sorte imensa – alguns denominam *instinto*, instinto do *povo brasileiro* –, e, enquanto governou, acreditou piamente que, diante de uma crise qualquer, o importante era ser otimista, arrumar eventuais culpados e aguardar que a sorte do país e de seu mandatário – que realmente acredita ter sorte – salvasse todos da catástrofe. Planejamento, precaução, responsabilidade, tudo isso é dispensável, coisa de somenos defendida, certamente, por gente sem sorte. *Ordem e progresso* soa-nos como um escárnio, melhor seria *a sorte vencerá a incompetência*! Eis o princípio que parece guiar esta gloriosa nação!

10 – Incompetência ou vileza?

Há um episódio curioso da história do Brasil, lamentavelmente pouco ensinado nas escolas, que diz muitíssimo sobre o modo como os administradores deste país zelam pela vida das populações que estão debaixo de sua responsabilidade. O caso é mais ou menos o seguinte. Em 1711, a então próspera cidade do Rio de Janeiro, escoadouro das riquezas que começavam a vir das Minas Gerais, viu-se, numa enevoadá manhã de setembro, invadida por corsários franceses, sob o comando do renomado almirante René Duguay-Trouin. Reza a história que, aproveitando-se de um intenso nevoeiro, os corsários passaram pela embocadura da Baía de Guanabara, tomaram a Ilha das Cobras e em poucos dias tornaram-se senhores da cidade. Os custos para a população de tão inoportuna visita foram significativos. Além de terem de arcar com um polpudo resgate – condição imposta pelo pirata para não reduzir a cidade a cinzas –, os cariocas viram as suas casas serem saqueadas e destroçadas, suas igrejas vandalizadas e roubadas, seus poucos monumentos destruídos e, sobretudo, alguns vizinhos serem mortos.

À primeira vista, tudo leva a crer que as autoridades e a população foram *pegas de calças curtas* e não tiveram nem tempo, nem meios para deter o avanço dos invasores. Uma fatalidade, em suma. A história, porém, é um pouco mais complexa e, por que não dizer, sórdida. Poucos meses antes do ocorrido, em agosto de 1710, a cidade tinha sido atacada por um outro grupo de corsários franceses, liderados por Jean François Duclerc. Nessa ocasião, uma série de erros estratégicos cometidos pelos invasores livrara a urbe do pior. Duclerc acabou, inclusive, prisioneiro dos cariocas e foi assassinado na cidade – não se sabe ao certo se por razões de Estado, vingança vil ou querela amorosa. Tinha-se, pois, tanto em Portugal quanto no Brasil, ciência de que os franceses alimentavam grande interesse pela cidade e, mais ainda, sabiam da fragorosa derrota de Duclerc. Mas não só. Poucas dias antes de pôr-se a caminho do Rio de Janeiro, a frota de Duguay-Trouin – composta

por 17 embarcações e 1.500 homens – havia sido descoberta pelos ingleses, que tentaram deter a sua partida do porto de Breste, obrigando o corsário a reagrupar e partir do porto de La Rochelle.

Trocando em miúdos, as administrações metropolitana e colonial estavam cansadas de saber que os franceses tinham organizado uma nova frota corsária e que estavam a caminho do Rio de Janeiro. Apesar disso, todos *relaxaram* e não tomaram qualquer providência. O alemão Jonas Finck, cujo navio – uma embarcação inglesa a caminho da Índia – estava reabastecendo na cidade quando da invasão, dá-nos uma medida do tamanho da despreocupação e do imprevisto: “no dia 24 de agosto, o governador do Rio de Janeiro foi informado de que uma frota de 15 navios tinha sido vista perto da costa do Brasil. Uns não acreditaram na notícia, outros mostraram-se preocupados, pois temiam que fossem navios franceses, que vinham vingar a derrota sofrida há um ano pelos seus compatriotas. [...] Os portugueses, diante das notícias, começaram a preparar-se para a defesa [...]”.

Ora, pelo que se vê, as autoridades não foram vítimas do cruel destino, mas da sua secular imprevidência, do *des/eixo* português. Mas o problema não acaba aí. Os cinco testemunhos da invasão de que dispomos – três franceses, um alemão e um inglês – são unânimes em asseverar que o governador e seus generais perderam diversas batalhas ganhas, ora por covardia, ora por incompetência, ora pelos dois. Ouçamos, a esse respeito, o que deixou registrado uma dessas testemunhas do ocorrido, o capitão inglês Joseph Collet. Aos seus superiores na Inglaterra, o capitão, um espectador neutro do episódio, relatou o seguinte: “14 dias depois da nossa chegada, o senhor Duguay-Trouin, à frente de 15 navios de guerra franceses, algumas fragatas e duas bombardas, entrou no porto e, em menos de uma hora, dele assenhorou-se. E isso malgrado a oposição dos fortes portugueses e de quatro dos seus navios de guerra. Em três dias, os franceses se apossaram da cidade e de todos os fortes, os quais eram bastante poderosos. As forças terrestre e naval francesas perfaziam cerca de 3.500 homens. Os portugueses, por seu turno, contavam com mil soldados das tropas de linha, 200 marinheiros, quatro mil cidadãos armados e entre sete e oito mil negros. Todos, depois de uma pequena

canhonada e sem que houvesse um único ferido, deixaram a cidade durante a noite, mandando à frente suas mulheres e riquezas. E assim procederam não por falta de armas ou munição, que foi deixada para trás em grandes quantidades”.

Até mesmo os invasores, que tinham interesse em valorizar a vitória, deixaram escapar reiteradas vezes nos seus testemunhos que as tropas francesas estavam mal preparadas e cometeram inúmeros erros, os quais foram compensados pela inépcia portuguesa. A incompetência foi tanta que o interventor nomeado pela coroa – um homem decidido, do gênero *faça ou vá embora* –, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, escreveu ao governador-geral do Brasil que, quando chegou ao Rio de Janeiro, a população estava revoltada e queria matar o governador Francisco de Castro Morais, o *Vaca* – note-se bem, *não vaiá-lo, mas matá-lo* –, a quem acusavam de covardia, incompetência e, em última instância, de ter *vendido e entregue a terra*.

De fato, Francisco de Castro Morais, depois de uma devassa – a CPI de então –, foi julgado culpado pela perda da cidade e condenado ao degredo, com prisão perpétua, numa fortaleza da Índia. O *Vaca*, como era conhecido, foi perdoado em 1730 e retornou para Lisboa – com direito a ter seus vencimentos restituídos. Prova de inocência? Nem tanto. Hoje sabemos, por meio da correspondência mantida entre o *Vaca* e Duguay-Trouin, que o governador do Rio de Janeiro comportou-se de maneira covarde e subserviente em relação ao inimigo; sabemos, igualmente, que o mediador do acordo de rendição, o jesuíta Antônio Cordeiro, nutria enormes simpatias pelo senhor Duguay-Trouin e que sua ordem recebeu muitos elogios nas *Memórias* legadas pelo corsário; sabemos, ainda, o que é pior, que o sobrinho e ajudante do *Vaca*, um tal Francisco Xavier de Castro Morais, de maneira cínica, obscena e acintosa, trocou, ainda durante a invasão, afetuosa correspondência com um dos invasores, o capitão-general e intérprete Louis Chancel de Lagrange. Em missiva datada de 13 de outubro de 1711, Xavier escreve ao amigo Lagrange: “Meu senhor. Suponho vive vossa mercê do sentimento do muito que o amo, assim não ignorará o muito que vivo saudosos da sua vista. Razões que me obrigam a pedir a vossa mercê que me dê alívio de novas

suas, enquanto o tempo me dilata o de lhe dar muitos abraços, beijar-lhe a mão, e pedir-lhe ocasiões de seu serviço que, suposto os sucessos e termos a que chegamos, me não deem muito ânimo a ir a essa cidade, vivo tão afeiçoado às prendas e à generosidade de vossa mercê que, ainda que seja mais ao tarde, hei de procurar-me dar de satisfação este gosto, que vossa mercê apeteço”. Venhamos e convenhamos, ainda que levemos em conta as normas de polimento de então, o tom é de cúmplices, não de inimigos em confronto.

Ao que tudo indica, pois, além de imprevidentes e de incompetentes, as autoridades foram corruptas. A dar ouvidos aos lamentos populares coetâneos e às evidências posteriormente descobertas, Castro Morais e os seus apadrinhados realmente venderam a cidade do Rio de Janeiro para os franceses – sabe Deus a que preço. Resta, porém, nesse caso todo, ao menos um consolo: à época, não se imputou a culpa pelo desaire a nenhum soldado raso morto em combate, ainda que o *Vaca*, quando interrogado por que não se preparara devidamente para o ataque e não cuidara para que seus subordinados não agissem de maneira tão covarde durante a batalha, muito provavelmente tenha respondido: *eu não sabia de nada!*

11 – Mulheres sensíveis e homens racionais

O escritor José de Alencar, logo nas primeiras páginas de um de seus romances mais célebres, *Senhora* (1875), conta-nos que a sua heroína, Aurélia Camargo, moça que enriqueceu subitamente e que viveu uma grande e marcante decepção amorosa, acabou por herdar dos tempos difíceis um grave desvio de caráter. Aurélia, depois de perder o amado para uma moça mais bem posicionada socialmente, passou a cultivar o estranho hábito de raciocinar como um homem, *contrariando a natureza sensível e emocional da mulher*. A certa altura do livro, comenta o narrador: “Mas no lampejo dos seus grandes olhos pardos brilhavam as irradiações da inteligência. Operava-se nela uma revolução. O princípio vital da mulher abandonava seu foco natural, o coração, para concentrar-se no cérebro, onde residem as faculdades especulativas do homem”.

A perspectiva do romancista Alencar, convém dizer, não é lá muito original no seu tempo. A bem da verdade, a esmagadora maioria dos homens de cultura do Brasil oitocentista pensava exatamente como o autor de *Iracema*: mulheres são mais sensíveis, homens, mais racionais; mulheres agem movidas pelo *coração*, homens, pelo *cérebro*. O tema mereceu, inclusive, ampla atenção da intelectualidade do período, sobretudo de médicos e escritores, cujas teses e romances, os urbanos especialmente, discutiram à exaustão a *natureza* sensível da mulher e a melhor maneira de preservar, numa sociedade repleta de excitações, o seu *frágil equilíbrio físico e mental*.

O raciocínio desenvolvido por esses *pensadores* da condição feminina, raciocínio cujos traços centrais ainda podem ser encontrados no quadro de referências de que o brasileiro lança mão para construir socialmente as mulheres, variou muito pouco ao longo do Oitocentos e uniu, numa só voz, médicos e beletristas. O seu núcleo é muito bem sintetizado pelo doutor Antonio Gonçalves de Lima Torres na tese *Breves considerações sobre o físico e o*

moral da mulher nas diferentes fases da sua vida, apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1848. Explica-nos o ilustre doutor: “A debilidade moral ou do sistema nervoso da mulher a torna susceptível de tão profundas e extraordinárias excitações. Enquanto o homem refreia o fogo desabrido das suas paixões com a força da sua razão, iluminada pela filosofia, único santo elmo nos embates, trabalhos e revezes da vida; a mulher, sempre tiranizada pela sua sensibilidade, não as pode dominar, nem ao menos evitá-las; e aquela que conserva mais razão e força experimenta, muitas vezes, por certos estados do corpo, uma infinidade de caprichos e as mais extravagantes irregularidades nos seus sentimentos”.

Vê-se que para o doutor Torres, bem como para boa parte da *inteligência* brasileira do Oitocentos (médicos, escritores, pedagogos etc.), a mulher é, sem sombra de dúvidas, um ser bem mais sensível do que o homem, mas é também, e esse é o preço a pagar por tamanha sensibilidade, um ser mais instável e dotado de menos razão. Daí a proposição médica, proposição que rapidamente se espalhou pelos romances da época e deitou raízes profundas no senso comum nacional, de que o exercício das faculdades intelectuais é não somente inútil para a mulher, como também nocivo. Os romances oitocentistas estão repletos de mocinhas que, dotadas de conhecimentos que *excedem a bitola do intelecto feminino*, perdem a sua estabilidade emocional e enveredam pelos caminhos do vício. Dois exemplos são especialmente interessantes.

O primeiro deles vem do romance *A carne*, de Júlio Ribeiro. Encontramos, aí, Lenita, moça criada por um pai viúvo que, ansioso por dotar a filha de uma *cultura extraordinária*, acabou por transformá-la numa mulher devassa e avessa à ideia de contrair matrimônio. O pai desolado, cansado das *cabeçadas* da filha, a certa altura lamenta: “estou quase convencido de que errei e muito na sua educação: dei-te conhecimentos acima da bitola comum e o resultado é ver-te isolada nas alturas a que te levantei”. Outro que cometeu o mesmo *erro* do pai de Lenita foi o também viúvo Jorge, do romance *O moço loiro* (1845), de Joaquim Manuel de Macedo. Sua filha Raquel recebera uma educação *singular e nova*, recheada de conhecimentos inadequados à inteligência de uma moça. Os resultados não poderiam ser piores: a rapariga tornou-se cética e

desconfiada em relação aos homens, tornou-se despreparada para cumprir, como se dizia no século XIX, com suas *obrigações de mulher*: casar, procriar e bem educar a sua prole.

Em regra, defendem médicos e romancistas, a *inteligência limitada* do sexo feminino apresenta maior compatibilidade com as atividades que exigem mais da intuição e da sensibilidade do que das capacidades intelectuais, do raciocínio lógico. Daí a *inclinação* da mulher para a *música de sala*, para o canto, para o desenho, para o bordado, para a decoração ou mesmo para o magistério das primeiras letras. É ao piano e ao canto que se dedicam Carolina (*A moreninha*), Honorina (*O moço loiro*), Helena (*Helena*), Iaiá Garcia (*Iaiá Garcia*) e muitas outras *moças de família* que figuram nas páginas da ficção brasileira oitocentista. Emília, do romance *Diva*, de José de Alencar, além dessas prendas, cultivava o desenho, e Aurélia Camargo (*Senhora*), antes de receber uma polpuda herança do avô paterno, pensava sobreviver ensinando as primeiras letras num colégio ou numa casa de família. Recordemos ainda do ilustrativo caso de Olímpia (*O livro de uma sogra*, de Aluísio Azevedo), mulher equilibrada, boa esposa e boa mãe, que se gabava de ter tido uma educação ideal, uma educação totalmente afinada com os anseios médicos: “Eu, pelo meu lado, – inocente e pura, educada sob os mais austeros exemplos da moral e virtude, tendo feito a minha aprendizagem doméstica sem prejuízo dos meus pequenos dotes sociais; sabendo coser, como sabendo bordar; dirigir o serviço dos criados, governar uma casa, como sabendo piano, receber visitas e dançar uma valsa; e mais: tinha boa ortografia, alguma leitura, que não era composta só de maus romances, um pouco de francês, um pouco de inglês, um pouco de desenho, [...] princípios religiosos bem regulados, caráter sereno, [...] seguros hábitos de asseio, alinho e gosto no vestir [...]”.

É certo que tais construções dizem respeito ao século XIX e que, quando em pleno alvorecer do século XXI, se apela para as potencialidades de uma suposta *sensibilidade feminina*, apresentando-a como um traço de distinção e de superioridade em relação ao sexo oposto, as relações anteriormente apontadas não são, em geral, nem mesmo supostas. Ocorre, porém, que as construções coletivas são por vezes persistentes e, quando

repetidas ao ponto de se transformarem numa quase cantilena, resistem obstinadamente à mudança. Por quase dois séculos habituamo-nos, com mais ou menos consciência, a associar o tal *quantum* a mais de sensibilidade da mulher a um déficit de razão, de inteligência. É, pois, pouco provável que, de uma hora para outra, tal associação desapareça do senso comum do brasileiro. Por enquanto, aquele que lança mão do estereótipo da mulher mais sensível como um trunfo do sexo feminino, queira ou não, lança mão também dos pequenos inconvenientes que lhe estão associados: a histeria, o descontrole emocional, a impulsividade e, sobretudo, o uso limitado do intelecto. Resta avaliar se as vantagens da intuição privilegiada compensam o ônus da razão minguada.

12 – O discreto gosto pelo cânhamo

O antropólogo pernambucano Gilberto Freyre, em um livro publicado em 1937 e há pouco reeditado no país, *Nordeste*, dizia que, no Brasil de outrora, a cultura da cana-de-açúcar, cultura sazonal, que ocupava o colono por no máximo duas estações, deixava um imenso tempo livre para um outro cultivo, o do ócio. Curiosamente, pondera Freyre, não passou pela cabeça da maior parte dos empenhados colonos que o tempo não consumido com a cana poderia ser utilizado de uma maneira *produtiva*, plantando arroz e feijão, por exemplo. Ao contrário, em paralelo ao plantio da cana, o colono resolveu dedicar-se a produções voltadas para o devaneio, para o escape: a indústria da aguardente, produto do agrado de todos; a cultura do tabaco, artigo indispensável para preencher as infundáveis tardes de calor e enfado dos senhores; e a cultura do cânhamo, da maconha, erva apreciada pelos pretos e pela gente pobre, gente que precisava, digamos, relaxar, pois, afinal, eram os *pés e as mãos do senhor de engenho*.

Da tradicional cachaça e do apreciado tabaco, o passado colonial legou-nos muitas informações, não somente sobre o preparo, interesse e valor comercial de tais produtos, mas também sobre os usos que os colonos faziam deles. Do tabaco ou petume (*betum, petema, peti, petigma, petima, petume, pitima, pituma, potumpetum*) há notícias constantes, que remontam ao início da colonização. Andre Thevet, Jean de Léry e Nicolas Barré, por exemplo, todos participantes da conhecida tentativa francesa de instalar uma colônia na região da Baía de Guanabara, a França Antártica (1555-1567), referem-se ao *peti*, amplamente utilizado pelos índios, em razão de suas virtudes medicinais. É de Léry a seguinte passagem: “colhem-na e a preparam em pequenas porções que secam em casa. Tomam depois quatro ou cinco folhas que enrolam em uma palma como se fosse um cartucho de especiaria; chegam ao fogo a ponta mais fina, acendem e põem a outra na boca para tirar a

fumaça que, apesar de solta de novo pelas ventas e pela boca, os sustenta a ponto de passarem três ou quatro dias sem se alimentar”.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, quando a vida nas cidades do litoral ganhou corpo, raro foi o visitante estrangeiro que, de passagem por um dos grandes portos brasileiros (Rio de Janeiro, Salvador, Recife ou Santos), não teceu algum comentário sobre o tabaco local, um tabaco de boa qualidade, fácil de ser encontrado nas casas comerciais, barato e, sobretudo, muitíssimo consumido pelos habitantes, que o apreciavam, como salientou o inglês James Tuckey, em 1803, *na forma de charutos e de rapé*. Antes dele, um século antes, em 1711, André João Antonil, no seu *Cultura e opulência no Brasil*, abria os seus comentários sobre a cultura do tabaco no país com uma nota reveladora da importância que tinha então o produto pelo mundo afora: “se o açúcar do Brasil o tem dado a conhecer a todos os reinos e províncias da Europa, o tabaco o tem feito muito afamado em todas as 4 partes do mundo, em as quais hoje tanto se deseja e com tantas diligências, e por qualquer via se procura”.

Da aguardente de cana – que conta com centenas de designações na língua portuguesa –, o passado colonial legou-nos ainda mais notícias. Há descrições de seu preparo, de seu consumo pelas tripulações dos navios, da facilidade com que era encontrada no comércio local, dos lucros que propiciava e, sobretudo, dos excessos a que eram levados os seus apreciadores mais extremados, que não eram poucos. Há notícias de tais excessos por todos os lados: dos célebres pileques do poeta Gregório de Matos à história mais picante – contada pelo padre Cepeda, em 1764 – de um jesuíta teólogo do colégio da Bahia que, todas as noites, *vestido de marinheiro*, saía para beber cachaça, armar confusão e se encontrar com *mulheres perdidas*.

Não por acaso, muitos daqueles visitantes que notaram o quão apreciado era o tabaco no país notaram também que os brasileiros consumiam copiosamente “uma aguardente forte e nociva para a saúde que, em razão de seu preço, estava ao alcance dos indivíduos de fortunas modestas” – como explicou, em 1799, um visitante inglês de nome George Semple Lisle. Notaram, ainda, que era comum a briga de embriagados nas cidades brasileiras, cidades

onde todos andavam armados de adaga e espada. Apesar de tais problemas, contudo, o sucesso que a pinga alcançou na colônia foi tanto que, nas primeiras décadas do século XIX, décadas de intenso nacionalismo, o viajante francês Saint-Hilaire registrou que a bebida já havia se tornado uma espécie de patrimônio nacional e que os patriotas a tinham como um símbolo do espírito de independência que arrebatava o país.

A maconha (*abango, abangue, aliamba, bagulho, bango, banguê, bengue, birra, bongo, cangonha, chá, diamba, dirígio, dirijo, erva, fumo, fumo de angola, jererê, liamba, marijuana, massa, nadiamba, pango, rafi, riamba, seruma, soruma, suruma, tabanagira, umbaru*), ao contrário de seus dois primos importantes, talvez por ter sido sempre relacionada aos escravos – comumente se atribui ao negro africano a introdução das primeiras sementes do *fumo de angola* no país –, jamais gozou de muito prestígio entre nós e menos ainda de divulgação. O que está longe de significar que esteve ausente do cotidiano dos colonos.

Para se ter uma ideia de como a cultura do cânhamo era presente, vale recordar uma passagem do instrutivo relato sobre o Rio de Janeiro, deixado pelo médico John Barrow. Em visita à cidade em 1793, Barrow, inglês culto e curioso, descreveu longamente as pinturas que enobreciam os pavilhões do Passeio Público da cidade, pinturas, segundo o inglês, “descritivas de oito fontes de riqueza do Brasil”. Uma delas, para espanto do leitor contemporâneo, representava “uma vista de uma plantação de cânhamo e da manufatura de cordas”. Barrow explicava que a planta era “cultivada sobretudo nos distritos meridionais, perto de Santa Catarina”, mas que carecia, naquele momento, de maiores incentivos para que se pudesse ampliar o seu cultivo na colônia. Um pouco mais tarde, Luiz dos Santos Vilhena, no seu *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas* (1798-1802), oferece-nos uma informação complementar; diz o cronista: “na ilha de Santa Catarina, e continente a ela adjacente, capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, e parte da de São Paulo produz admiravelmente o linho cânhamo [...]”.

Obviamente que nem Vilhena nem o respeitável médico Barrow pensavam nos usos recreativos que alguns colonos faziam da

planta, os tempos ainda não eram para tal. Barrow, a propósito, um experiente *homem do mar*, pensava, sim, na imensa utilidade que o cânhamo tinha para as navegações, onde era usado prodigamente na calafetagem das embarcações e na feitura de velas e cordas. Utilidades, inclusive, que tinham sido mencionadas por um outro navegador que passara pelo Rio de Janeiro antes dele, em 1767, o navegador John Byron, avô do célebre poeta inglês Lord Byron.

Malgrado, no entanto, essa presença no meio dos colonos e o conhecimento por parte destes de suas propriedades entorpecentes, pouquíssimos testemunhos restaram dos usos recreativos ou medicinais que se faziam da planta. Há somente referências esporádicas, quase sempre relacionadas a delitos morais e religiosos. Em 1749, por exemplo, um tal Antônio do Carmo, natural da Ilha Terceira, no arquipélago português dos Açores, compareceu diante do comissário do Santo Ofício da comarca da atual cidade de Mariana, em Minas Gerais – lugar em que se plantava muito cânhamo –, para explicar-se sobre um caso comprometedor em que o acusaram de estar metido. Eis a acusação que pesava sobre o músico português: “estava chumbado de aguardente e de pitar e se deitou na cama com vários rapazes músicos, por muitas vezes, e com eles estava com brincos desonestos, fazendo pulsões com as mãos e outras vezes entre as pernas dos ditos rapazes, e foi no pecado de sodomia agente e paciente com o pardo Valentim Pereira [...]”. Em 1777, o mesmo Santo Ofício, dessa vez em Lisboa, recebeu uma denúncia proveniente de Itapecerica da Serra, lugarejo próximo à cidade de São Paulo, acerca de uma parda, de nome Brígida Maria, que, em companhia de seu amante, natural de Angola, andava pelas imediações da cidade promovendo umas festanças, durante as quais dava uma erva para os participantes aspirarem – o cânhamo em forma de rapé, muito provavelmente – que os deixava *absortos e fora de si*.

Uma nota mais contundente e direta – mas não menos negativa – sobre o uso recreativo do cânhamo pela população local, ao menos pela sua parcela mais pobre, vamos encontrar somente no relato legado pelo renomado orientalista, escritor e diplomata britânico Richard Burton. No seu *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho* (1769), há duas passagens curiosas sobre o uso do cânhamo,

ambas em Minas Gerais e ambas envolvendo cativos. Ao descrever uma *revista dos escravos* que assistiu em Morro Velho, o inglês comenta: “depois disso, os diligentes vão cuidar das casas e das hortas, dos porcos e das galinhas; vão lavar roupa e costurar, ou carregar água, lenha ou capim para vender. Os preguiçosos e dissolutos vão gozar a santidade do dia à moda africana, deitados ao sol e, se puderem, bebendo e fumando haxixe, como os semisselvagens de Serra Leoa”. Mais adiante na sua narrativa, dissertando sobre os cuidados que se deveria ter com a escravaria e sobre o quanto esta apreciava uma aguardente – gosto que tantos transtornos trazia aos senhores –, Burton salienta: “o negro também se mostra muito amigo do pango, aqui chamado ariri, o conhecido bhag, cannabis sativa da Índia e da costa ocidental e oriental da África. Mostra-se prontamente disposto a pagar até mil réis por um punhado desse veneno”.

Burton, contudo, é uma referência tardia, da metade do século XIX. Antes dele, ao que parece, o cânhamo não deixou de marcar presença no país – ao ponto de merecer uma pintura no terraço do requintado Passeio Público da capital da colônia, do Rio de Janeiro –, mas o seu uso *recreativo*, religioso e medicinal não mereceu a atenção nem dos letrados, nem dos religiosos católicos, nem dos viajantes, em suma, de ninguém que tivesse meios para registrar tais usos. Aos olhos desses homens, o *pito de cânhamo* era um *mau hábito* de gente preta ou de gente que se *africanizara*, de *estropiados* da sociedade colonial, um mau hábito que não suscitava quaisquer preocupações ou reflexões do ponto de vista da lei – a não ser quando associado a um excesso moral ou religioso – e que não tinha importância social suficiente para que se gastasse tinta com a sua descrição.

O gosto pelo cânhamo, no entanto, nunca desapareceu ou chegou a perder a sua força entre os brasileiros, e isso antes mesmo da moda *hippie* ou dos milionários negócios do tráfico. O mesmo Freyre, para ficarmos num único exemplo, não se cansa de destacar o quanto a erva era, então, na década de 1930, popular no Nordeste – e é claro que essa não era uma peculiaridade nordestina. É verdade que não procedemos aqui como nos Estados Unidos, onde, no início do século passado, os plantadores de

madeira para celulose, interessados em eliminar os concorrentes que produziam papel de cânhamo, patrocinaram, com o precioso auxílio do FBI, uma verdadeira campanha nacional, associando maconha, negros e criminalidade. Houve, sem dúvida, no Brasil, uma crescente e empenhada criminalização do uso do cânhamo e um esforço em associá-lo às camadas mais pobres da população. Afinal, tratava-se, como dizia o antropólogo e educador Arthur Ramos, em 1934, de uma droga de uso ainda restrito, que saíra das *macumbas* e dos *catimbós* e se alastrara somente *pelos quartéis, pelas prisões e nos grupos de malavita brasileiros*.

Por aqui, pois, ninguém julgou necessário levar adiante algo tão sistemático como na América. Optamos por uma solução menos drástica e com mais *cor local*. Adotamos uma quase tolerância do ponto de vista prático – bem ao gosto do secular desleixo que herdamos dos lusos –, mas tivemos o cuidado de condenar moralmente o uso da *diamba* e de praticamente banir a erva da história pátria, como se a pobre não tivesse ocupado um espaço considerável tanto na economia quanto nas mentes dos brasileiros – e, certamente, não apenas nas mentes dos brasileiros negros e pobres.

13 – O iluminismo possível de um rei carola

Em 1833, num discurso dirigido ao Instituto Histórico da França, um membro novato da instituição, o brasileiro Francisco de Sales Torres Homem, ao iniciar um pequeno esboço sobre a história das ciências no Brasil, justificou do seguinte modo a pobreza do quadro que iria pintar diante dos seus colegas franceses: “Imaginaí uma nação obrigada a permanecer imóvel nos seus elementos de humanidade e se absorver profundamente na unidade de um despotismo sistematicamente opressor, e compreendereis qual tenha sido o estado das ciências no Brasil durante três séculos. Nenhuma academia, nenhuma instituição literária, no meio desse mutismo da inteligência popular no seio desse torpor com que o despotismo da metrópole gravava todos os espíritos [...]”.

O preâmbulo do jovem estudante brasileiro, ainda que fortemente marcado pelo sentimento patriótico característico da sua geração – a autointitulada geração romântica –, dá uma ideia razoável do que eram a educação e a cultura no país durante o *obsкуро período colonial*, como então se dizia. Mesmo no Rio de Janeiro, cidade mais próspera da colônia, a situação era desoladora. A sede do vice-reino praticamente desconhecia a atividade intelectual: os livros eram raros, as escolas contavam-se nos dedos de uma mão, os mestres-escolas eram poucos e ignorantes, as escassas bibliotecas religiosas quase não viam público, os jornais não podiam ser impressos e as academias tinham vida curta e atividade minguada. Houve, é certo, a partir de meados do século XVIII, um pouco por todo o lado, alguns esforços isolados e descompassados no sentido de dar alguma vida ao setor, mas nada que arrancasse a cidade e o país da ignorância em que viviam.

Ter-se-ia tratado, como sugere o jovem romântico, de uma política articulada da metrópole, interessada em evitar que o refinamento cultural fomentasse o espírito de revolta entre os oprimidos colonos? Ora, não convém sermos tão melodramáticos: nem os colonos

viviam num calabouço, nem a dita metrópole era tão precavida e vigilante. Portugal foi, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, um país pouquíssimo letrado e, o que é pior, com uma população que sempre demonstrou um interesse muito pequeno pela cultura e pela educação formal. Diante de tal quadro, o que se poderia esperar na distante colônia dos trópicos?

O fato é que, somente com a chegada de D. João VI, em 1808, começou a surgir no país um ambiente minimamente favorável para a produção de cultura e para a educação formal. Data desse período o desencadeamento de um processo que, sem nenhum exagero, poderia ser denominado *cruzada civilizatória*, uma cruzada em que o que estava em jogo era, de um lado, a constituição de um povo razoavelmente patriota, ordeiro e trabalhador, um povo apto a se engajar na nova sociedade que nascia; de outro lado, a construção de uma cultura que pudesse ser denominada *brasileira*, que expressasse o *espírito do povo*, como diziam os românticos. Os tímidos passos iniciais de tal cruzada, que se estendeu pelo século XIX e contou com agentes diversos (médicos, pedagogos, juristas, jornalistas, beletristas etc.), sem dúvida remontam aos tempos joaninos.

É verdade que D. João VI, pessoalmente, não tinha qualquer pretensão ou disposição civilizatória. Os seus anseios, por certo, não eram tornar os habitantes locais mais letrados, cultos e patriotas, mas tão somente tornar o país administrável e a vida da Família Real e da nobreza cortesã mais aprazível, mais próxima daquela vida que haviam deixado para trás quando saíram apressadamente de Lisboa. É verdade, também, que, mais importante do que as medidas tomadas pela sua administração em prol da cultura e da educação, foi o clima que se gerou no país decorrente da maior circulação de gentes e ideias, clima propiciado especialmente pela abertura do Brasil aos estrangeiros. Todavia, é inegável que o desembarque desencadeou uma espécie de iluminismo à brasileira, um iluminismo, gostemos ou não, conduzido, no seu alvorecer, por um rei de cultura limitada, um rei cujos interesses intelectuais não iam muito além dos sermões pregados pelos sermonistas régios e da música sacra que soava na capela real.

As continuidades históricas são sempre temerárias e é extremamente desagradável lembrar-se de mazelas da história pátria, mas, com um monarca desses à frente do país justamente quando as letras nacionais davam os primeiros passos, é de se admirar que a cultura e a educação gozem, até hoje, como demonstram as pesquisas recentes, de um prestígio tão pequeno entre as famílias brasileiras?

14 – O louco período joanino

Em junho de 1811, lá pelo dia 15, entrou no porto do Rio de Janeiro uma fragata portuguesa de nome Princesa Carlota. A ancoragem não mereceu nem mesmo uma nota da *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico que comumente dava notícias das embarcações mais notáveis que procuravam o movimentado porto carioca. A fragata, que saíra de Lisboa em meados de março e passara por maus momentos durante a viagem – ventos contrários, calmarias prolongadas e tempestades –, estava caindo aos pedaços, e tanto a tripulação quanto os passageiros vinham esfomeados ou doentes, o que certamente colaborou para a sua discreta arribada.

Em meio aos desafortunados passageiros que desembarcaram no Rio de Janeiro em meados de junho – certamente todos muito mal-humorados –, encontrava-se um homem de 30 anos, chamado Luiz dos Santos Marrocos. O português, como muitos de sua geração, vinha de Lisboa com um emprego garantido na burocracia estatal, o de bibliotecário da Biblioteca Real, e, também como muitos de seus contemporâneos, vinha com o declarado e firme propósito de *melhorar de condição* e retornar para junto da sua amada família na *terrinha*. A vida, porém, pregou uma peça nesse rabugento bibliotecário. Uma vez estabelecido no Rio de Janeiro, os ventos correram-lhe de feição, a terra pareceu-lhe cada dia menos hostil e ele acabou por deixar-se ficar na cidade, contrariando o que escrevera ao pai poucos meses depois do seu desembarque: “creia [...] se Sua Alteza Real me enchesse de benefícios tais que me visse elevado a um grau sublime de representação e abundância, nada me faria desvanecer da minha ideia o constrangimento com que vivo e o sumo desejo de me retirar de tão mau país. Deus permita não terminar meus dias debaixo deste horizonte [...]”.

Esse imigrante português saudoso e impertinente era filho de Francisco José dos Santos Marrocos, um professor de filosofia que também exercia, na Biblioteca Real da Ajuda, em Lisboa, o cargo de bibliotecário. Nascido na capital portuguesa, em 1781, há já algum

tempo Luiz Marrocos pertencia, como o pai, aos quadros do funcionalismo público, ocupando a função de ajudante das Reais Bibliotecas. Depois de transferir-se para o Brasil, em 1811, a sua carreira progrediu muito e rapidamente. “Eu aqui principiei a adotar o sistema de Maria vai com as outras”, escreveu o bibliotecário em 1812. O *sistema* parece ter dado excelentes resultados, pois, ao morrer em 1838, com apenas 47 anos, Marrocos exercia a importante função de oficial-maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, um cargo nada desprezível para quem, há 20 e poucos anos, desembarcara na cidade como simples ajudante da recém-inaugurada Biblioteca Real.

Além de tamanho progresso profissional, o país que a princípio lhe parecera tão desagradável proporcionou-lhe pelo menos uma outra grata surpresa: uma esposa. Em 22 de setembro de 1814, Marrocos, cansado de estar “só e doente em terra estranha”, como comentou com o pai, casou-se com Dona Ana Maria de Santiago Sousa, uma carioca de 22 anos de idade, filha de pai português e mãe brasileira, “gente muito limpa, honesta e abastada”, como explicou aos seus familiares, sem deixar de referir que o pai da moça, José de Sousa Mursa, era homem “conhecido e respeitado de grandes personagens da cidade”.

Marrocos não se mostrou insensível a tamanhos benefícios que o Brasil lhe trouxera e, com o correr dos anos, mudou substantivamente a sua visão do país. Prova disso, são as diferentes reações que teve quando, em duas ocasiões, se viu diante da possibilidade de trazer os parentes lisboetas para o Rio de Janeiro. Em 1812, respondendo a uma indagação do pai, que queria, ao que tudo indica, vir com o resto da família para a cidade, o contrariado bibliotecário, depois de explicar os horrores que passariam durante a viagem, arrematou com a seguinte advertência: “reflita na qualidade da terra; porque há nela sempre uma contínua epidemia de moléstias, pelos vapores crassos e corruptos do terreno e humores pestilentos da negraria e escravatura, que aqui chega da costa leste; [...] além disso, a cidade é de pouca extensão e muito semelhante ao sítio de Alfama ou, fazendo-lhe muito favor, ao bairro Alto nos seus distritos mais porcos e imundos. Ora, quem vem de Lisboa aqui desmaia e esmorece [...]”.

Isso disse Marrocos em 1811, poucos meses após desembarcar. Mais tarde, porém, em meados de 1819, depois de ter se casado, se adaptado à terra e progredido bastante profissionalmente, é o próprio bibliotecário quem retorna à ideia e, determinado a convencer os seus familiares a virem para o Brasil, escreve uma longa carta aos seus, enumerando as vantagens de imigrar. Antes de exaltar as virtudes da terra, lembra ao pai que a família levava uma vida miserável em Lisboa e que o patriotismo era “um frívolo pretexto de gente caduca”, ainda mais se a pátria em questão era uma terra ingrata como Portugal. Em seguida, exalta as qualidades da vida que passara a levar depois que viera para o Brasil, vida cômoda e aprazível: morava em uma casa grande e bem localizada, tinha diversos escravos para servi-lo, comia do *bom e do melhor*, vestia-se com dignidade, enfim, estava numa situação muito confortável e poderia – garante ao pai – proporcionar o mesmo a ele, à mãe, irmã e tia.

Logo adiante, na mesma carta, para arrematar o seu insistente convite, Marrocos destaca as qualidades do lugar onde morava e não esconde o quanto mudara a sua visão do Rio de Janeiro. Ouçamos o bibliotecário: “o sítio [...] é magnífico, e talvez o melhor da cidade, não só por ser lavado de bons ares, mas em uma rua muito larga e asseada, tendo no princípio um formoso chafariz, e no fim o Passeio Público [...]; temos próximas três igrejas e duas capelas, uma praça de horta e o matadouro com açougue, além de mil outras comodidades [...]; sendo de não menos vantagem a proximidade do mar para limpeza e despejo da casa [...]”.

Tudo isso que sabemos sobre esse tal Marrocos, um imigrante que, como se vê, progrediu muito em solo carioca, quem nos conta é ele próprio, pois, ao longo da primeira das quase três décadas em que viveu no Brasil (1811-1838), o português escreveu periodicamente à sua família, sobretudo ao pai. Foram 186 cartas que chegaram até nós, redigidas entre junho de 1811 e março de 1821. A primeira, cujo conteúdo já mencionamos, descreve a miserável viagem a bordo da fragata Princesa Carlota, e a última, remetida meses antes de D. João VI deixar o Brasil, dá conta de seu rompimento com a família, que parece não ter aceitado muito bem nem o seu casamento, nem o seu gradativo *abrasileiramento*.

Ainda que uma boa parte dessas quase duas centenas de cartas trate de suas atribuições na Biblioteca Real – tema que muito interessava ao pai, bibliotecário como ele –, do seu progresso profissional, da falta que sentia de notícias da família e das mazelas dos políticos e funcionários que cercavam D. João VI – quase todos pintados como corruptos, ignorantes, levianos e, sobretudo, incapazes de pensar no bem comum –, Marrocos encontrou tempo e disposição para tecer comentários um pouco sobre tudo, da saúde dos membros da casa real ao *enervante* espírito patriótico que tomava conta dos brasileiros.

O bibliotecário não é um cronista e tampouco tem preocupações históricas. As suas cartas são redigidas em estilo simples e corrido, sempre repletas de mexericos sobre a vida na corte e pouca atentas aos hábitos e costumes dos cariocas. Quando deixava de lado tais mexericos e o mundo dos livros, Marrocos tinha uma meia dúzia de temas aos quais, volta e meia, retornava. Um dos seus preferidos era as doenças. O pobre bibliotecário tinha a saúde debilitada – lembremos que morreu com somente 47 anos – e constantemente reclamava com os parentes de tosses, febres, dores pelo corpo, vertigens súbitas e, sobretudo, das hemorroidas – mal que trouxe de Lisboa e que parece ter piorado muito com o calor dos trópicos.

Frágil, preocupado e um tanto hipocondríaco, Luiz estava constantemente atento ao estado da saúde pública do Rio de Janeiro, que tinha na conta de um verdadeiro *matadouro de portugueses*. A cidade, que crescera desmedida e rapidamente, era imunda, rodeada de águas podres e com um clima que o bibliotecário reputava pavoroso: “mais pestífero do que Cacheu, Caconda, Moçambique, e todos os mais da costa de Leste; [...] aqui anda sempre o são Viático por casa dos enfermos, de dia e de noite; e há pouco soube que só na igreja da Misericórdia desta cidade se enterraram no ano de 1811 para cima de 300 pessoas naturais de Lisboa!”.

O pânico em relação às condições de higiene e saúde do Rio de Janeiro não diminuiu com os anos. Ao contrário, de tempos em tempos, Marrocos reportava ao pai e à irmã que a cidade estava sendo assolada por uma epidemia e que a sua saúde não ia bem. Há cartas suas que são verdadeiros obituários, com nomes e nomes

de portugueses mortos em alguma epidemia. Em 1816, por exemplo, comunica à família que padecera com as hemorroidas – “neste país são mais ativas que em Portugal” –, que perdera dois negros para as bexigas e que todos em casa tinham sofrido “nesta estação de epidemias que têm grassado por toda a cidade, causando grande mortandade”. Em 1817, Marrocos volta ao tema, dessa vez para contar ao pai que havia contraído um mal gravíssimo que quase o levara para a sepultura. Em 1818, em carta dirigida a toda a família afirma que o *clima avesso e fatal* e as condições de salubridade do Rio de Janeiro levavam-no a contrair pelo menos duas moléstias graves a cada ano.

Outro tema igualmente presente nas missivas de Marrocos diz respeito ao crescimento da violência no Rio de Janeiro. A cidade e os seus subúrbios, narra o bibliotecário, estavam infestados de ladrões, que roubavam sem qualquer constrangimento *logo ao princípio da noite*. Em 1813, Marrocos conta ao pai que tinham sido registrados 22 assassinatos na cidade em apenas cinco dias, muitos deles executados de forma *bárbara*. A situação era tal que o chefe de polícia tinha sido não somente roubado, mas ainda esbofeteado, pois trazia consigo pouco dinheiro. As mulheres também viviam dias de insegurança, segundo o apavorado bibliotecário, pois não eram incomuns os casos de senhoras que, *depois de sofrerem outros insultos*, tinham sido degoladas. O quadro tornava-se ainda mais dramático em razão da ineficiência da polícia, incapaz de manter a segurança das ruas com o pequeno efetivo de que dispunha.

Mas nem só de doenças e crimes vivia o Rio de Janeiro que Marrocos descreveu em suas cartas. Em meio à centena de intrigas palacianas, doenças e reclamações, de vez em quando lhe escapava um comentário sobre uma ou outra amenidade do cotidiano carioca. Em 1812, por exemplo, contou ao pai que havia comprado uma loteria para colaborar com a construção do Teatro São João, iniciativa do empenhado intendente de polícia da corte, Paulo Fernandes Viana. Meses mais tarde, comunicou-lhe que o teatro, “feito à imitação e grandeza do Teatro de São Carlos”, em Lisboa, estava pronto para a inauguração, mas havia custado uma pequena fortuna, parte da qual, dizia-se, tinha ido parar no bolso de particulares.

O bibliotecário gastou também alguma tinta contando à família sobre as dezenas de comemorações que o intendente Paulo Fernandes vinha organizando para homenagear a Família Real e “trazer o povo entretido”. Pelo que narra o devotado Marrocos, sempre com uma palavra simpática quando se referia à realeza, comemorava-se de tudo na cidade, de casamentos ao restabelecimento de um príncipe ou princesa doente, e sempre com muita pompa e circunstância.

O Rio de Janeiro pintado por Marrocos, no entanto, não obstante as “festas cívicas e religiosas”, é uma cidade extremamente carente de divertimentos, uma cidade na qual quem tinha “um par de patacas” promovia em sua casa “partidas noturnas, por não haverem outros entretenimentos”. Aqueles que tinham mais de “um par de patacas”, a “gente graúda”, como dizia o bibliotecário, estavam, inclusive, erguendo *palacetes* adaptados ao gosto mais europeu e preparando-se para melhor *receber as visitas*. A duquesa de Cadaval, por exemplo, informa Marrocos em 1818, estava construindo nas vizinhanças de sua casa, no bairro das Laranjeiras, um grande palácio, cujo projeto e obra estavam a cargo de um arquiteto e de um mestre de obras franceses.

Malgrado, no entanto, essa carência de divertimentos, de *vida social*, em carta à sua querida *mana*, Marrocos comenta que o Brasil é denominado “com razão de terra dos vícios e da perdição” e que muitas moças vindas de Lisboa, vária delas conhecidas da irmã, quando se mudavam para o Rio de Janeiro, adotavam um *mau procedimento* e passavam a levar uma vida *viciosa*. Muitos cariocas, lamenta o bibliotecário, olhavam com desconfiança as moças vindas de Lisboa, que já desfrutavam no Rio de Janeiro da mesma reputação que as brasileiras desfrutavam em Portugal.

Dizer mal dos portugueses, a propósito, tornava-se um hábito cada vez mais comum entre os brasileiros – uma “gente indigníssima, soberba, vaidosa e libertina” – que, de dia para dia, estavam mais impertinentes no seu nacionalismo, observa Marrocos. Em 1815, quando o Brasil foi promovido a *Reino unido de Portugal e Algarves*, tal impertinência, segundo o bibliotecário, tornou-se excessiva, insuportável. Ouçamos o que o irritado e despeitado Luiz disse ao pai: “Pelas gazetas que ultimamente remeti

a vossa mercê, lhe será constante o brado que aqui se ouviu pela elevação destes Estados a Reino [...]. O Senado, que em tudo se quer distinguir, em tudo dá a conhecer que é Senado do Brasil e por isso fez a função mais porca, que eu não esperava ver. Em despique à mesquinhez do Senado, o Corpo do Comércio, todo bazófia, reserva para depois da Páscoa a sua função alusiva ao mesmo objeto, e em que prometem o maior aparato e grandeza, à imitação das Festas Reais de Lisboa [...]. Quanto a mim, o extremo também é vício”.

O lusitanismo militante de Marrocos aquiesceu-se com o passar do tempo, ao ponto de permitir-lhe engajar-se no processo de Independência e, pelo que se deduz da sua rápida ascensão nos quadros burocráticos do Brasil de D. Pedro I, abraçar de corpo e alma a nova pátria. O seu mau humor em relação a certos aspectos do modo de vida do carioca, no entanto, mau humor indigesto para os nacionalistas mais ardentes, permaneceu e deu o tom de suas instrutivas e por vezes divertidas perspectivas do movimentado Rio de Janeiro dos tempos d’El Rei.

15 – O mais próximo do paraíso

O navegador florentino Américo Vespúcio, na sua renomada carta *Mundus Novus*, de 1503, depois de explicar ao seu destinatário, Lorenzo di Médici, a natureza da estranha gente que encontrara na sua passagem pelas terras que viriam a ser o Brasil, comentou: “A terra daquelas regiões é muito fértil e amena, com muitas colinas, montes, infinitos vales, abundante em grandíssimos rios, banhada de saudáveis fontes, com selvas amplíssimas e densas, pouco penetráveis, copiosa e cheia de todo o gênero de feras. Ali principalmente as árvores crescem sem cultivador, muitas das quais dão frutos deleitáveis no sabor e úteis aos corpos humanos [...]. Se quisesse lembrar de cada coisa que ali existe e escrever sobre os numerosos gêneros de animais e a multidão deles, a coisa se tornaria totalmente prolixa e imensa [...]. Ali todas as árvores são odoríferas e cada uma emite de si goma, óleo ou algum líquido cujas propriedades, se fossem por nós conhecidas, não duvido de que seriam saudáveis aos corpos humanos. Certamente, se o paraíso terrestre estiver em alguma parte da terra, creio não estar longe daquelas regiões, cuja localização [...] é para o meridiano, em tão temperado ar que ali nunca há invernos gelados nem verões férvidos”.

Fertilidade da terra, variedade da fauna, exuberância da flora e clima temperado e salubre, livre dos rigores do inverno europeu, eis os pilares da descrição de Vespúcio, pilares que se perpetuarão nas narrativas de viagem sobre o Brasil, quando o tema abordado for a natureza dos trópicos. O clima ameno, por exemplo. O piloto francês Nicolas Barré, que desembarcou em companhia do cavaleiro Villegaignon na Baía de Guanabara em 1576, diz ter se surpreendido com a temperatura que encontrou na então denominada *zona tórrida*, onde esperava deparar com um calor capaz de fulminar um europeu: “ao contrário do que diziam os antigos, pareceu-nos bastante temperada, de tal modo que os homens que estavam vestidos não precisaram de se despir e os que estavam despidos não careceram de se cobrir”.

Um século mais tarde, a ideia do *clima temperado* persiste e, embora a Europa conheça nessa altura um pouco mais sobre a vida e a natureza dos trópicos, ainda é alvo de poucas contestações. Gabriel Dellon, um cirurgião francês preso pela Inquisição em Goa, que aportou na Baía de Todos os Santos em 1676, no segundo de seus dois livros com menções à passagem pelo Brasil, comenta: “Em todo o Brasil o clima é temperado e agradável, o ar é são, a terra fértil e, ao longo de sua costa, há inúmeros bons portos, onde os navios podem ancorar em segurança”.

Entre Barré e Dellon, no entanto, houve, no decorrer do século XVII, quem francamente suspeitasse do clima temperado. Em 1649, o aventureiro Richard Flecknoe, um inglês que se gabava de ter sido o primeiro *turista* a pisar em terras brasileiras, comenta: o clima do “país é quente e, devido às chuvas abundantes e contínuas, úmido”. Pouco depois dele, em 1666, um capuchinho italiano, Dionigi Carli, de passagem por Recife, a caminho do Congo, explicou: “Há somente duas estações neste país: uma primavera bastante temperada, mas muito chuvosa, durante a qual as árvores não perdem as suas folhas; e um verão muito quente e muito seco, de tal modo que, se não fosse o orvalho, a terra seria toda queimada e ressecada”.

Gradativa percepção da *realidade*, isto é, de que o clima do país era tropical e de que nada tinha de ameno? Longe disso. Ao longo do século XVIII, independentemente das regiões visitadas ou das estações em que cada visita se deu, as opiniões continuam a oscilar. É tal oscilação que permite ao inglês James Forbes, amante da história natural, ao passar pelo Brasil em pleno verão de 1765, asseverar: “a fertilidade dos vales, a suavidade do clima e a beleza da vida animal e vegetal conferem especial interesse a esta parte da América do Sul”.

Todavia, ao longo do século XVIII, malgrado a persistência da ideia de clima temperado, o calor dos trópicos passa, num crescendo, a sensibilizar os visitantes estrangeiros e, sobretudo, a parecer-lhes bastante inóspito e insalubre. O sábio francês Frézier, por exemplo, depois de uma breve estada em Salvador, registrou: “aproveitei ao máximo o tempo livre para visitar a cidade e seus arredores, malgrado a chuva constante, intercalada com um calor

insuportável”. Acerca do Rio de Janeiro, cujo clima havia sido considerado ameno por Barré no século XVI, um visitante espanhol, Juan Francisco de Aguirre, que visitou a cidade em 1763, ponderou: “a cidade é dominada por montanhas, que formam, na parte ocidental, uma espécie de paredão. Essa configuração impede a circulação do ar e não permite que o vento refresque a região, de ordinário muito quente”.

Por sorte, no entanto, o *quase paraíso* de Vespúcio não era composto somente pelo clima, que, de ameno e salubre no século XVI, terminou o século XVIII com a reputação de excessivamente quente e, o que é pior, insalubre. O florentino também mencionara a exuberância da flora local, tema que cedo passou a marcar presença constante nos relatos sobre o Brasil e, ao contrário do clima, não sofreu qualquer variação ao longo de três séculos. As narrativas provenientes da França Antártica, mais uma vez, tiveram um papel importante na consolidação dessa ideia. Recorramos novamente a Nicolas Barré. Depois de descrever para os seus leitores um sem-número de produtos que havia encontrado na nova terra, empolgado, o piloto comenta: “A terra produz, ainda, favas grandes e pequenas, ambas muito boas para comer, e uma quantidade pouco significativa de cana-de-açúcar. Também em pequena quantidade são os limões e as laranjas aqui encontrados, pois os habitantes locais são extremamente negligentes no seu cultivo. Quanto às plantas medicinais, encontrei somente a beldroega, o mirto e o manjerico. Todo o resto é tão selvagem e grande que, se mestre Jean, o herbanário, aqui estivesse, ficaria, sem dúvida, bem embaraçado”.

Cerca de meio século mais tarde, em 1613, na outra França, a Equinocial, Louis Pezieu, em coro com seus companheiros capuchinhos instalados no Maranhão – Claude D’Abbeville, Arsène de Paris, Yves D’Evreux –, conta aos colegas capuchinhos de Paris que, onde se encontrava – no atual Maranhão –, se vivia uma *primavera eterna*. Tamanha exuberância não passou igualmente despercebida ao oficial da Marinha inglesa John Byron, o avô do poeta Lord Byron. O britânico, que visitou o Rio de Janeiro em 1764, em meio a muitos comentários elogiosos acerca da fertilidade da região, observou: “O local onde [a cidade] foi construída é muito

agradável, especialmente devido ao grande número de árvores que o rodeiam, árvores que conservam o seu verdor durante todo o ano”.

Tão impressionante para os visitantes quanto a exuberância da vegetação local – cuja variedade e singularidade levaram o aventureiro Flecknoe a afirmar que “nem uma só árvore ou planta [...] apresentava semelhança com as da Europa” – era a diversidade da fauna, o terceiro dos quatro *lugares comuns* vistos e revistos desde a carta de Vespúcio. A variedade dos pássaros, por exemplo. Raro o visitante que deixou de se referir, com mais ou menos detalhes, às vistosas e coloridas aves do Brasil. O mencionado *turista* Flecknoe, por exemplo, legou-nos a esse respeito uma impressão lapidar. Depois de alguns passeios pelos arredores do Rio de Janeiro, o inglês sentenciou: “As aves são tão belas que poderíamos afirmar que a natureza aprendeu aqui os seus matizes antes de pintar as nossas. Conquanto os pássaros da Arábia sejam chamados aves do Paraíso, merece o Brasil o nome de Paraíso das aves”.

As verdes e impenetráveis florestas brasileiras, construídas nas páginas das narrativas de viagem, não eram, contudo, habitadas somente por uma variedade infinita de pássaros. O imaginativo André Thevet, por exemplo, além de um capítulo dedicado às aves, “Das aves mais comuns da América”, não deixou de dedicar umas poucas páginas de seu relato de 1578 aos animais que supostamente eram caçados e consumidos pelos nativos da Baía de Guanabara, todos diferentes daqueles da Europa, como destaca Thevet. O aventureiro Hans Staden também havia dedicado umas tantas páginas de sua narrativa de 1557 aos animais da nova terra, aos que viu e aos que supôs existirem em matas tão amplas e densas: veados, porcos-do-mato, tatus, tigres, leões, capivaras e uns tantos outros.

Meio século mais tarde, em 1601, William Davies, um inglês que veio parar, na qualidade de escravo de um navio italiano, na embocadura do Rio Amazonas, também não deixou de comentar, na sua brevíssima narrativa, o quão variada era a fauna local: “Permaneci dez semanas no Amazonas e pude observar o modo de ser do povo e as características do lugar. A região é inteiramente

coberta por florestas e povoada por todo tipo de animais selvagens, tais como leões, ursos, lobos, leopardos, babuínos, saguis, javalis esquisitos, macacos, andorinhões e muitos outros bichos estranhos. Os bosques estão cheios de pássaros selvagens dos mais variados, e é possível encontrar mais papagaios por aqui do que pombos na Inglaterra – a propósito dos papagaios, cheguei a comer vários deles e devo dizer que são muito saborosos”. Um século e meio depois, em 1745, um visitante que passou pelo Sul do Brasil, nomeadamente pela ilha de Santa Catarina, o abade René Courte de La Blanchardière, repete praticamente o mesmo: “As terras ao redor são bastante elevadas e de tal modo cobertas pela vegetação que se tornam incultiváveis; há, contudo, algumas faixas de terra nas quais os índios têm trabalhado. As matas estão repletas de tigres, macacos, javalis, papagaios e diversos outros animais”.

Nada, todavia, em se tratando da natureza dos trópicos, mereceu mais atenção do visitante do que a prodigalidade da terra, o quarto dos componentes centrais da modelar descrição de Vespúcio. É raro encontrar um relato acerca do Brasil colonial em que não haja ao menos uma pequena referência ao quão fértil era o solo local. Recorramos mais uma vez ao inglês Flecknoe: “A terra é quase toda coberta de matas e, com o solo virgem desde a criação do mundo, produz, sem nenhuma cultura, árvores frondosas e enormes, algumas das quais com sete ou oito braças de diâmetro e mais de 70 ou 80 de altura”.

Antes dele, de Vespúcio aos holandeses instalados no Nordeste, passando pelos franceses das Franças Antártica e Equinocial, por Hans Staden, Anthony Knivet, Pierre Laval e tantos outros, todos invariavelmente abraçaram a ideia do *em se plantando tudo dá*, e dá até mesmo sem plantar, sem nenhum esforço, sem nenhuma cultura, como se costumava dizer. O renomado pirata e escritor William Dampier, que passou por Salvador em 1699, chegou a sugerir que o solo, em geral, era de tão boa qualidade que quase dispensava, ou melhor, diminuía em muito o trabalho do agricultor. Foi, no entanto, Jemima Kindersley, uma inglesa que visitou Salvador em 1764, que deu tons de certeza às sugestões do pirata. Ouçamos a primeira mulher a publicar as suas impressões de uma viagem ao Brasil: “Há, espalhadas pela região, umas poucas

propriedades rurais, com jardins providos com toda variedade de frutas, como bananas, melões, tamarindos, limas, cidras, limões, limões doces, romãs, melancias, e com árvores enormes cujos galhos vergavam com o peso das laranjas – fruta que aqui é extremamente comum e muitíssimo saborosa. [...] O trabalho do agricultor é pouquíssimo requisitado por aqui, na medida em que, com um clima e um solo como estes, os mais variados frutos da terra crescem quase espontaneamente”.

Eis, em linhas muito gerais, o cenário natural do Brasil construído pelos visitantes estrangeiros nos relatos de viagem dos séculos XVI, XVII e XVIII. Vespúcio, sem dúvida, deu o tom ao atribuir à terra características de um *quase paraíso*, isto é, ao atribuir à terra características extraídas de uma certa ideia de paraíso presente na cultura ocidental, características tais como: a agradabilidade do clima – nem quente nem frio –, o verde eterno e a exuberância das matas, a variedade da fauna – dos pássaros, sobretudo – e a desmedida fertilidade da terra, que quase dispensava o labor humano para prodigalizar seus frutos. Uma *visão do paraíso*? Nem tanto, na verdade, melhor seria falar numa *terra rica e aprazível*, uma terra com bom clima, bons rios, bons portos etc., cuja fertilidade anunciava muitas riquezas aos seus colonizadores. O uso da metáfora do paraíso, ao contrário do que por vezes se apregoa, não ganhou muitos adeptos e cedo perdeu a sua força e a sua presença nas narrativas de viagem com menções ao Brasil. Para mais, a partir da segunda metade do século XVI, os portugueses já tinham se estabelecido na terra com mais vigor e as descrições das paisagens naturais começaram a dividir espaço nos relatos de viagem com as descrições do mundo urbano, do mundo que o colonizador estava criando nos trópicos. E esse mundo, com a sua gente de pouca moral, estava bem longe de qualquer terra prometida.

16 – O martírio do homem de letras

Em 1893, Sacramento Blake, na introdução do segundo volume do seu renomado e utilíssimo *Dicionário bibliográfico brasileiro*, reclamava: “neste país quem não for dotado de muita força de vontade reunida à vocação irresistível para as letras, cairá desanimado quando pretender levar a efeito a publicação de qualquer trabalho de longo fôlego [...]”. O lamento de Blake, no ocaso do Oitocentos, não constituía propriamente uma novidade. Desde o alvorecer do século, século que viu nascer aquilo que passamos com o tempo a denominar cultura brasileira, as reclamações relativas às dificuldades inerentes ao culto das letras eram a tônica dos discursos dos intelectuais desta parte do Novo Mundo.

A coisa começou cedo, antes mesmo do *iluminismo possível* desencadeado aqui pelo pouco ilustrado D. João VI em 1808. O árcade Cláudio Manuel da Costa, por exemplo, já no século XVIII, lamentava quão dura e solitária era a vida de um poeta nas *rudes terras da América*. Costa, no entanto, é comedido no seu lamento se comparado aos gritos ruidosos do pai do romantismo brasileiro, Gonçalves Magalhães, ou à choradeira do seu amigo pessoal e colega de letras Torres Homem. O primeiro, em um artigo que praticamente inaugura a história da literatura brasileira no país, publicado na pioneira revista *Niterói*, em 1836, disparou: “O Brasil, descoberto em 1500, jazeu três séculos esmagado debaixo da cadeira de ferro, em que se recostava um Governador colonial com todo o peso de sua insuficiência, e de sua imbecilidade. Mesquinhas intenções políticas, por não avançar outra coisa, leis absurdas e *iníquas ditavam, que o progresso da civilização, e da indústria* entorpeciam. Os melhores gênios em flor morriam [...]”.

O último levou a lamentação para além-mar e, num emocionado pronunciamento no Instituto Histórico de França, em 1833, não hesitou em explicar a pobreza da nascente cultura brasileira nos

seguintes termos: “Imaginal uma nação obrigada a permanecer imóvel nos seus elementos de humanidade e se absorver profundamente na unidade de um despotismo sistematicamente opressor, e compreenderéis qual tenha sido o estado das ciências no Brasil durante três séculos. Nenhuma academia, nenhuma instituição literária”.

A lamúria não parou aí, ao contrário, seguiu adiante e consolidou-se como um verdadeiro tópico da cultura nacional. Nada é mais ilustrativo de tal procedimento do que as conhecidas *biografias de brasileiros ilustres* que preencheram páginas e páginas das revistas culturais do século XIX. Os escritores do período colonial quase sempre são pintados aí como gênios oprimidos pela mão pesada da metrópole, homens que seriam verdadeiros Miltons, verdadeiros Cervantes, não fosse a implacável perseguição dos invejosos e ignorantes senhores de Lisboa. O pouco que escreveram esses enormes talentos deveria ser louvado e exaltado, pois custara muito esforço, muito sangue e muita lágrima. Januário da Cunha Barbosa, por exemplo, ao pintar o perfil intelectual de Basílio da Gama, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1839, vai ao ponto de ocultar o oportunismo no poeta – que, de discípulo dos jesuítas, passou a ostentar um discurso fortemente antijesuítico para agradar ao Marquês de Pombal – e de pintá-lo como um menino pobre e patriota que, de tão talentoso e esforçado, acabou por superar mil obstáculos e impressionar o próprio nobre.

Os intelectuais nascidos depois de 1808 ou depois da Independência não eram menos heroicos. É certo que não havia mais a opressão metropolitana a esmagar-lhes o ânimo, a tolher-lhes a iniciativa. Todavia, mesmo sem a opressão e com o *talento natural* para as letras tão característico do povo brasileiro – como diziam os românticos –, como tornar-se um Balzac, um Dickens diante do enorme desprezo dos concidadãos, da incúria das autoridades, da ausência de meios materiais, em suma, do pouco caso de um público inculto e sem interesse pelas coisas do saber? Nessa batalha inglória, somente os gênios, os sumamente empenhados, os heróis sobreviviam e se destacavam. O que produziam, é verdade, era pouco exuberante. Mas como não valorizar o talento de homens imbuídos de um empenho titânico, de

um excepcional amor à pátria e à cultura? O crítico Sílvio Romero, um dos arautos do heroísmo dos homens de letras do país, na sua *História da literatura brasileira*, traduziu magistralmente tal sentimento quando asseverou: “o trabalho intelectual é no Brasil um martírio; por isso pouco produzimos; cedo nos cansamos, envelhecemos e morremos”.

À primeira vista, tamanha indignação e tamanha vontade de superar obstáculos e produzir cultura indicariam um anseio sempre frustrado de derramar a educação sobre todas as classes, de forjar um país onde a cultura letrada significasse um pouco mais do que simplesmente um artigo de luxo consumido pela gente bem-nascida. Todavia, isso não é bem assim. As reclamações dos homens de letras daqui, que ninguém se engane, sempre foram mais uma cantilena voltada para a exaltação dos poucos letrados existentes, para o realce do seu caráter heroico, nobre e abnegado, do que propriamente um desejo efetivo de apresentar soluções práticas e de criar condições efetivas para que um número mais amplo de indivíduos tivesse acesso ao conhecimento.

Ao que tudo indica, até hoje, a dita *intelligentsia* brasileira, não obstante as constantes reclamações de viver entre incultos, acredita piamente que ter cultura é um dom divino – este é o país dos talentos natos e individuais –, uma benção da natureza, impossível de ser gerada por meio de uma sociedade mais equânime, mais atenta à educação de todos os seus membros. Ou é isso ou, infelizmente, ao contrário do que pensavam os românticos, somos muito limitados, inaptos para o saber, pois há séculos lamentamos e patinamos no mesmo lugar: a cultura, tal como no Oitocentos, ainda goza de prestígio diminuto, a educação local persiste em ocupar as piores posições entre os países da América Latina, os índices de leitura dão vergonha a quem se proponha a comparar com os de outros povos e, o que é pior, dia após dia, continuamos elegendo homens e mulheres ignorantes e despreparados para conduzir os destinos do país, cidadãos que cotidianamente evidenciam o seu solene desprezo pela cultura.

17 – O ônus da verdade médica

O pensador estoico Lúcio Aneu Sêneca não se cansa de recomendar aos seus leitores que a vida não deve ser comprada a qualquer preço. Mais ainda. Ao homem sábio, segundo ele, recomenda-se, inclusive, encurtar a própria existência se a Fortuna mostrar-se demasiado adversa, se o dia a dia se converter somente num pasto para a dor. Afinal, se escolhemos o que comer, o que vestir, onde morar e tantas outras banalidades, por que não escolher também, caso tenhamos a chance, a hora e o modo de morrer?

O pensamento de Sêneca, certamente, não tem muitos adeptos nas sociedades contemporâneas, sociedades em que a busca por viver mais é uma obsessão quase religiosa, incentivada por uma poderosa casta de quase santos: os profissionais da saúde (física e mental). Por aqui, no Brasil, como por todo lado no Ocidente, pelo menos desde o século XIX, existimos sob a crescente e constante tutela dessa gente, gente que se encarregou de tomar para si o monopólio da verdade sobre a saúde e, conseqüentemente, o direito de elaborar as regras de conduta necessárias para que possamos supostamente viver muito e, como gostam de pregar, *com mais qualidade de vida*. Tamanha autoridade, prestígio e penetração social, porém, concedamos o mérito a quem tem, nem veio do dia para a noite nem caiu do céu, ao contrário, foi um processo longo e custou muito esforço da categoria.

O Brasil, como se sabe, lamentavelmente conheceu uma universidade, a Universidade de São Paulo (USP), somente na década de 1930. Durante os 300 e poucos anos de colônia, não tivemos sequer ensino universitário. A primeira, ou melhor, as duas primeiras faculdades instaladas no país são as de Direito, inauguradas em pleno Brasil independente (1827), nas cidades de Olinda e São Paulo. A instalação dessas duas instituições de ensino, é bom que se diga, veio como uma espécie de compensação minguada de um plano bem mais ambicioso, acalentado desde o início do governo de Pedro I: a criação da Universidade do Brasil. A universidade, porém, por razões variadas,

entre as quais a indisponibilidade de verbas, não saiu do papel, saíram somente os dois cursos isolados, que assim permaneceram até 1832, quando são inauguradas, nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro, as faculdades de Medicina.

Desde 1829, organizados em torno da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Corte, os poucos médicos que atuavam no país reivindicavam junto aos poderes públicos a criação de uma instituição na qual pudessem, em solo nacional, reproduzir seus quadros, aprimorar o conhecimento da área e controlar melhor o exercício da profissão – o país estava repleto de *pajés e curandeiros* –, medidas que, diziam os doutores, eram indispensáveis para diminuir a enorme mortandade das cidades brasileiras. Em 1832, a contínua e crescente pressão médica finalmente deu resultados, e, como foi mencionado, são abertas as duas faculdades.

Para além de, durante muito tempo, dividir com as faculdades de Direito o papel de instituições formadoras das elites letradas do país – no Brasil, afora uns autodidatas, a maior parte dos nossos políticos, jornalistas, literatos etc. passou pelos bancos das instituições mencionadas –, a Faculdade de Medicina e o saber médico aí produzido e divulgado tiveram um papel sobremodo importante na formação dos costumes da população brasileira do século XIX.

Os médicos, que buscavam se afirmar como os senhores da verdade sobre a doença e a cura, sonharam nessa época com uma sociedade livre de patologias físicas e morais. Foi em nome dessa sociedade higienizada que opinaram sobre a organização das prisões e dos colégios, sobre a melhor maneira de controlar e assepsiar a prostituição, sobre a educação das crianças e dos jovens, sobre a limpeza dos logradouros públicos e dos estabelecimentos comerciais e até mesmo sobre a alimentação e a vestimenta de homens, mulheres e crianças. Eram tempos em que se acreditava nos poderes ilimitados da medicina, nos poderes ilimitados dos *saberes científicos*. Foi dentro desse espírito que, em 1836, o doutor Cruz Jobim, no discurso de abertura do seu curso de Medicina Legal, orgulhosamente disse aos seus alunos: “da medicina e das ideias que ela fornece os legisladores de todos os países têm procurado tirar os fundamentos de grande número de

leis. Tanto mais válidas e estáveis quanto elas têm por base o conhecimento da natureza humana e das suas verdadeiras necessidades”.

É certo que, nesses quase 200 anos de existência, o saber desses esperançosos doutores não levou nem ao conhecimento da tal natureza humana, nem à estipulação das *melhores* regras para a organização da sociedade brasileira. Por sorte da categoria, porém, cada vez menos a sociedade os interrogou acerca de tão espinhosos temas. Outra era a expectativa dos *leigos* em relação a eles. O homem comum dispôs-se a ouvir e a acatar as prescrições de médicos e psiquiatras – e de toda uma chusma de *auxiliares especializados*, de nutricionistas a treinadores de academia –, desde que isso trouxesse consigo a esperança não de alcançar o conhecimento da natureza humana ou de viver em uma sociedade sem tensões, mas de simplesmente durar mais tempo e prolongar ao máximo os vícios da juventude.

Foi graças a essas promessas, promessas constantemente renovadas, que os doutores de toda casta alcançaram relativo êxito na sua missão de higienizar a sociedade e regram a vida dos mortais. Foi graças a ela que grande parte das normas de que os indivíduos passaram a lançar mão para organizar a sua vida cotidiana se impregnou de recomendações médicas. Está longe de ser por acaso, por exemplo, que a internet tenha mais *sites* com dicas de saúde e bem-estar do que com conteúdo pornográfico. Hoje é mais fácil as crianças e jovens serem aliciados por um produto farmacêutico, um alimento funcional, uma vitamina ou um chá purificante do que por um artigo erótico. Não é tampouco por acaso que os grandes jornais, nos últimos tempos, passaram a dedicar páginas, seções e mesmo cadernos inteiros, com dicas e reportagens sustentadas na opinião dos indefectíveis *doutores e especialistas*, voltados para a saúde e o *equilíbrio* físico e mental dos leitores.

Estamos, em suma, empesteados pelas *verdades médicas*, verdades quase sempre contraditórias, instáveis e com resultados extremamente incertos. Afinal, como também sempre recorda o referido Sêneca, por vezes “morremos, vítimas do nosso medo de morrer”, pois a Fortuna é uma dama caprichosa, que gosta de

submeter aos piores tormentos aqueles que são demasiado precavidos diante da vida.

18 – O paraíso das mulatas

Em *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711), André João Antonil – que o incansável Capistrano de Abreu descobriu ser o pseudônimo do jesuíta toscano João Antônio Andreoni –, numa descrição curiosa da situação do negro na sociedade brasileira, registrou: “o Brasil é o inferno dos negros, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos e mulatas”. Das mulatas sobretudo, acrescentou o mordaz jesuíta, pois, segundo ele, saltava aos olhos o quanto tais criaturas se serviam da sua sensualidade para ascender socialmente e amenizar as agruras da sua condição servil, saltava aos olhos o quanto viviam, e por vezes muito bem, do comércio explícito ou encoberto do sexo.

Antonil, é certo, não era o primeiro e não seria o último a registrar esse *traço singular* da pitoresca sociedade dos trópicos. Antes dele, o poeta Gregório de Matos, que muitos apologistas da suposta *sensualidade tropical* tomam como o mais brasileiro dos escritores da América portuguesa, destacara enfaticamente o quão *ativas* eram as mulatas na vida sexual da Bahia seiscentista. A mesma *atividade* que, para o mineiro Cláudio Manuel da Costa, no seu *Cartas chilenas*, demonstravam na próspera Vila Rica do Setecentos.

É, todavia, bem depois de tais impressões, mais precisamente na quinta década do Oitocentos, que a mulata, ou melhor, que uma certa construção da mulata – construção que associa sensualidade exacerbada e utilização do sexo como modo de *subir na vida* – passa a marcar uma presença mais constante na literatura produzida no país e, aos poucos, a ocupar um enorme espaço na cultura brasileira, condicionando poderosamente os lugares que a sociedade local reservaria para as mulatas *de carne e osso*.

A *mulata literária*, a tal que contribuiu para consolidar um tipo social com existência muito concreta, estreia no romance nacional em 1853, pelas mãos do escritor Manuel Antônio de Almeida. Deparamos, no seu *Memórias de um sargento de milícias*, com Vidinha, mulata afetadamente sensual e amante das pândegas, que

rapidamente procura envolver o herói Leonardo com seus encantos. A partir daí a carreira da mulata na literatura nacional vai num crescendo, quase sempre encarnando *tipos* dotados de grande sensualidade, volúveis ao extremo e carentes de princípios morais sólidos, tipos, em suma, que são a síntese dos perigos representados pela maciça presença dos negros e de seus descendentes no cotidiano do branco – constantes ameaças à *paz doméstica*, à estabilidade das *famílias de bem*, como então se dizia.

O perfil mais acabado desse *elemento perigoso* que habitou o mundo ficcional brasileiro do Oitocentos – e que, de certo modo, ainda habita o senso comum nacional – é o de Rita Baiana, a *mulata sensual* do romance *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. A conduta da personagem, seus hábitos e especialmente sua relação amorosa com um português de nome Jerônimo são exemplares dos traços com os quais a literatura oitocentista procurou montar o construto *mulata*, construto que se instalou no pensamento nacional e acabou até por se transformar, com um retoque aqui e ali, num *produto de exportação* do país.

Rita era conhecida pelas lavadeiras suas colegas de profissão como *Rita Vadia*, dado o seu pouco apreço pelo trabalho. “Para Rita todos os dias são santos, a questão é aparecer quem puxe por ela”, diziam suas companheiras. A mulata era, também, muito dada a festas – geralmente em companhia do seu amante, um capoeira de nome Firmo – e, como não podia deixar de ser, dotada de uma sensualidade à flor da pele e de um comportamento para lá de libidinoso, para utilizarmos uma expressão ao gosto da época.

Encantado por tais dotes, Jerônimo, um português pacato, ordeiro, trabalhador e, até aquele momento, bem casado, deixou-se enamorar e passou a manter com a sedutora mulata um ardente caso de amor. As influências da amante sobre o caráter do austero lusitano logo se fizeram sentir, influências, nem é preciso dizer, profundamente negativas. Jerônimo tornou-se preguiçoso, sensual, caprichoso, amante do álcool e das pândegas, em suma, perdeu por completo as virtudes de europeu metódico e trabalhador. Recorramos às palavras do próprio narrador: “o português abrazeirou-se para sempre; fez-se preguiçoso, amigo das extravagâncias e dos abusos, luxurioso e ciumento; fora-se-lhe de

vez o espírito da economia e da ordem; perdeu a esperança de enriquecer, e deu-se todo, todo inteiro, à felicidade de possuir a mulata e ser possuído só por ela, só ela, e mais ninguém”.

A relação da mestiça Rita com o branco Jerônimo e a consequente decadência deste, mais do que um drama amoroso, constituem, como mencionamos, um exemplo lapidar do papel que os escritores oitocentistas reservaram para a sensual mulata no cotidiano da sociedade que construíram em seus romances, lapidar na medida em que dá a conhecer com excepcional clareza de que maneira a índole frouxa, *os hábitos desregrados*, a *moralidade fluida* e, sobretudo, a *sensualidade exuberante* das mulatas – as expressões são da época – podiam corromper o lar das famílias decentes e, conseqüentemente, minar a *sociedade civilizada* que se tencionava construir no Novo Mundo. Figura ambígua, a mulata, de que Rita é apenas uma das muitas encarnações, carrega em si duas facetas inseparáveis: de um lado, é uma espécie de símbolo da beleza da terra e da sensualidade de seu povo – povo ainda não *totalmente civilizado*; de outro, é a encarnação dos traços de barbárie característicos de certas *capas atrasadas da sociedade brasileira* – para utilizarmos uma expressão cara a Arthur Ramos –, traços poderosos o suficiente para comprometer os alicerces da sociedade como um todo.

É verdade que, a partir de meados da terceira década do século XX, com a crescente valorização cultural da miscigenação, promovida entre outros por Gilberto Freyre, houve uma mudança de perspectiva em relação à mulata, a qual subitamente viu abrandar a sua peja de *corruptora dos lares brancos* e crescer a sua reputação de representante da graça e da sensualidade dos trópicos. Ocorre, porém, que tal inversão, como evidencia uma rápida olhadela pela literatura brasileira da segunda metade do século XX, é, via de regra, aparente. Recordemos, a título de exemplo, que as Tietas e Gabrielas, do cultuado Jorge Amado –*construtos* muitíssimo apreciados pela dramaturgia televisiva nacional e pelo público em geral –, embora tenham conquistado o cobiçado lugar de heroínas, não deixaram de trazer consigo as marcas de um passado literário e cultural contemporâneo da escravidão, marcas como a sensualidade

extremada, a moralidade frouxa e o uso do sexo como o grande trunfo para ascender socialmente.

E continuam heroínas não obstante tais traços, heroínas de um povo que se acredita dotado pela natureza de uma sensualidade mais acesa do que a de outros povos e que se acostumou a ver no comércio do sexo, explícito ou não, um meio legítimo de ascensão social, principalmente para as mulatas. Heroínas, também, para os *estrangeiros*, que desde muito cedo pintaram o caráter dos habitantes dos trópicos como libidinoso e viram nas mulatas sensuais o respaldo para as suas prenoções. Vale uma vez mais ressaltar, no entanto, que as linhas mestras constitutivas de tais *construtos literários*, construtos com tanto sucesso aqui e em além-mar – e há quem se gabe disso –, foram elaboradas por homens que viveram e escreveram numa sociedade escravocrata e que tais elaborações, como não poderia deixar de ser, trazem consigo as marcas dessa mesma sociedade. Destarte, é no mínimo preocupante que tais construtos ainda se mantenham em circulação no nosso universo referencial e que isso quase não nos cause nenhum desconforto.

19 – O desprezo pela cultura

É, sem dúvida, mais do que lamentável que os homens e as mulheres públicos de um país de poucas letras como o Brasil, volta e meia, saiam por aí dizendo em alto e bom som que se orgulham da diminuta educação formal que receberam e que não nutrem lá muitas simpatias pelo saber livresco – alguns não sabem nem mesmo que livro estão supostamente lendo. Tal comportamento, no entanto, não nos deveria causar grandes surpresas, já que, talvez mesmo sem o saber, essa gente vem dar continuidade a uma antiga e consolidada tradição local, tradição que remonta ao período colonial.

Desde os tempos dos vice-reis, e mesmo antes, os habitantes da América portuguesa nunca demonstraram muito interesse pelas letras e, menos ainda, grande admiração pelo letrado. É disso que se lamenta o vice-rei marquês de Lavradio que, em uma missiva escrita em 1772, ao comentar as poucas atividades desenvolvidas pela *Academia Científica do Rio de Janeiro* (1772-1779), academia por ele fundada, desabafou: “continua a trabalhar-se nela, porém, vai isto muito devagar, porque como estas gentes não têm o interesse que as anime, esmorecem com grande facilidade”. É claro que, nos idos tempos da colônia, os habitantes tinham razões de sobra para não morrerem de amores pelas letras. Para além da constante e árdua luta pela sobrevivência – que pouco tempo deixava para as divagações do espírito – e da relativa intolerância das autoridades metropolitanas com as atividades intelectuais, os colonos deparavam com enormes dificuldades para obter quaisquer artigos relacionados à educação e à cultura.

É sabido, por exemplo, que o número de particulares que possuía livros na América portuguesa era mínimo e que os poucos detentores dessas *raridades* importadas – o país, excetuando o rápido empreendimento do editor Isidoro da Fonseca, em 1747, conhecerá uma tipografia somente em 1808, com D. João VI – não as tinham em grande quantidade. Restavam, naturalmente, as bibliotecas das casas religiosas – casas que eram os depositários

da cultura no Brasil da época. Borba Moraes, no seu *Livros e bibliotecas*, assevera que, na cidade do Rio de Janeiro, os colégios da Companhia de Jesus e de São Bento, sobre os quais restaram uns poucos dados, tinham bibliotecas com acervos razoavelmente ricos, variados e atualizados.

Acerca de tais bibliotecas, alguns viajantes estrangeiros que passaram pela cidade ao longo do século XVIII deixaram-nos umas informações esparsas, que somente em termos corroboram as otimistas hipóteses de Moraes. Em 1748, por exemplo, o abade francês Courte de la Blanchardière teceu o seguinte comentário sobre o acervo do colégio da Companhia de Jesus: “A biblioteca dos jesuítas é pequena e desprovida de bons livros. A localização do edifício, porém, é privilegiada”. O espanhol Francisco de Aguirre, quase 40 anos mais tarde, em 1781, informava que a “biblioteca do Convento de São Bento era a maior do Rio de Janeiro” e que seu acervo era “composto de três mil volumes”.

Tais bibliotecas, contudo, boas ou ruins, não eram, segundo os mesmos testemunhos, frequentadas nem mesmo pelos religiosos das casas que as abrigavam, tamanha a ignorância em que vivia mergulhada a população local. Ignorância que, certamente, não era de se estranhar, na medida em que a colônia praticamente não contava com instituições de ensino. Umas poucas aulas régias, um número modesto de mestres-escolas, alguns professores particulares e uns poucos colégios religiosos, era tudo o que havia à disposição da população. Acerca dos alunos de um desses estabelecimentos, o Colégio São José, no Rio de Janeiro, o comerciante inglês John Luccock, que desembarcou na cidade no tardio 1808, emitiu o seguinte parecer: “Não apresentavam nenhuma elasticidade de espírito, nenhuma curiosidade sagaz, nenhuma urbanidade de maneiras e pouquíssimo asseio pessoal [...]. Ao sairmos dali estávamos todos prontos a dizer: nem um raio de ciência jamais penetrou aqui”.

Caso não pudesse recorrer a essas instituições de duvidosa competência, o rapaz ansioso por obter alguma formação só contava com mais duas alternativas: se abastado, ele poderia educar-se no interior de sua própria casa, tomando aulas com os poucos e despreparados professores particulares existentes; se

menos abastado, poderia frequentar uma *classe* de algum mestre-escola. Essa última opção tinha lá seus inconvenientes, como observa o mesmo Luccock: “O mobiliário de que dispunham [esses mestres] era reduzido e seus processos de ensino imperfeitos; apesar do que os resultados obtidos, valiosos. As crianças ficavam atrancadas em cubículos reduzidos e abafados, onde todas liam alto ao mesmo tempo, com grande aborrecimento de cada qual”.

Se os jovens rapazes contavam com tão poucas opções, as mulheres ainda estavam em pior situação. A educação das brasileiras praticamente se restringia à memorização de algumas preces religiosas e à prática do cálculo elementar, sem o correlativo aprendizado da escrita e das operações. Para se ter uma ideia do ponto a que havia chegado a ignorância feminina na América portuguesa, vale a pena evocar um curioso hábito da época: o famoso *correio das flores*. Debret, já no período joanino, conta que inúmeras donzelas dessa época se correspondiam com seus amados por meio de flores, cada tipo ou cor significando uma mensagem específica: “*rosa*, amor; *violeta tricolor*, amor-perfeito; *espora*, tristezas em geral, em razão de sua forma que apresenta na extremidade inferior uma espécie de ponta recurvada que pode ser comparada a um espinho; a *escabiosa* exprime a saudade; a *alfazema fresca*, a ternura, e a *alfazema seca*, o ódio; certa fruta cujo nome é *cajá*, pela reunião das duas sílabas *cá* (aqui) e *já* (imediatamente), quer dizer *venha imediatamente* etc.”. Esse verdadeiro código de flores e frutos tinha, segundo alguns, a função de evitar correspondências escritas, demasiado perigosas numa sociedade de moralidade supostamente austera e punições exemplares. Outros observadores, porém, apontam uma razão bem menos nobre para o uso desse código: o analfabetismo comum às jovens brasileiras – opinião que parece bem mais verossímil quando levamos em conta a mencionada pobreza do ensino local.

E não devemos esquecer que, além de nenhum ou quase nenhum acesso a livrarias, bibliotecas, tipografias ou mesmo escolas, os brasileiros desses tempos, homens e mulheres, viviam em uma sociedade alijada de um público interessado pelas ciências ou pelas belas-letras. Os poucos consumidores desses artigos, se é que se pode assim chamá-los, eram os mesmos que os produziam,

o que, conseqüentemente, reduzia a circulação de ideias a um limitadíssimo grupo de indivíduos. Diante de empecilhos tamanhos, é mais do que compreensível que os homens de então vissem a cultura como algo distante e, de certo modo, inútil – uma espécie de capricho dos ricos. É compreensível, igualmente, que olhassem com um misto de deslumbre e hostilidade para os raros detentores daquele “ornamento indispensável ao homem de sociedade” – como mais tarde, no século XIX, se tornaria moda dizer. É compreensível, ainda, que essa visão pouco edificante das *letras e dos letrados*, num país onde o dito saber culto vem sendo, ao longo da história, muitíssimo mal partilhado, tenha alcançado um lugar cativo no repertório intelectual do brasileiro.

É, no entanto, incompreensível que homens públicos, que supostamente pensam um país mais justo, ponham-se a divulgá-la sem qualquer reflexão. O desprezo que tanto gostam de evidenciar é ambíguo e, como todos os *tópicos* da nossa cultura, fortemente marcado por uma pesada herança escravista e elitista. Ao orgulhosamente enunciá-lo, não se *vinga* propriamente aqueles que foram privados do saber formal, ao contrário, acaba-se por simplesmente reforçar o caráter excludente que o saber adquiriu no país e escamotear que, numa sociedade denominada *sociedade da informação*, a população tem, cada vez mais, enorme necessidade de uma *educação formal* de qualidade – aquela que não tem sido adequadamente transmitida nas salas de aula das escolas e das universidades do país.

20 – Os intelectuais e o tal povo brasileiro

Bernardo de Vasconcelos, aquele político e intelectual do Império que era liberal e virou conservador, dizia, lá pelos idos da década de 1830, que de nada valeria os homens de Estado terem grandes planos para o país se o povo brasileiro, analfabeto como era, nem sequer conseguia entendê-los, o que dirá colaborar para a sua implantação. Décadas mais tarde, já no limiar do século XIX, Machado de Assis, em uma de suas crônicas, recomendava aos políticos locais que jamais falassem em nome do *povo brasileiro*, mas, no máximo, em nome daquela pequeníssima parcela alfabetizada da população, parcela que supostamente conseguia entender o que era dito pelos ilustres *representantes do povo*.

Ainda que nos soem um tanto *politicamente incorretos*, tais comentários, por certo, receberiam o aval da esmagadora maioria dos letrados brasileiros do século XIX. Todos, com mais ou menos paixão, comungaram da ideia de que havia um país a construir, sem dúvida, mas sobretudo, e especialmente, de que havia um povo a civilizar, um povo rústico e iletrado, *ansioso* por ser banhado pelas *luzes* da cultura ocidental-europeia. A *crença* era antiga e, de certo modo, saíra, como tantas outras ideias caras aos homens de letras do Brasil oitocentista, das narrativas de viagem. O visitante europeu, desde muito cedo, pintou a população local como bárbara ou, no mínimo, como semibárbara, de qualquer modo, muito necessitada da cultura e das regras de civilidade europeias.

Há uma passagem sobremodo ilustrativa de tal crença no conhecido *Viagem pelo Brasil*, dos alemães Spix e Martius. Logo que desembarcaram no Rio de Janeiro, em 1817, os naturalistas trataram de registrar, certamente para a surpresa de muitos dos seus leitores europeus, o seguinte: “quem desembarca convencido de encontrar esta parte do mundo, descoberta só desde três séculos, com a natureza inteiramente rude, violenta e invicta, poder-se-ia julgar, ao menos aqui na capital do Brasil, fora dela, tanto fez a

influência da civilização e cultura da velha e educada Europa para remover deste ponto da colônia as características da selvageria americana, e dar-lhe cunho de civilização avançada. Língua, costumes, arquitetura e afluxo de produtos de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu”.

No que tange à *selvageria americana*, os simpáticos sábios prussianos não são, nem de longe, os primeiros a tecer tal gênero de comentário. Ao contrário, trata-se de um *lugar comum* das narrativas de viagem sobre o Brasil, um tópico cuja origem remonta ao século XVII, quando começam a aparecer as primeiras descrições estrangeiras das cidades costeiras espalhadas pelo litoral brasileiro. O que é novo na observação desses visitantes das décadas iniciais do século XIX é a *esperança* de que o contato mais intenso com a cultura europeia, propiciado pela abertura do país às gentes e coisas de outras nações, cedo apagaria nos brasileiros os vestígios dessa tal *selvageria*.

Felizmente ou infelizmente, e isso pouco importa a essa altura, a dita *intelligentsia* local, ao menos aquela do século XIX, herdou, quase como um filho primogênito, a perspectiva desses visitantes; um pouco acerca de si própria, sem dúvida, daí o seu comportamento sempre acanhado e submisso diante daquele ou daquilo que *vinha do estrangeiro*, mas sobretudo acerca daquela entidade que ganhou formas e cores ao longo do século XIX, o denominado povo brasileiro. É raro encontrar um letrado coetâneo que não tenha olhado para essa *ralé de todas as cores*, como dizia o regente Feijó, como uma espécie de malta desordeira e ignara na qual era preciso, a todo preço – por meios propositivos, mas também à custa da força, se necessário fosse –, incutir princípios de civilidade.

Daí o caráter quase missionário de que se revestiu a atividade do intelectual brasileiro do Oitocentos, de Monte Alverne a Machado de Assis, passando por Gonçalves Magalhães, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e tantos outros. O primeiro, o sermonista Monte Alverne, homem que gozou de grande popularidade e prestígio no seu tempo, deixou registrado no “Discurso preliminar”, contido em suas *Obras oratórias*, que pregava não para encantar os amantes das belas-letras, mas para doutrinar o povo, incutir-lhe

ideias úteis ao desenvolvimento da moral, da civilização e do sentimento patriótico.

José de Alencar, tempos depois, numa defesa que faz de sua peça *Asas de um anjo*, acusada na época de imoral, comenta: “não há aí uma só personagem que não represente uma ideia social, que não tenha uma missão moralizadora”. Ainda mais contundente nesse aspecto é o político e literato Quintino Bocaiúva que, em 1863, respondendo a uma carta do jovem Machado de Assis, procura incentivar o escritor novato com as palavras seguintes: “*És moço, e foste dotado pela Providência com um belo talento. Ora, o talento é uma arma divina que Deus concede aos homens para que estes a empreguem no melhor serviço dos seus semelhantes. A ideia é uma força. Inoculá-la no seio das massas é inocular-lhe o sangue puro da regeneração moral [...]. Repito, pois, nessa obra de cultivo literário há uma obra de edificação moral*”.

Edificação moral, ação civilizadora, doutrinação do povo, as designações são muitas, mas a *missão* é sempre a mesma: por meio da *ilustração*, educar e moralizar um povo que, àquela altura, estava, aos olhos desses homens, há milhas de distância do ideal de cidadão que se queria para o jovem país.

De lá para cá, é verdade, muita coisa mudou. Os *homens de letras*, melhor, os intelectuais, passaram a ter perspectivas muito variadas da gente do país, do tal *povo brasileiro*. Todavia, se repararmos com mais vagar, é notável o quanto da partição bárbaro/civilizado, ainda que por vezes com sinais trocados – valoriza-se a tal *porção bárbara*, mas se reafirma a partição –, está presente no Brasil mestiço, popular e um pouco debochado, à *la* Gilberto Freyre e Jorge Amado, ou naquele Brasil *de gente feliz e antropofágica*, de alguns modernistas, ou, ainda, mais recentemente, no “Brasil de povo anárquico e colorido, construído pela tropicália. Isto para não mencionarmos o povo bom, mas carente de conscientização”, que por décadas alimentou os sonhos e os escritos de muitos pensadores e militantes da esquerda local. Tal concepção, ao menos, verdade seja dita, mostrou-se, ao fim e ao cabo, mais pragmática, sobretudo depois de se *descobrir* que, em um país com carências elementares, a *conscientização* do povo dispensa a *elitista* solução do Oitocentos de civilizá-lo, de “derramar

a educação sobre todas as classes” – como dizia o conservador Bernardo de Vasconcelos. Em país de *gente simples*, basta uma *bolsa-família*.

21 – O culto do homem simples

É conhecida a tese de Machado de Assis segundo a qual, para sobrevivermos com o mínimo de sanidade mental e sem pensar semanalmente em suicídio, temos de abrir *janelas da consciência*, de criar antídotos para amenizar as culpas decorrentes dos modos nem sempre dignos com que respondemos aos impasses do cotidiano. E não se trata somente de um mecanismo individual, inventado para tornar palatáveis as pequenas misérias de cada um. Ao contrário, povos inteiros se utilizam desse eficiente estratagema.

O Brasil, por exemplo, inventou um curioso meio de lidar com um dos aspectos da *ruindade* que caracteriza o país: a exclusão socioeconômica e cultural. Por um lado, cultivamos um discreto mas profundo preconceito contra as pessoas cultas, preconceito ancorado na suposição de que, num país tão desigual, o conhecimento necessariamente traz consigo a mácula da exploração, da malícia e do esnobismo. Por outro lado, desenvolvemos uma espécie de culto do *homem simples*, como se o pouco acesso ao conhecimento e, por vezes, o desprezo por ele trouxessem consigo, como compensação, a visão de uma verdade essencial e, sobretudo, um senso natural de justiça – tão necessário num país onde reina a injustiça.

Há quem enxergue nessa *janela da consciência* que criamos uma espécie de atualização do mito do *bom selvagem*. Uma atualização daquele *homem sem lei nem rei, mas feliz* e moralmente superior ao civilizado que Montaigne celebrizou num renomado capítulo dos seus *Ensaios*, denominado “Dos canibais”. Há, ao contrário, quem, em se tratando de encontrar antepassados remotos, pense ser mais coerente e, por que não dizer, lusitano recorrer à singela perspectiva que os padres da Companhia de Jesus elaboraram dos nativos. Destarte, de acordo com os que advogam tal procedência, o culto do *homem simples* viria de uma releitura daquela visão dos inácianos segundo a qual os nativos não pecavam contra Deus porque eram ignorantes demais e nem sequer chegavam a conhecê-lo.

Vieira, no seu *Chave dos profetas*, escrito no final da vida, conta uma história ilustrativa a esse respeito. Diz-nos o padre que havia, no Colégio da Bahia, um esperto *negrinho*, de nome Bernardo. Certo dia, interrogado por Vieira acerca da provável ida de seus antepassados para o inferno, em razão do desconhecimento que tinham das leis de Deus, Bernardo, sem hesitação disparou: “Os meus avós e os meus antepassados não estão no inferno. Porque, se eles não conheceram a Deus, como podia Deus mandá-los para o inferno?”.

Impressionado com a resposta, o inaciano, às voltas com a busca de uma explicação do porquê de o deus cristão e suas leis não penetrarem a contento na mente daqueles homens do Novo Mundo, concluiu: “Fiquei quase estupefato ao ouvir o nosso Bernardo a filosofar com tanta clareza sobre uma questão tão obscura e, com essa conversa, fui informado por uma criança, ainda não adulta e pouco antes gentia, de que era como que conhecida pela luz natural da razão aquela conclusão sobre a qual os mais doutos dos nossos teólogos se digladiam entre si”.

Todavia, tal linha de tradição, remontando aos dedicados membros da Companhia de Jesus, está longe de ser consensual. Muitos advogam, e com sólidos argumentos, que o culto ao *homem simples* a que somos inclinados nasceu mesmo durante o dito período romântico das belas-letras nacionais, período fértil, em que construímos, simultaneamente, um povo e uma cultura que passaram a se autointitular brasileiros. É verdade que patriotas como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Araújo Porto-Alegre, José de Alencar e tantos outros promoveram, bem ao gosto do tempo, mas também bem ao seu modo, um culto do *bom selvagem*. Entretanto, é verdade também que tal culto estava impregnado de um afã civilizatório demasiado iluminista para permitir a construção de um *homem simples* com os contornos que este acabou por adquirir na cultura local. Ignorância e maldade, convém não esquecer, sempre estiveram muito próximos no universo literário do Oitocentos brasileiro.

É a ignorância que leva o avô de Aurélia Camargo, do romance *Senhora*, a discriminar a sua neta; é a ignorância, também, que destrói o caráter do jovem Amâncio, o filho de fazendeiros rústicos

de *Casa de pensão*; é ainda, em alguma medida, a ignorância que leva o *moleque* escravo da peça *O demônio familiar*, de José de Alencar, a cometer um sem-número de maldades. Os exemplos são inúmeros, todos mais ou menos girando em torno do mesmo princípio: a falta de esclarecimento é um dos pilares do desvio moral; conhecer civiliza, no sentido mais amplo.

Tamanho impasse tem levado muitos a suspeitar de que o culto do *homem simples* talvez não passe de um episódio de *curta duração*, com somente umas três ou quatro décadas de existência, carente, pois, das origens remotas que lhe querem atribuir. Trata-se, asseguram esses partidários da contemporaneidade do culto, de um fenômeno recente, produto de uma extremamente bem-sucedida mistura entre uma certa interpretação da Bíblia e uma certa leitura de pensadores ditos *de esquerda*. Da junção dessas duas forças com profunda afinidade teria resultado, prosseguem os defensores da tese, umas *normas de conduta* (um peculiar culto do popular, um nativismo exagerado e barulhento, o desprezo ressentido pela erudição etc.) que acabaram por criar o caldo adequado para que pudéssemos abrir, quando afrontados pelo crônico e aparentemente insolúvel problema brasileiro da exclusão cultural, tão eficiente *janela da consciência*.

É sempre complicadíssimo optar por uma ou outra *genealogia* do culto. Há virtudes e problemas em todas as *tendências*, ainda que a última versão venha ganhando, a cada dia, mais força. Certo é, porém, que, independentemente de sua origem, muito da ojeriza que temos à ascensão pelo *mérito*, do gosto que cultivamos pelo *assistencialismo* e do verdadeiro horror que nutrimos pela avaliação vêm da crença no *homem simples*. Certo é, igualmente, que a atuação de Luiz Inácio Lula da Silva no cargo de presidente da República causou danos enormes ao culto. Irônica e cruel é a história. O mesmo indivíduo que para alguns era a própria encarnação do *homem simples* e de sua sabedoria e justiça naturais talvez acabe por ser um dos grandes responsáveis pela sua morte.

Ao menos aí, pela negativa, a passagem pelo poder do outrora altivo líder do Partido dos Trabalhadores dará um contributo positivo à cultura brasileira, um contributo do mesmo gênero que deu Collor e congêneres, cuja desastrosa governação colaborou enormemente

para desgastar um outro *mito*, outrora muito popular no país, o do *bem-nascido iluminado*.

22 – Agruras do ser doutor?

Obter um diploma universitário neste país nunca foi tarefa muito fácil. Ao contrário da América espanhola, que conheceu o ensino universitário no século XVI, por aqui, esse luxo só deu as caras em pleno século XIX, e de maneira tímida. Nos *obscuros* três séculos de colônia, *ser doutor* era uma missão quase impossível. Em uma terra rude, selvagem, de cotidiano pobre, desprovida de livros, bibliotecas e mesmo de escolas, quem quisesse e pudesse obter um diploma universitário tinha de ir para a distante Europa. E poucos, bem poucos, podiam e queriam se deslocar tanto somente para se instruir, coisa de diminuta utilidade no dia a dia dos trópicos.

Uma política articulada da metrópole, interessada em evitar que as *luzes* entrassem na colônia e o *espírito de revolta* contaminasse os oprimidos colonos? Ora, nem os colonos viviam num calabouço, nem a dita metrópole era tão precavida e vigilante. Deixemos de lado essa visão maniqueísta e melodramática da história do Brasil. Portugal foi, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, um país pouquíssimo letrado e, o que é pior, com uma população que sempre demonstrou um interesse muito pequeno pela cultura e pela educação formal – as estatísticas da União Europeia, até hoje, demonstram isso. O que esperar de gente dotada de tal bagagem cultural? Uma *Atenas dos trópicos*? Além do mais, sobreviver na colônia, para a imensa maioria da população, não constituía tarefa simples e ser cultivado era um fausto absolutamente dispensável.

É verdade que um nobre, mesmo da colônia – e há muitos –, deveria parecer nobre e portar-se como tal. Nesse sentido, ostentar um título de doutor, manter uns poucos livros em casa e até mesmo cultivar as belas-letras ajudava, mas, por aqui, tais dotes estavam longe de ser imprescindíveis para as pessoas de qualidade. Trocando em miúdos, a formação escolar e os bens de cultura não eram prioridades na escala de valores da sociedade colonial brasileira, nem para a sua parcela pobre, nem para a rica. O prestígio da educação era tão diminuto que mesmo a sua

ostentação como traço de distinção de classe não significava grande coisa nestas terras quentes.

Os colonos, pois, se não tinham muitos meios de obter um título de doutor, também não davam lá muita importância para isso. Ao contrário, ainda que a valorização de *sinais de cultura* não estivesse ausente da sociedade colonial, para o prestígio de um homem branco e bem-nascido contavam muito mais a vestimenta dos seus escravos e a beleza dos seus cavalos do que a sua seleta biblioteca, a sua variada cultura ou o seu belo diploma de doutor escrito em latim.

Em 1827, porém, depois de banhar-se nas *tímidas luzes* trazidas por D. João VI, o Brasil independente abriu as suas primeiras fábricas de produção de doutores, *fabriquetas* ainda: duas faculdades de Direito, uma em São Paulo – berço, entre outras coisas, daquela chusma de imitadores de Byron que cantavam o *mal do século* –, e outra em Recife – de onde também saíram suas pérolas, como o exótico Tobias Barreto, que editava, em 1870, um jornal na culta língua alemã em, pasmem, Escada, uma cidadezinha de Pernambuco, que hoje, no alvorecer do século XXI, conta com modestos 45 mil habitantes. Meia década mais tarde, as duas unidades de Direito ganharam companhia. Depois de *incansáveis esforços* de um punhado de profissionais agrupados na Sociedade de Medicina da Corte, surgiram, em 1832, mais dois cursos universitários, ambos de Medicina, um em Salvador, outro no Rio de Janeiro. Essas quatro *fabriquetas de homens de rara inteligência*, como se costumava dizer, foi tudo que construímos ao longo do século XIX, frustrando aqueles que, como Joaquim Norberto de Sousa e Silva, sonhavam com uma fábrica bem maior, sonhavam com a instalação, depois de 1822, de uma portentosa Universidade do Brasil – coisa que, como sabemos, só viria a ocorrer na década de 30 do século XX, com a fundação da USP.

Mas, se o avanço do ensino universitário não foi nada exuberante, o mesmo não se pode dizer do prestígio daqueles que podiam trilhá-lo: os doutores. É só abrirmos os romances ou passarmos os olhos pelos jornais do século XIX para apercebermo-nos disso. Há centenas de doutores nesses mundos, a maior parte deles ocupando posições sociais desejáveis e a esmagadora maioria

egressa das quatro instituições que tínhamos então à mão – afora, é claro, os muitíssimo afortunados, formados na Europa. Eram modelos a serem seguidos: orgulho das famílias, objeto do desejo das boas moças casadoiras, peças indispensáveis para o andamento do Estado, enfim, exemplares acabados do que se entendia por *homens civilizados*.

O prestígio era tanto que o título virou sinônimo de *rico e poderoso*, e desenvolveu-se o estranho hábito de atribuí-lo a todo e qualquer indivíduo que demonstrasse ter algum *berço*, ainda que tal indivíduo jamais tivesse passado pelos bancos de uma universidade. Ficou-nos, também, desses tempos de penúria dos meios para obtê-lo mas de sobrevalorização simbólica do título, uma série de outros *vícios*, entre os quais: o gosto pela ostentação de saber, não propriamente pelo seu cultivo, a crença de que o falar difícil é mostra de inteligência e *berço* – coisas inseparáveis na cabeça de muitos – e, sobretudo, o hábito elitista e pouco democrático de encarar o conhecimento formal como coisa de gente rica e bem-nascida.

Isso, no entanto, são histórias de um passado distante. O Brasil coetâneo tem uma outra cara. É verdade que não ampliamos enormemente o ensino universitário de qualidade, nem criamos meios mais democráticos de acesso à academia, nem, tampouco, fomentamos uma visão menos elitista do ensino e do *cultivar-se*. Todavia, promovemos um movimento mais sutil, menos trabalhoso e, a seu modo, muitíssimo eficiente: invertemos os termos da equação e transmutamos aqueles tão invejados doutores de outrora em *esnobes* que – como disse há tempos um político local, dando voz a um sentimento do senso comum brasileiro – *têm a bunda virada para o Brasil e a cara para Paris*. Nesta terra de gente vaidosa e exibida, mas com poucas oportunidades para o *cultivar-se*, a inversão prosperou a tal ponto que não é incomum ouvir da boca de intelectuais e acadêmicos posições radicalmente anti-intelectuais e juízos que indicam pouquíssima estima pelo saber que supostamente deveriam transmitir.

23 – República ou cada casa?

Lá pelos idos de 1620, quando a colônia completava pouco mais de um século, um dos cronistas pioneiros da terra, frei Vicente de Salvador, lamentava, na sua *História do Brasil* (1500-1627), que a população local não zelava pelo bem comum nem tratava dele, pois cada um só tinha olhos para o que era de seu interesse. Para ilustrar tamanho desvio, que grandes males causava à terra, frei Vicente conta um caso que se tornou célebre. Ouçamos o cronista: “Não notei eu isto, tanto quanto o vi notar a um bispo de Tucumã da Ordem de São Domingos, que por algumas destas terras passou para a corte. Era grande canonista, homem de bom entendimento e prudência e assim muito rico. Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue e, se mandava pedir as ditas coisas e outras muitas às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa”.

Frei Vicente e o bispo de Tucumã, e isso é realmente digno de preocupação, não eram observadores isolados, isto é, não eram os primeiros e não seriam os últimos a reparar o quanto, nesse particular, as coisas por aqui pareciam estar de ponta-cabeça. Desde muito cedo, os próprios habitantes detectaram a anomalia – o que não quer dizer que se empenharam em corrigi-la. Ainda não findara o século XVI, e a Câmara Municipal de São Paulo – sempre composta a duras penas, pois, naquele ermo, onde a vida era dura, ninguém podia se dar ao luxo de descuidar dos seus próprios negócios para cuidar dos negócios públicos – advertia os seus governados de que estes não poderiam abrir, nas proximidades de suas casas, buracos na frágil muralha que protegia a povoação. E isso mesmo que a razão fosse nobre, como a daquele morador cuja esposa lavava roupa num rio próximo de casa e teria de dar uma enorme volta para sair por uma das portas da vila. A mesma Câmara reclamava, por esses tempos, de que era impossível

manter no cárcere os poucos condenados pela justiça da vila, pois, malgrado os seus empenhados e constantes esforços, não encontrava ninguém disposto a largar a sua casa para cuidar da cadeia.

Privilégio de São Paulo, um lugarejo pobre, um refúgio de bandidos, abandonado por Deus e pela metrópole? Ora, é certo que o lugar não se tornou aquele paraíso de conversos com que sonhavam Nóbrega e Anchieta, mas, nesse caso, o problema está longe de ser exclusividade dos incivilizados paulistas. Relata-nos um sem-número de visitantes estrangeiros – homens que não conheceram a inacessível São Paulo, mas, sim, as *ciudades grandes* do litoral (Bahia, Recife e Rio de Janeiro) – que o país carecia de justiça e cada um resolvia, com espada e adaga, as suas próprias pendências, que os religiosos eram indiferentes aos fiéis e só pensavam em como enriquecer, comer bem e saciar os seus desejos carnis – tremendos, segundo os mesmos testemunhos –, que os soldados, uns milicianos mal fardados e mal pagos, venderiam as próprias mães por umas poucas moedas, que a gente rica só cuidava do que era seu e não devotava qualquer interesse pela cidade, e, sobretudo, que as autoridades da colônia eram corruptas e viam os cargos que ocupavam somente como meios de enriquecer a si próprios e os seus. “Estes senhores que governam a colônia só pensam nos seus interesses”, sintetizou, em 1702, um traficante de escravos francês, depois de ter subornado o governador do Rio de Janeiro e outros cortesãos para que, contra as ordens de Lisboa, o autorizassem a embarcar rumo ao Sul do país.

Ilustrativo dessa venalidade e falta de espírito público dos governantes de que fala o traficante francês é o caso do governador Francisco de Castro Morais, o *Vaca*, sob quem paira a suspeita de, em troca de certos benefícios pecuniários, ter sido conivente com o pirata Duguay-Trouin quando de sua célebre invasão do Rio de Janeiro em 1711. Dito em linguagem corrente e direta, o governador é acusado de *vender* para os franceses a cidade e seus moradores. Inocente ou culpado, o fato é que o *Vaca* foi condenado ao degredo numa fortaleza da Índia depois da invasão, e seu sobrinho, que estava no Rio de Janeiro na ocasião do saque, manteve,

posteriormente, afetuosa correspondência com um dos invasores, o capitão Chancel de Lagrange. Para mais, os cariocas não tinham dúvidas das culpas do governador, ao menos é o que se depreende de uma carta do *interventor* Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, datada de novembro de 1711, na qual se lê: “o povo estava inquieto e em parcialidade contra o governador Francisco de Castro Morais, cuja vida corria perigo, pois já tinham intentado tirá-la, não o obedeciam nem o respeitavam, tratando-o de traidor, e ao mesmo tempo me foram encontrar dois oficiais da Câmara com um requerimento por escrito em nome de todos, em que me pediam lhes viesse acudir, e prendesse o governador, que os tinha vendido e entregue a terra”.

A incúria e a desonestidade dos governantes atingiam um ponto tal que, ainda de acordo com os visitantes estrangeiros, a sociedade toda tinha se contaminado e deteriorava-se a olhos vistos. A inglesa Jemima Kindersley, que visitou Salvador em 1763, expressou de maneira exemplar tal sentimento. Diz a viajante: “A corrupção no estado é, invariavelmente, seguida pela corrupção do povo. A maioria dos habitantes daqui é movida muito mais pelo medo do que pelo sentimento de honra; e quanto maior a dificuldade que encontram para obter justiça, maior a sua inclinação à astúcia e à desonestidade – todos olham o seu vizinho com uma enorme desconfiança”.

Há quem atribua tamanha falta de espírito coletivo às primeiras levas de colonizadores, levas que, segundo uma crença muito difundida, eram supostamente compostas por celerados e mulheres perdidas, ou seja, por gente de moral corrompida, incapaz de edificar uma sociedade justa e decente. Curiosamente, porém, a Austrália, cuja colonização fez-se à custa do trabalho de estropiados da Inglaterra – o lugar era uma colônia penal – parece não ter enfrentado o mesmo problema. Não é incomum também encontrar quem pense, bem ao gosto daqueles intelectuais anteriores aos festivais de música de lacanga, que a patologia provenha da triste condição de *país explorado* que desde sempre ocupamos. Mas convenhamos, diante das práticas que vemos diariamente no Brasil, é difícil não achar o argumento muito cristão e bem pouco verossímil, embora sabidamente capaz de abrir uma excelente

janela da consciência nacional. Ouve-se, ainda, que o problema decorre da perpetuação de certos vícios da colonização, vícios tão sedutores e prazerosos que, apesar dos danos que causam, não conseguimos largar. Fica por explicar, porém, as razões pelas quais prazeres restritos a tão poucos são defendidos por tantos. Enfim, há explicações e contraexplicações para todos os gostos e matizes, todas elas incertas, pois de certo sabemos apenas aquilo que o cotidiano do país há séculos vem nos esfregando na cara: “nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa”.

24 – Um Brasil narciso

O ensaísta português Eduardo Lourenço disse certa vez que poucos povos no mundo tinham uma autoimagem tão desprovida de lastro na realidade quanto o lusitano. Portugal, de costas para a Europa e encantado com o seu vasto império de ultramar, teria por séculos desenvolvido uma visão grandiosa de si e do seu povo, visão totalmente descompassada com a opinião que o resto do mundo cultivava do pequeno, pouco letrado e pobre país peninsular. Eis que um belo dia, porém, se foi Salazar, se foi Marcelo Caetano, veio a integração comunitária e Portugal *retornou* à Europa. Do retorno não resultaram somente a outrora polpuda mesada da comunidade europeia, que permitiu ao país andar um século em duas décadas, e as dívidas com os parceiros ricos, resultou também a comparação com os irmãos europeus, que cedo levou os lusitanos a *cair na real*. Dizem, inclusive, que nas últimas três décadas o país foi assolado por uma espécie de *complexo de Lilipute*.

A essa altura, no entanto, os portugueses já tinham, havia muito tempo, preparado um herdeiro, o Brasil, que desde muito cedo deu indícios de que superaria o mestre. Por aqui, também, malgrado os pífios resultados civilizacionais que alcançamos, sempre nos tivemos em altíssima conta, afinal, a natureza, Deus ou sei lá o que teriam compensado certos problemas locais com talentos e prodígios negados a povos mais *esforçados* – adjetivo que soa desprezível aos nossos ouvidos. O país nasceu, não esqueçamos, sobre a égide do *em se plantando tudo dá*, e dá sem muito labor, pois a natureza é aqui mais mãe do que em outras plagas. Gostamos, ainda nos dias que correm, de alimentar, por exemplo, a velha ideia do *paraíso tropical*, ideia que, ao contrário do que se pensa, cedo abandonou os relatos dos estrangeiros e migrou ou para o discurso lusitano dos tempos coloniais ou para o discurso nacional, inaugurado no alvorecer do século XIX. Aí a ideia ganhou vigor e ares de verdade, e isso não obstante as condições nada formosas em que sempre viveu uma parcela significativa da população deste exuberante e rico país.

A depuração nacionalista da ideia de *paraíso tropical* mostra, a propósito, uma técnica muito utilizada pelos brasileiros no processo de construção da tal imagem excessiva de si próprio: retemos somente os elogios e desprezamos as críticas associadas. A mulher brasileira, por exemplo: gostamos de ouvir acerca da sua beleza e sensualidade, porém, a reputação internacional de mulher fácil que vem associada a tais elogios, essa não nos interessa. Gostamos, igualmente, de ouvir o quanto somos simpáticos e hospitaleiros, mas não damos ouvidos aos comentários de que tamanha simpatia advém de uma incomensurável simploriedade.

Outra técnica que tem se mostrado muito proveitosa nesse processo é evitar a comparação. Poucos povos têm tamanha aversão a serem comparados com outros quanto o brasileiro. É indescritível a aversão que nos causa – às nossas autoridades, sobretudo – aquelas listinhas classificatórias produzidas por organismos internacionais, nas quais, em geral, ocupamos péssimas posições. Tais listas soam quase como uma afronta ao brasileiro, não porque lhe cause perplexidade e tristeza constatar o quão mal caminhamos em certos setores, mas porque contraria, de maneira obscena e descarada, a ótima imagem que temos de nós próprios.

Há setores mais sensíveis à comparação. O setor futebolístico tolera-a ou tolerava-a bem, afinal, somos pentacampeões de futebol. Já no setor intelectual, a coisa não é tão pacífica. Desde muito cedo, acostumamo-nos a viver num ambiente nacionalista e complacente, onde pululam os gênios e os elogios. Há ilustrações para todos os lados. Monte Alverne, por exemplo, um dos pioneiros daquilo que denominamos *intelectualidade brasileira*, ao explicar aos seus leitores como entrara no mundo da sermonística, faz um comentário acerca de seus colegas que bem ilustra em que conta os nossos *sábios* tinham-se uns aos outros: “Lançado na grande carreira da eloquência em 1816, como pregador régio, oito anos depois que nela entravam S. Carlos, Sampaio, monsenhor Neto e o cônego Januário da Cunha Barbosa, tive de lutar com esses gigantes da oratória, que tantos louros tinham ganhado, e que forcejavam por levar de vencida todos os seus dignos rivais”.

Para a maioria esmagadora da intelectualidade brasileira do século XIX, os seus colegas eram todos *gênios incansáveis*, *homens dotados de raros talentos* – nenhum deles, graças a Deus, adquirido com esforço e trabalho, *virtudes* de gente sem talento – enfim, *gigantes* nas atividades a que se dedicavam. Ora, num meio tão fechado e tão satisfeito consigo próprio, a comparação com outros meios intelectuais tornou-se desnecessária, desinteressante e, sobretudo, potencialmente comprometedora.

É, pois, compreensível e perdoável que, num recente exame de conhecimentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 61% dos alunos brasileiros, não obstante terem obtido um desempenho pavoroso em matemática, indicativo de que não “compreendem convenientemente os conceitos de quantidade, espaço e forma, mudanças, correlações e incerteza, considerem-se bons em matemática, contra 36% dos coreanos e 28% dos japoneses. Os brasileiros também têm opinião de que sempre que estudam matemática se concentram no fundamental (86%), ao passo que apenas 26% dos japoneses têm essa autoimagem de desempenho pessoal”.

Justiça seja feita, tamanha e tão completa ausência do que gostamos de denominar *senso de realidade* está longe de ser privilégio dos pobres colegiais brasileiros testados pela impiedosa OCDE. Os jovens tiveram onde se inspirar. Afinal, nascemos sob o estandarte do *em se plantando tudo dá*, ainda que dê somente para poucos, e até ontem, malgrado o desgoverno que temos diante dos olhos, vivemos sob o império do *nunca na história deste país...* Diante de um histórico desses, alguém tem coragem de culpar aqueles meninos e meninas *bons de matemática*?

25 – Mundo violento

Os portugueses, quando olham para si próprios, enxergam-se como um *povo de brandos costumes*, embora ninguém saiba lá muito bem o que isso quer dizer. Do lado de cá do Atlântico, contrariando um discreto espírito antilusitano que cultivamos, copiamos, nesse ponto, o *colonizador* e, estranhamente, gostamos de pensarmos em nós próprios como um *povo pacífico*. E isso malgrado termos presidiários que *picam* os colegas de cárcere, índios que exterminam garimpeiros e verdadeiras faixas de Gaza nas periferias das grandes cidades, para ficarmos em uns poucos exemplos. Curioso é que tal incongruência vem de longa data, pois nem é nova a ideia de um *povo pacífico* e, menos ainda, a violência cotidiana do país. A bem da verdade, o mundo que, sob a *tutela* dos colonos brancos, negros, índios e mestiços criaram nos trópicos nasceu violento e nunca deixou de sê-lo, ainda que cultivemos um gosto meio esquizoide em dizer o contrário.

O tal *encontro* entre brancos e índios, mito fundador da nossa cultura desde o romantismo, teve, como é sabido, um custo humano altíssimo. Temos um dileto gosto por Caminha e pelos seus reiterados e simpáticos elogios aos índios – “porque certo esta gente é boa e de boa simplicidade” –, mas os sentimentos, digamos, predominantes em relação ao *gentio*, sentimentos que condicionaram a ação dos *impávidos* colonizadores europeus, são mais bem traduzidos pela pena de Gandavo que, em 1576, na sua *História da província de Santa Cruz*, asseverou: “são desagradecidos em grão maneira e mui desumanos e cruéis, inclinados a pelejar, e vingativos por extremo. Vivem todos mui descansados, sem terem outros pensamentos senão de comer, beber e matar gente [...]”.

Ora, tal perspectiva não parece remeter para uma relação muito harmônica entre colonizador e autóctone, parece, sim, indicar ânimos exaltados, desconfiança, violência. Uma violência, vale destacar, totalmente naturalizada, incorporada ao cotidiano das gentes dos trópicos. A *redução* do bárbaro, como então se dizia, era

mesmo motivo de grande celebração pública, de regozijo para a população. Recordemos, entre tantos exemplos possíveis, a enorme festa preparada pelo governador Afonso Furtado, em 1673, para receber os bandeirantes que contratara com o intuito de exterminar os *gentios bárbaros* que atemorizavam a população da Bahia. Acerca da entrada dos *prisioneiros de guerra* na cidade de Salvador, diz um coetâneo: “Era isto nos últimos dias do mês de agosto, dia alegre e festivo para todo o povo, pois chegavam a ver debaixo do seu jugo aqueles cuja causa tanto padeciam”. O mesmo observador, mais adiante, depois de descrever a longa procissão dos desgraçados, conclui: “marchava esta gente, casa pessoa, homem ou mulher, uma após da outra, tocando, a trechos, seus instrumentos, se para nós (ainda que bárbaros) alegres, para eles, tristes”.

O que esperar, porém, de homens na sua maioria brutos e iletrados, homens que se dispunham a habitar lugares em que, como conta, em 1769, o sargento-mor Teotônio José Juzarte, no seu *Diário da navegação*, durante a noite era preciso andar com um pano no rosto para evitar que uma das milhares de baratas que voavam na mais completa escuridão entrasse pela boca adentro? O que esperar de homens que estabeleciam entre si – brancos livres – relações também elas permeadas pela violência e pelo mando? Não por acaso, mais de um estrangeiro que visitou as cidades coloniais brasileiras notou que as autoridades tratavam a população com uma *severidade pouco comum*. O renomado capitão James Cook, por exemplo, chegou a registrar, em 1768, que os habitantes se comportavam em relação às tropas regulares “de uma maneira muito humilde e submissa”. Ainda segundo o capitão, a coisa ganhava tais proporções em matéria de arbitrariedade e violência que, se uma pessoa não tirasse o seu chapéu quando passasse por um oficial, corria o risco de ser espancada. Cook concluiu que “esse excesso de arrogância e de dureza” tornava o povo “extremamente submisso em relação a todo e qualquer desconhecido que tenha um ar acima do comum”.

Mas o que esperar, sobretudo, de homens que, desde muito cedo, se acostumaram a manter com o enorme contingente de negros e mulatos da população uma relação sustentada em grande parte na

brutalidade e no mando? Admitamos até que Gilberto Freyre tenha razão, que realmente as relações entre senhores e escravos no Brasil mostraram-se mais *amenas* do que em outras partes da América – afinal, somos um *povo pacífico*, colonizado por um povo de *brandos costumes*. Isso em pouco ou nada diminuiu o caráter intrinsecamente violento de uma sociedade em que uns eram *tratados como brutos* e outros *adorados e temidos como deuses*, como dizia Vieira. E não se trata somente daqueles casos, digamos, pontuais, daqueles casos em que a violência é extrema, como na cena descrita pelo holandês Dierick Ruiters em 1618: “Vi, certa feita, um negro faminto que, para encher a barriga, furtara dois pães de açúcar. Seu senhor, ao saber do ocorrido, mandou amarrá-lo de bruços a uma tábua e, em seguida, ordenou que um negro o surrasse com um chicote de couro. Seu corpo ficou, da cabeça aos pés, uma chaga aberta, e os lugares poupados pelo chicote foram lacerados à faca. Terminado o castigo, um outro negro derramou sobre suas feridas um pote contendo vinagre e sal. O infeliz, sempre amarrado, contorcia-se de dor. Tive, por mais que me chocasse, de presenciar a transformação de um homem em carne de boi salgada e, como se isso não bastasse, de ver derramarem sobre suas feridas piche derretido. O negro gritava de tocar o coração. Deixaram-no toda uma noite, de joelhos, preso pelo pescoço a um bloco, como um mísero animal, sem cuidarem de suas feridas”.

A violência da escravidão nem sempre é tão *espetacular*, se o fosse certamente não seria suportável e não teria vida tão longa. A sociedade colonial destilou-a nos pequenos gestos, nos ditos ambíguos, no tratamento ríspido e autoritário dispensado aos hierarquicamente inferiores, nos sutis mas agressivos *delitos faciais* que criou, no desprezo catolicamente consternado pela miséria, em suma, destilou-a nos hábitos comezinhos, naturalizando-a e tornando-a parte constitutiva do *modus vivendi* que gradativamente os habitantes locais passaram a denominar brasileiro.

Já Joaquim Nabuco, no seu libelo *A escravidão*, publicado em 1868, alertava, a seu modo, para essa violência cotidiana e de longa duração que a escravidão inoculava na sociedade brasileira. As gerações vindouras, destacava o escritor, herdarão um enorme passivo deixado pela sociedade escravista, um passivo composto

em larga medida pelos vícios e pelas perversões de um mundo de homens acostumados ao exercício do poder sem limites, de um mundo violento. Ouçamos o próprio Nabuco: “Vivendo a escravidão com a sociedade intimamente, adaptou-se a ela, comunicou-lhe os seus vícios, carregou de opróbrio seu passado e de sombras o seu futuro; eis como o punhal, com que durante cerca de quatro séculos a raça branca feriu a raça negra, levanta-se hoje sobre o seu coração envenenado nas chagas da vítima”.

E nunca é demais lembrar que o *flagelo do cativo de negros*, como gostam os oitocentistas, acabou há menos de um século e meio. Muito tempo? Nem tanto para uma prática que durou mais de três séculos entre nós e foi, queiramos ou não, constitutiva daquilo que entendemos por sociedade e povo brasileiros. É difícil crer que, alicerçada em tais bases, essa mesma sociedade, tradicionalmente muito lenta em corrigir distorções e reticente em discutir e alterar padrões, pudesse ou possa produzir um *povo pacífico*, um povo de *bom coração*, como se costuma dizer.